

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Educação

DUPONT DE NEMOURS:
fisiocracia e educação

Laurice de Fátima Gobbi Ricardo

MARINGÁ
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Educação

DUPONT DE NEMOURS:
fisiocracia e educação

Dissertação apresentada por LAURICE DE FÁTIMA GOBBI RICARDO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Profa. Dra. TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2009

LAURICE DE FÁTIMA GOBBI RICARDO

**DUPONT DE NEMOURS:
fisiocracia e educação**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira - UEM

Prof. Dr. Sandino Hoff - UNOESC - Joaçaba

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

**Prof^a. Dr^a. Nadia Gaifatto Gonçalves (Suplente) -
UFPR - Curitiba**

Data de Aprovação: 04/03/2009

AGRADECIMENTOS

Em nossas vidas tudo tem o seu tempo. O nosso tempo é pré-determinado e assim temos que edificar e conduzir nossos atos e ações de forma que, ao seu devido tempo, nos traga bons resultados. Desta forma, agradeço a todos os meus amigos que contribuíram para a construção do meu tempo de conhecimento e busca de meus sonhos, em especial, minha orientadora professora Terezinha Oliveira pelo tempo do plantar, a minha família pelo tempo de me amar e ao Professor Dr. Claudinei Magno Magre Mendes, UNESP-Assis, pelo empreendimento em ajudar na busca e na edificação desse conhecimento.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi Ricardo. **DUPONT DE NEMOURS - Fisiocracia e Educação**. 2009.151 f. Dissertação do Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira. Maringá, 2009.

RESUMO

A proposta deste estudo é investigar a teoria de Dupont de Nemours (1739-1817) por meio da vinculação entre a Fisiocracia e a Educação. Não restringimos nossa pesquisa somente à origem, às características e aos princípios da escola, mas, principalmente, detivemo-nos nos interesses do autor nas questões educacionais como condição para o desenvolvimento econômico. Sob este aspecto, estudamos a proposta educacional de Dupont de Nemours para a instrução pública, voltando-nos, especialmente, para o método de ensino para a educação infantil. Basicamente, seu método de ensinar tinha como proposta primeiramente ensinar a escrita e, depois, a leitura, acreditando que, dessa maneira, a criança é estimulada a querer aprender e conhecer o que está posto em sua volta. Não há estímulo para a criança quando o processo educativo é feito inversamente. De acordo com ele, um programa do ensino público deveria ser baseado em princípios fundamentais da propriedade, das possibilidades iguais para todos e da liberdade dos povos. Ler na íntegra este trabalho é interessante porque fica patente que Dupont de Nemours, ao escrever sobre a educação, o fez como fonte principal para analisar a ligação entre a finalidade educacional e os princípios econômicos. Sua compreensão da educação encontra-se baseada nos princípios da escola fisiocrática, que norteiam não somente o ato de escrever e ler, mas, igualmente, princípios morais, a ética social e postura civil. Ele nos faz pensar acerca dos métodos que estamos utilizando para educar nosso aluno. Se somente para a obtenção do conhecimento ou também para formar cidadãos? Qual o papel da família e da escola no processo educativo da criança? Dupont de Nemours, nas suas obras (*Vues Sur L'Éducation Nationale*, par un Cultivateur e *L'Éducation Nationale Dans Les États-Unis D'Amérique*) descreve com propriedade sobre tais questões, dentro de uma lógica do seu tempo histórico, mas, que envolve questões tão presentes do nosso cotidiano

Palavra chave: Educação, Dupont de Nemours, Fisiocracia.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi Ricardo. **DUPONT DE NEMOURS: Physiocracy and education.** 2009. 151 p. Dissertation in Education – Universidade Estadual de Maringá. Supervisor Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira. Maringá, 2009.

ABSTRACT

The purpose of our study was to investigate the theory of Dupont de Nemours (1739-1817) about physiocracy and education. The present study was not restricted to the origin, characteristics and the theoretical principles of physiocracy, but also in the interest of Dupont de Nemours in educational practices as one of the conditions to achieve economical development. In this way, we studied his theory for public education and, particularly, the educational methods for children. According to him, the approach should be done, first, in writing and, next, in reading ability because, otherwise, children would not be stimulated to learn and to know everything around them. The teaching program should be based on the fundamentals of property, equal opportunities and freedom for all. The theory is truly interesting because Dupont de Nemours wrote about education as the source capable of link education with economical principles. He based his theory on the physiocratic school which taught writing, reading and human propriety. The aim was to think about our educational methods. Are we teaching technology or human propriety? How about the influence of the family and school on children education? Finally, Dupont de Nemours, in *Vues Sur L'Éducation Nationale, par un Cultivateur* and *L'Éducation Nationale Dans Les États-Unis D'Amérique* properly described, nonetheless his historical time, up date questions in our public education.

Key words: Education, Dupont de Nemours, Physiocracy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A FISIOCRACIA: HISTÓRIA, DOUTRINA E EDUCAÇÃO.....	16
3	DUPONT DE NEMOURS: UM FISIOCRATA ÀS VOLTAS COM A EDUCAÇÃO.....	55
3.1	<i>ACERCA DO LIVRO DA ORIGEM E DOS PROGRESSOS DE UMA CIÊNCIA NOVA.....</i>	62
4	AS IDÉIAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE UM FISIOCRATA: PIERRE SAMUEL DUPONT DE NEMOURS.....	81
4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NACIONAL, POR UM CULTIVADOR e SOBRE A EDUCAÇÃO NACIONAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	83
4.1.1	Acerca de Considerações sobre a Educação Nacional, por um Cultivador.....	85
4.1.2	Acerca de sobre a Educação Nacional nos Estados Unidos da América.....	108
5	CONCLUSÃO.....	141
	REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

No século XVIII, a Europa ainda se caracterizava por fortes relações e atitudes culturais herdadas da Igreja, por uma baixa produtividade econômica, pelo subdesenvolvimento dos métodos de produção, sobressaindo o trabalho manual precário da mão-de-obra manufatureira e do campo. É nesse quadro que a Fisiocracia questiona a política de governo quanto à necessidade de as famílias serem estimuladas pela oferta de empregos, condições de segurança, habitação, alimentação, melhor distribuição da terra e maneiras adequadas de seu cultivo. Esses fatores, para eles, propiciariam o crescimento econômico.

A falta de investimentos em técnicas agrícolas e o uso incorreto das terras improdutivas tornavam a produção agrícola baixa e não comerciável. Desta forma, a família era vista como a base da organização social. O chefe de família era responsável por ela, trabalhava para o sustento de seus integrantes e, às vezes, era o único que poderia suprir suas necessidades.

O poder e a riqueza da Europa estavam em poder de um número relativamente pequeno de famílias. Os nobres não eram ricos e poderosos, em relação à população, mas os que gozavam de riqueza e poder tinham a nobreza, por berço ou por concessão. O poder dos nobres não se firmava simplesmente pela posição social que ocupavam, nem pelas funções que assumiam, e sim pelo extraordinário patrimônio que possuíam e que se perpetuava, em virtude de determinadas práticas hereditárias e das limitações impostas aos populares na compra de terras.

O desenvolvimento dos centros urbanos dependia da política definida pelos governos e também das condições em que ocorria a atividade agrícola, ou seja, dos danos ou benefícios que a estação climática provocava em determinadas regiões.

As cidades se confirmavam como um centro importante, pois, diante das redes de comunicação existentes e da dificuldade de intercâmbios culturais, era nelas que se encontravam os periódicos, editores, etc. Em algumas regiões, a

concentração urbana do ensino secundário e a atividade cultural moderna tiveram, no século XVIII, notáveis conseqüências lingüísticas.

A França não era uma potência comercial e política, mas era o país mais povoado, organizado e com uma força militar muito temida na Europa. Era governada por uma jurisprudência uniforme. Em Descartes (1596-1650), era encontrado o embasamento das pesquisas e teses realizadas no período e os estudiosos da época prosseguiram a grande transformação intelectual resultante de seus conhecimentos.

O século XVIII reconhecia duas formas de pensamento: a do homem e a de Deus. As leis naturais e as leis positivas, ou seja, a natureza, que dignifica o ser, o espírito, e o homem, que, por meio da sua racionalidade (razão) e da aplicação da lógica e da técnica descobre, inventa coisas novas.

Na concepção dos filósofos, a natureza leva os homens à consciência e à plenitude de agir e de viver em sociedade. A razão humana deve descobrir as leis naturais que formam as sociedades. Existem, nas sociedades, direitos naturais que são constituídos por leis naturais, e o homem tem que descobrir esses direitos e transformá-los em leis positivas.

Por mais avançados que tivessem sido os métodos de Newton (1643-1727), Locke (1632-1704), Voltaire (1694-1778) e outros, Descartes era a base que movia os espíritos dessa época, especialmente quanto à dúvida metódica e à recusa de se acreditar sem questionar a verdade.

O século XVIII conservou a necessidade de “evidência”, a preocupação em só admitir verdades “claras” e “distintas”, alcançadas, após o exame de grande número de fatos, por meio de uma instituição que apreende a verdade num relance, sem raciocínio, verdade que se impõe irresistivelmente ao espírito. Desta verdade então, o espírito extrai outros conhecimentos, mediante a aplicação da lógica escolástica baseada nos princípios da razão: não se contradizer; tudo tem a sua razão de ser; as mesmas causas produzem os mesmos efeitos; o todo é maior do que a parte, etc. (CROUZET, 1995, p. 29).

Para Descartes, existia um método para pesquisar os fatos sem acreditar, a princípio, no que estava posto, colocando tudo em dúvida e esclarecendo a verdade por meios da razão dos fatos. Segundo esse método, nada é verdadeiro, mas tudo tem, a princípio, uma razão de ser. Assim, primeiramente, antes de

implantar a dúvida, é necessário ter pleno conhecimento da matéria que está sendo posta em estudo.

O método deve ser seguido em qualquer estudo. Ele é o caminho para se atingir a maturidade do conhecimento, a razão, e a confiança de que a dúvida de algo está sendo apresentada mediante a certeza dos fatos.

Todo o entusiasmo dos filósofos do século XVIII era canalizado para a ciência e para a curiosidade sobre as coisas da natureza, como a física, a biologia, os animais. Segundo Schumpeter,

[...] um bom princípio era feito com a coleção sistemática de material; novos métodos de interpretação e crítica de documentos foram descobertos, a história econômica e cultural começava a despertar alguma atenção, antes voltada toda para a história política e militar; a importância imparcial que tomava a evidência documentária começava a prevalecer sobre os épicos ou os predicantes (SCHUMPETER, 1954, p. 165).

A religião era menos vivida e sentida. Embora as pessoas continuassem a freqüentar e a ler os escritos produzidos pela Igreja, já não o faziam com a crença de outrora. É a ciência que aflora nesse século.

Em seu conjunto, as reformulações no ensino foram postas na prática. Ocorre a introdução de novas matérias nos programas ministrados, de novos métodos; o ensino utilitário começou a se desenvolver. Essas reformulações aconteceram com intensidade na França.

[...] O ensino comportava-se em primeiro lugar a moral e a religião, isto é, uma concepção do Universo e do destino do homem, do seu lugar e do seu papel; em seguida a aparelhagem dos conhecimentos elementares: leitura, escrita e cálculo. Os resultados, amiúde, eram bastante bons. Na França, a instrução do povo era certamente superior à ministrada na primeira metade do século XIX (CROUZET, 1995, p.234).

O método era, em primeiro lugar, ensinar a moral e a religião e em seguida o conhecimento geral, a leitura, a escrita e o cálculo, o que trazia, para a época, bons resultados.

A reforma foi iniciada com base na concepção de que o ensino devia também ensinar ofícios. Na França, por influência de alguns estudiosos, como

Turgot (1727-1781), Forbonnais (1722 – 1800), Mirabeau (1749 – 1791), Condillac (1715 – 1780), que comungavam com o pensamento dos fisiocratas, especialmente Dupont de Nemours, juntou-se ao programas ministrados a aprendizagem utilitária de certos ofícios, como oficinas, cultura da amoreira, criação do bicho-da-seda, entre outros.

Como, na França, a língua materna já se encontra bem fixada e o latim servia somente para as traduções e retroversões, surgiu, entre os intelectuais franceses, a proposta de substituir nas escolas o latim pela língua francesa.

Pensavam que na França, ao menos, a língua já se encontrava bastante fixada e a literatura já era bastante rica para que o latim fosse afastado, servindo apenas às indispensáveis traduções e retroversões. As ciências haviam realizado suficientes progressos e fornecido muitos modelos de raciocínio e demonstração, permitindo o abandono de muitas sutilezas da retórica e da lógica. Houve, portanto, tentativas no sentido de renovar o ensino clássico e desenvolver o ensino técnico (CROUZET, 1995, p.238).

Com o progresso, as ciências forneciam modelos de raciocínio e demonstração bem sucedidos na prática. Com base nelas, surgiu a tentativa de reformar o ensino clássico, desenvolvendo o ensino utilitário. A proposta de reformulação do ensino desenvolveu-se e infiltrou-se em todos os colégios da Europa.

Na França, a língua era ensinada por meio da exposição metódica e documentada, da arte de falar e por meio de autores franceses. A história foi acrescentada aos programas como estudo das civilizações, dos governos e das políticas estrangeiras. De acordo com Crouzet,

Em filosofia, os professores refutam Newton, Locke e Descartes, falando, portanto, a seu respeito, e despertando curiosidade em conhecê-los. Alguns lhes dão razão. Um ou dois abandonam a exposição por silogismos. A transformação mais notável foi a dos beneditinos de Saint-Maur no colégio de Sorèze: os alunos que quisessem podiam não incluir o latim entre as matérias a estudar e compor seu próprio programa, graças a um sistema de opções. Entretanto, a maioria dos colégios continuou seguindo uma tradição já aprovada (CROUZET, 1995, p.238).

Em face da relutância dos professores em mudar seus métodos de ensino nas escolas tradicionais, criaram-se escolas direcionadas exatamente para a metodologia do ensino utilitário, assim como escolas especiais para militares e navais. Os métodos de ensino utilizados eram direcionados para o sentido prático e cotidiano.

A introdução do ensino utilitário nas escolas correspondeu às necessidades de desenvolvimento econômico do século XVIII, em razão do crescimento da população na Europa, principalmente na França. Segundo Hugon “[...] o progresso da técnica, além de transformar os processos e o ritmo da produção, vai modificar, ainda, o sistema de trocas e afetar profundamente a repartição das riquezas” (HUGON, 1959, p. 139).

A fisiocracia, com o intuito de levar o conhecimento para o campo, voltou-se para o ensino utilitário, para o direito natural, formando, mais do que uma escola científica, um grupo com uma postura ética.

Forma uma escola em virtude de vínculos doutrinários e pessoais, agindo sempre como um grupo elogiando-se mutuamente, cada um participando das contendas em que se mediam os demais, cada membro tomando seu quinhão na propaganda do grupo. [...] Ilustram, realmente, à perfeição a natureza deste fenômeno sociológico; era mais que uma escola científica (SCHUMPETER, 1964: p. 280).

O utilitarismo, sendo outro sistema do direito natural, reduzia o mundo dos valores humanos ao nível do que racionalmente era de interesse do homem. Era um sistema normativo, de princípios fundamentais, com uma inclinação legal muito forte, muito próximo dos sistemas escolásticos, que partiam do conjunto de sistemas morais para se contrapor aos princípios legislativos.

De todos os que participaram dessa escola, destacamos, para análise, um autor partidário da Fisiocracia que escreveu sobre a questão educacional, aderindo aos ideais de Quesnay de implantar na França uma escola que promovesse um ensino de utilidade para os ofícios, principalmente para o ofício agrícola. O autor a que estamos nos referindo é Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817), um dos mais entusiasmados defensores da doutrina fisiocrata.

Pierre Samuel Dupont de Nemours é considerado, de fato, um dos mais notáveis dos fisiocratas franceses do século XVIII. Em seus escritos sobre a economia nacional francesa, como *Fisiocracia* (1767-68), divulgou as idéias fisiocratas e defendeu o livre comércio e as baixas tarifas de impostos, chamando a atenção de intelectuais como Voltaire e Turgot. Suas obras extremamente políticas eram contrárias às adotadas por Luís XV.

Dupont de Nemours foi um economista liberal e um produtivo autor e editor, alternadamente reverenciado na França, principalmente na Revolução Francesa.

Como Inspetor Geral do Comércio, na época de Luís XVI, em 1774, foi convidado pelo Rei da Polônia para organizar o sistema educacional daquele país. Em 1783 ajudou a negociar o tratado em que a Grã-Bretanha reconhecia formalmente a independência dos Estados Unidos e em 1786 organizou os termos de um tratado comercial entre França e Inglaterra.

Sempre envolvido com a política de seu país, Dupont foi preso, escapando da guilhotina em 1794. Por ter estabelecido uma amizade com Thomas Jefferson, em uma de suas visitas a Paris, por volta de 1800, migrou para os Estados Unidos, onde, em 1802, abriu um empreendimento, uma Fabrica de pólvora, que, gerenciada pelo filho, deu início à empresa que o tornou uma das famílias mais ricas da América.

Na continuação de sua vida acadêmica e política, intermediava a residência entre os Estados Unidos e a França. Nos Estados Unidos contribuiu para o “projeto de implantação” da educação nacional, fazendo uma análise da educação que era realizada naquele país.

As experiências que teve nos Estados Unidos e em seu país lhe serviram para redigir os dois textos sobre o tema e que constituem as fontes desta dissertação. O primeiro texto é *Vues sur l'éducation nationale, par un cultivateur, ou Moyens de simplifier l'instruction, de la rendre à la fois morale, philosophique, républicaine, civile, et militaire, sans déranger les travaux de l'agriculture et des arts, auxquels la jeunesse doit concourir*, de 1793-1794¹, e o segundo texto é *Sur l'éducation nationale dans les États-Unis d'Amérique*, escrito em 1800.

¹ Em português, o título seria: “Idéias sobre a educação nacional, por um cultivador, ou Meios de simplificar a instrução, de torná-la, ao mesmo tempo, moral, filosófica, republicana, civil e militar, sem perturbar os trabalhos da agricultura e do artesanato, para os quais a juventude deve cooperar”.

O trabalho que ora realizamos tem sua validade, especialmente se levarmos em conta que, apesar do imenso papel desempenhado pela Fisiocracia na vida intelectual e política da França na segunda metade do século XVIII e de suas repercussões na Revolução Francesa e apesar de Dupont de Nemours ter participado diretamente na revolução, fazendo, inclusive, propostas para a instrução pública, isso não interessou, de modo geral, os pesquisadores.

Com efeito, autores como Cambi (1999), em cujo livro *História da Pedagogia* ele se propõe a dar uma idéia geral das questões educacionais ao longo da história, sequer faz menção seja aos fisiocratas, seja, em particular, a Dupont de Nemours. Também Boto (1996), cujo livro versa exatamente sobre as propostas educacionais iluministas durante a Revolução Francesa, não menciona nem essa doutrina, nem o trabalho desse autor sobre a instrução pública. Assim, uma doutrina, como a Fisiocracia, e um intelectual com uma vida tão rica, como foi a de Dupont de Nemours, não merecem sequer uma referência em duas obras que, em tese, deveriam analisar todas as propostas educacionais afinadas com os novos tempos.

Dupont, pelo seu entusiasmo com os movimentos sociais e políticos, foi levado a escrever livros tanto para analisar questões relativas à economia quanto para difundir os preceitos da Fisiocracia. Como ele não ficou restrito à economia, mas se dedicou também à educação, suas obras se tornam fontes interessantes para uma análise do vínculo entre uma doutrina econômica e uma proposta educacional. Desse modo, em nosso trabalho, procuramos estabelecer as possíveis relações entre esses dois campos do saber.

Para expor os resultados de nossa pesquisa, dividimos nossa dissertação em três capítulos.

No primeiro, estudaremos a doutrina fisiocrata em seus aspectos históricos e doutrinários. Além disso, buscaremos expor como esses importantes autores, entre eles Dupont de Nemours, pensaram as maneiras de transformar a política econômica e a Educação.

No segundo capítulo, exporemos a biografia de Dupont de Nemours, dando ênfase aos aspectos intelectuais. Com isso, procuraremos traçar a trajetória intelectual e política desse autor, também buscando ressaltar seus vínculos com a Educação.

Com esses dois capítulos pretendemos construir a base de análise da concepção de Dupont de Nemours acerca da Educação. Os dois textos de Dupont de Nemours constituirão o núcleo desse capítulo. Analisando como um autor partidário da Fisiocracia concebia a Educação, procuraremos atingir o objetivo desta dissertação que é estabelecer a relação entre a Fisiocracia e a Educação.

2 A FISIOCRACIA: HISTÓRIA, DOCTRINA E EDUCAÇÃO

Pode-se afirmar que a Fisiocracia é uma doutrina francesa, não apenas porque surgiu e teve seu alcance praticamente restringido a essa nação, já que foi pouco divulgada fora dela, mas, por ter respondido a questões exclusivas desse país. Rima (1977, p. 94) destaca que as doutrinas fisiocratas não atraíram muitos seguidores na Inglaterra, embora aspectos de seu pensamento tivessem sido admirados por Smith (1723-1790). Também na Alemanha e na Itália encontram-se poucos adeptos dessa doutrina. Tocqueville (1805 -1859), em *O Antigo Regime e a Revolução*, abordou o motivo pelo qual a revolução se verificou exatamente na França, já que outros países se encontravam em situação idêntica a ela, senão pior. Esse questionamento poderia ser feito também com relação à Fisiocracia.

Um dos papéis da escola fisiocrata era discutir e refletir sobre o papel econômico do Estado e, como esse movimento era composto por pessoas de grande influência, tentava, por meio delas, modificar os processos políticos e econômicos da França. Assim, Quesnay e seus seguidores tiveram uma importância significativa nas transformações ocorridas no pensamento econômico da época. Essas transformações não foram sentidas no momento, mas viriam a ser discutidas no futuro por grandes estudiosos, que se dedicaram especialmente ao fato de que os fisiocratas mudaram o modo de ver a economia do país. Esta deixou de ser considerada como um assunto de interesse familiar, tornando-se um tema para tomada de decisão de governantes.

Uma das grandes contribuições atribuídas à Fisiocracia é a construção da ciência econômica. Como ela é considerada o marco decisivo no processo de constituição dessa ciência, conforme Murteira (1966, p. 6), tomando-se a palavra no sentido lato que hoje lhe atribuímos segundo Cardoso (1966, p. 33), Quesnay teria sido o primeiro dos economistas. Hugon (1959, p. 112) caracteriza a Fisiocracia como a primeira escola econômica. Para Deane (1980, p. 23-24), a

teoria econômica² começou a se desenvolver como um sistema unificado de explicações somente quando, sistematicamente e não apenas incidentalmente, os fisiocratas e Adam Smith começaram a aplicar aos fenômenos econômicos suas teorias da ordem natural subjacente ao mundo real.

Schumpeter (1968), procurando compreender a Fisiocracia na história do pensamento econômico e visando destacar sua importância na constituição da ciência da economia, chama a atenção para as contribuições anteriores, destacando o que a Fisiocracia trouxe de novo. Segundo ele, antes dos fisiocratas, apenas se haviam descoberto os fenômenos locais no corpo humano. Os fisiocratas, pela primeira vez, permitiram considerar esse corpo sob o aspecto fisiológico e anatômico, ou seja, como um organismo submetido a um mecanismo vital homogêneo com condições bastante determinadas. Não bastasse isso, eles fizeram uma análise inicial desse mecanismo. Destaca o autor que, antes dos fisiocratas, a ciência estava limitada a generalizações. Como bem assinalou: “Os fisiocratas foram os primeiros a voltar sua atenção para o aspecto interno da corrente de bens e sua auto-renovação contínua no seio da sociedade” (SCHUMPETER, 1968, p. 48).

O sucesso da Fisiocracia foi rápido e imenso, de acordo com Hugon (1959, p. 113), mas sua trajetória foi bastante fugaz. Tendo surgido publicamente por meio do verbete *Fermiers* (Arrendatários), de Quesnay, em 1756, teve uma rápida

² Conforme Schumpeter “Por Sistemas de Economia Política entendo a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificados (normativos), como o princípio do liberalismo econômico, do socialismo, entre outros. Estes sistemas serão levados em consideração dentro do nosso esquema na medida em que compreendam efetivamente pesquisa analítica. Schumpeter faz uma definição de economia científica: “[...] chamaremos Economia (científica) à soma total das técnicas, teóricas, históricas e estatísticas que foram caracterizadas nos parágrafos anteriores, juntamente com os resultados que elas ajudaram a produzir. Este termo é de desenvolvimento relativamente recente. O grande tratado de A. Marshall foi o primeiro a estabelecer este uso, por volta de 1870, pelo menos na Inglaterra e nos Estados Unidos, embora em alguns países outros termos competissem com este nas primeiras décadas deste século. Por economia política autores diferentes entendem coisas diferentes, e em alguns casos, ao usá-lo, querem referir-se efetivamente à Teoria Econômica ou à Economia pura. Convém assinalar que, com o objetivo de entender exatamente o que um determinado autor diz a respeito dos métodos e objetivos da Economia Política, é necessário nos assegurarmos do exato sentido que ele atribui a essa expressão. Algumas proposições a respeito desse assunto que tem atormentado os críticos tornar-se-iam perfeitamente inócuas se esta regra fosse mais observada. Segundo, desde que nossa ciência (ou aglomeração de ciências) foi batizada como Economia Política por um escritor não muito significativo do século XVII – cujo trabalho deve imerecida imortalidade a esse fato – houve a sugestão, implícita ou explícita, de que o único compromisso a que ela se atinha era com a economia do Estado – conquanto não somente da polis, a Cidade-estado da Grécia – ou, o que é a mesma coisa, com a política governamental de natureza econômica.” (SCHUMPETER, 1968, p.44).

ascensão e, em 1770, já se encontrava em pleno declínio. Mas, como veremos mais adiante, sua contribuição para a Economia Política e para a história foi imensa, poderíamos mesmo dizer definitiva, (CARDOSO, 1966, p. 33). Carreiro afirma que Schumpeter chama a atenção para o caráter meteórico da Fisiocracia: “A Fisiocracia não existia em 1750. *Tout Paris* e mais ainda Versalhes se ocupavam dela entre 1760 e 1770. Praticamente todo mundo (excluindo economistas declarados) já a tinha esquecido por volta de 1780” (CARREIRO, 1975, p.164). Entretanto, em sua apresentação de Quesnay, Campo afirma:

Porém, a verdade é que, se a Fisiocracia durou pouco como sistema, trouxe algumas contribuições seminais e duradouras. E, curiosamente, um dos seus grandes rehabilitadores foi Karl Marx, em meados do século XIX (CAMPOS, 1983, p. 249-250).

Nas teorias de Quesnay, Marx (1818 – 1883) procura o entendimento de riqueza e capital. Por meio desse entendimento, ele fundamenta seus conceitos próprios de riqueza e a idéia de que a força de um país vem da produção industrial. Na busca dos princípios da escola fisiocrata e na crítica ao que foi proposto pela escola fisiocrata, Marx encontra a base para a defesa de suas teorias, contribuindo, dessa forma, para o reconhecimento do papel importante dessa escola para a transformação do pensamento da economia política francesa.

De um lado, os fisiocratas eram conhecidos na França como *économistes* (economistas). A denominação “Fisiocracia” surgiu mais tarde, em razão de uma publicação de Dupont de Nemours, *Physiocrats*, em 1767-68, que reunia textos de Quesnay. Os textos publicados foram: *Direito Natural*; *Análise da fórmula aritmética do Quadro econômico*; *Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola*; *Primeiro problema econômico*; *Diálogos sobre o comércio e os trabalhos dos artesãos*; e *Segundo problema econômico*. A obra foi publicada em dois volumes. De outro lado, os antagonistas da Fisiocracia chamavam-na de *seita*. Sobre a denominação dessa escola escreveu Galbraith:

Sempre se perguntou como os membros desta escola de pensamento deveriam ser chamados. Eles próprios se denominavam *Les économistes*, uma referência admiravelmente

moderna, pois os economistas só seriam assim designados universalmente depois de Alfred Marshall, no final do século XIX. Adam Smith, que visitou Paris, Versalhes e os principais genitores da escola em 1765, refere-se às suas idéias como o Sistema Agrícola. Os historiadores do pensamento econômico, por sua vez, optaram pelas menos apropriadas designações, Fisiocratas – grosso modo, aqueles que afirmam o domínio da natureza (GALBRAITH, 1989, p. 44).

No ano de 1767, Mercier de la Rivière, que durante certo tempo foi intendente na Martinica, publicou *Ordem natural e essencial das sociedades políticas*, outra das obras fundamentais da escola fisiocrata. Na opinião de Smith (1985, p. 141), esse livro constitui a apresentação mais clara e mais coerente da doutrina fisiocrata.

Dentre os principais fisiocratas que se reuniam em torno de Quesnay, o fundador da escola, destacam-se Mirabeau, Mercier de la Rivière, Le Trosne, Baudeau e Dupont de Nemours. É entre 1764 e 1766, quando o movimento fisiocrata ganha muitos adeptos, que Mercier de la Rivière, Le Trosne e Baudeau aderem a ele. Dupont de Nemours, por seu turno, já havia aderido à Fisiocracia após 1763, ou seja, após a publicação de *Filosofia rural*, de Mirabeau, na qual Quesnay colaborou bastante. Acredita-se, inclusive, que o capítulo 7 (sete) é de sua inteira autoria. As principais publicações desses autores são: Le Trosne, *Da ordem social* (1777); Baudeau, *Primeira introdução à filosofia econômica* (1771); Mercier de la Rivière, *A ordem natural e essencial das sociedades políticas* (1767); finalmente, Dupont de Nemours, *Fisiocracia ou Constituição natural do governo o mais vantajoso ao gênero humano* (1768).

A enorme popularidade da Fisiocracia entre os membros da nobreza, deve-se muito provavelmente, conforme observou Marx, ao fato de ter sido interpretada por muitos dos seus contemporâneos como uma doutrina de caráter feudal, que defendia a grande propriedade feudal.

Segundo muitos estudiosos, a melhor maneira de conhecer os princípios da fisiocracia é lendo o livro *Da origem e dos progressos de uma ciência nova*, de Dupont de Nemours. Nele tomamos conhecimento da idéia geral que a norteia:

Existe uma ordem natural e essencial à qual estão sujeitas as convenções sociais, e é esta ordem que assegura aos homens reunidos em sociedade o gozo de todos os seus direitos, mediante

a observância de todos os seus deveres. A submissão exata e geral a esta ordem é a condição única que permite todos esperar e merecer a participação em todas as vantagens que a sociedade pode proporcionar a si mesma (CARDOSO, 1966, p. 50).

Neste trecho encontramos o princípio da ordem natural que serviu de base à Fisiocracia e que deu origem ao próprio nome “Fisiocracia”, que significa “governo da natureza”. Os fisiocratas supunham que a sociedade era regida por uma ordem natural, ou seja, por um conjunto de leis naturais, que os homens poderiam apreender pelo uso da natureza (Vide, também, OSER E BLANCHFIELD, 1983, p. 39). Hugon assim resume as idéias da ordem natural dos fisiocratas:

Os fenômenos econômicos – pensam os fisiocratas – processam-se livre e independentemente de qualquer coação exterior, segundo uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais. Cumpre, pois, conhecer essas leis naturais e deixá-las atuar (HUGON, 1959, p.114).

Assinala Schumpeter (1968, p. 48), que não é casual que a Fisiocracia seja considerada a primeira escola econômica. Com efeito, para que surja uma escola econômica é preciso que esta se baseie em uma visão de conjunto, e os fisiocratas foram os primeiros que, tratando das questões econômicas, buscaram as interdependências dos diversos setores da sociedade. Essa visão de conjunto está relacionada justamente ao fato de que eles partiram de uma idéia geral: a de que existiria uma ordem natural que a tudo regia. Neste caso, o autor observa que a doutrina fisiocrata pertence à grande família dos sistemas de Direito natural e, portanto, é necessário estudá-la como parte desses sistemas. Ou seja, a doutrina fisiocrata não pode ser compreendida apenas como um sistema exclusivamente econômico.

De acordo com Murteira (1966), C. Gide fez, em sua *Histoire des doctrines économiques*, um excelente resumo do pensamento fisiocrata, no qual este foi descrito do ponto de vista prático e do teórico. Quanto ao ponto de vista teórico, ele seleciona os seguintes aspectos:

1º. A idéia que todos os fenômenos sociais estão *ordenados* e, por conseguinte, ligados uns aos outros por meio de relações que se trata de descobrir; 2º. A idéia de que o interesse pessoal entregue a si próprio descobre o que lhe é mais vantajoso e, ao mesmo tempo, o que é mais vantajoso a todos – ainda que, entretanto, esta doutrina liberal já seja encontrada nos precursores dos fisiocratas; 3º. A idéia de que é a livre-concorrência que estabelece o preço baixo, isto é, o preço mais vantajoso às duas partes, e que, por conseguinte, elimina o lucro usurário; 4º. Uma análise inexata, mas muito profunda, da produção e das diversas categorias de capitais; uma primeira classificação das rendas e das leis da sua distribuição; 5º. Argumentos tornados clássicos em favor da propriedade fundiária (MURTEIRA, 1966, p. 6-7).

Do ponto de vista prático, Gide arrola as seguintes questões:

1º. A liberdade de trabalho; 2º. A liberdade de comércio interior e todos os argumentos que servirão durante um século para reivindicar a liberdade do comércio exterior; 3º. Uma primeira demonstração da superioridade dos impostos diretos sobre os indiretos (MURTEIRA, 1966, p. 7).

Para a Fisiocracia, a sociedade estava dividida entre “classes produtivas” (as classes ligadas à agricultura) e classes “estéreis”. Estas eram consideradas justamente as classes ligadas às atividades citadinas, como a indústria, o comércio e o transporte. Da perspectiva dessa doutrina, consequentemente, apenas a agricultura era uma atividade produtiva, ou seja, produzia a riqueza das nações. O comércio e a indústria, por seu turno, não apenas não produziam riqueza como eram consideradas uma espécie de classes assalariadas da agricultura. Desta forma, para Quesnay:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. [...] A classe dos proprietários compreende o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da produção que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração. [...] A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os

quais, por sua vez, tiram suas rendas das classes produtivas (QUESNAY, 1996 - E, p. 43).

No centro das reivindicações dos fisiocratas, estava a liberdade de produção e comércio. Ao descrever a situação em que se encontrava o comércio de cereais, Oser e Blanchfield mostram como a liberdade de produção e comércio era mais do que necessária para livrar este ramo dos entraves e proporcionar as condições do seu crescimento:

Durante séculos, o governo francês e as autoridades das cidades sujeitaram o comércio de grãos a uma confusa massa de regulamentos. Mesmo a pouca liberdade concedida aos outros tipos de comércio foi negada ao comércio do grão. A exportação de grãos na França foi proibida – uma lei tipicamente feudal mais destinada à manutenção de fornecimentos adequados do que ao bom negócio e aos preços elevados. Entretanto, faziam-se exceções em anos de abundância. Permissões especiais aos indivíduos poderiam ser emitidas indicando a quantidade, o tipo de grão exportado e, frequentemente, seu destino. Dentro do reino, os grãos e as farinhas não podiam ser transportadas de uma província para outra sem autorização. Para receber uma licença de venda de grãos entre províncias era necessário submeter todos os detalhes do negócio a um inspetor; depois que os grãos tivessem sido transportados, era necessária a emissão de certificado, mostrando que a remessa tinha realmente alcançado o destino previsto. Dentro de cada província, os grãos eram sujeitos a outras restrições. Leis especificavam onde os grãos deveriam ser vendidos e a qual preço. Em períodos de escassez, a comercialização era compulsória para impedir a estocagem. Pedágios e regulamentações impediam o comércio de grãos, de forma que, enquanto os excedentes de uma área saturavam os armazéns, a poucas milhas dali o povo morria de fome (OSER E BLANCHFIELD, 1983, p. 38).

Para os fisiocratas, o único ramo produtivo era a agricultura. Com efeito, para eles, a indústria, o comércio e o artesanato eram úteis, mas estéreis, ou seja, não produziam nenhum valor. Esses ramos apenas reproduziam o valor consumido na forma de matérias-primas e de subsistência dos trabalhadores. Somente a agricultura era produtiva, pois criava um excedente, um produto líquido, como denominavam o excedente, acima dos custos de produção.

A população mais segura, mais disponível para as diferentes ocupações e para os diferentes trabalhos que dividem os homens em diversas classes é aquela mantida pelo produto líquido. Toda poupança feita proveitosamente nos trabalhos que se podem executar por meio dos animais, das máquinas, dos rios, etc., resulta em vantagem da população e do Estado, porque maior produto líquido proporciona maior ganho aos homens e para outros serviços e para outros trabalhos (QUESNAY, 1984- G, p.170).

Entretanto, como acreditavam que somente a agricultura gerava excedente, o qual, por sua vez, ia para as mãos dos proprietários de terra, somente estes deveriam pagar imposto. Caso este fosse cobrado de outros setores, recairia de um modo ou de outro, sobre os proprietários. Por isso, os fisiocratas defendiam o imposto direto, pois os indiretos aumentavam à medida que eram transferidos para outros, terminando por parar nas mãos dos proprietários, que pagariam mais de uma vez. Assim Quesnay dispõe:

Os proprietários, o soberano e toda a nação têm grandes interesse em que o imposto seja inteiramente estabelecido sobre o rendimento da terra, pois qualquer outra forma de taxação seria contra a ordem natural, por ser prejudicial à reprodução e ao imposto, e porque o imposto recairia sobre o próprio imposto. Tudo está sob as leis da natureza: os homens são dotados da inteligência necessária para conhecê-las e observá-las; mas a multiplicidade de objetos exige grandes combinações que formam o fundamento de uma ciência evidente e muito extensa, cujo estudo é indispensável para evitar equívocos na prática (QUESNAY, 1996 - E, p.214).

A partir de 1767, aproximadamente, a Fisiocracia começa a perder sua aceitação. Segundo Cardoso (1966, p. 47-48), passa enfrentar a forte oposição de todos os setores às suas idéias. Entre os intelectuais, o foco era seu caráter obscuro e apocalíptico, como era frequentemente classificada. Essas críticas, extremamente mordazes, mas nem sempre pertinentes, produziram efeitos desastrosos para a popularidade da doutrina. Dentre os intelectuais, distinguiam-se Mably, Linguet, Galiani, Grimm e Voltaire. Este último, com sua obra *O homem dos quarenta escudos*, publicado em 1768, fazia uma crítica direta aos fisiocratas. Linguet, por seu turno, classificava o *Quadro econômico* de “monumento de imbecilidade”.

Dentre os mais ferrenhos adversários da Fisiocracia destaca-se Galiani, padre e diplomata napolitano, autor de uma obra intitulada *Diálogos sobre o comércio dos cereais*, escritos justamente para lhe fazer oposição. Ao analisar essa obra, Schumpeter (1968) observou que, assim como outros autores, Galiani classificou o método fisiocrata como alheio à realidade e demasiadamente absoluto. Embora, do ponto de vista de Schumpeter, este não fosse um bom argumento contra a teoria fisiocrata, “[...] Galiani rejeitava, como se fez mais tarde até o período contemporâneo, a teoria das conseqüências práticas que, para ele, parecia, necessariamente, deduzir-se dela” (SCHUMPETER, 1968, p. 55).

Ainda tratando dos opositores da Fisiocracia, Schumpeter (1968, p. 55) observa que a atitude de Turgot³, muitas vezes próxima da antipatia, seria parcialmente explicada pela sua opinião de que os fisiocratas estabeleciam leis gerais as quais não existiam, violentando, com isso, os diferentes aspectos da realidade.

Por outro lado, o povo, aquele que se costumava denominar na França de *menu peuple*, por quem Quesnay tanto se interessava, também não via a Fisiocracia com bons olhos. O povo acreditava que os fisiocratas defendiam o encarecimento dos cereais, tendo em vista que o preço destes tinha, de fato, aumentado, tornando a vida sobrecarregada dessa classe mais difícil. Assim, não é difícil imaginar que os fisiocratas fossem bastantes impopulares junto aos pobres.

³ Anne Robert Jacques Turgot, conhecido também como Barão de *Aulne*, nasceu em 1727 e faleceu em 1781. Provém de uma família normanda que pertencia à velha e bem situada nobreza. Foi o terceiro filho, educado pela igreja, tornando-se eclesiástico até 1750. Trocou a carreira eclesiástica pelo serviço público, que exerceu até a sua morte. Era um digno representante da burocracia francesa do antigo regime. Desempenhou com exatidão o seu papel de Administrador Geral do distrito de Limoges, entre 1761 e 1774. Em 1774, foi nomeado Ministro da Marinha e poucos meses depois Ministro das Finanças e do Comércio e Diretor de Obras Públicas da França, posição que ocupou por vinte meses. Assim, foi um conhecido político e economista francês do século XVIII. Contemporâneo de Quesnay, foi seu amigo e protetor, bem como da fisiocracia, cujas idéias originais tentou manter. Decidido defensor da liberdade de comércio, Turgot pode ser considerado inimigo das associações reformistas. Alguns historiadores relatam que suas idéias influenciaram Adam Smith quando este esteve em visita na França. Entre suas obras, destacamos: “*Lettre a l’abbé de Cice (sur le Papier-Monnaie)*” (1749); “*Tableau philosophique des progrès successifs de l’esprit humain*” (1750); “*Plan de deux Discours sur la géographie politique*” (1751); “*Articles in Diderot’s Encyclopaedia*, (1757); “*Éloge de Vicent de Gournay*” (1759); “*Lê commerce des grains: Projet de letter au contrôleur general Bertin sur um projet d’édit*” (1763); “*Reflections on the Formation and Distribution of Riches*” (1766); “*L’Impôt Indirect: observation ...*” (1768); “*Mémoire sur les prêts d’argent*” (1770) (SCHUMPETER, 1968 e HUGON, 1959).

Entre os estrangeiros contemporâneos, os fisiocratas não eram bem aceitos. De acordo com Cardoso, David Hume teria afirmado em uma carta que os fisiocratas “[...] são realmente os homens mais quiméricos e arrogantes que existem atualmente, depois do aniquilamento da Sorbonne [...]” (CARDOSO, 1966, p. 48). Entretanto, de acordo com Schumpeter (1968, p. 49-50), os fisiocratas nunca foram compreendidos por seus contemporâneos, não tiveram pela frente adversários à altura. Considera que a controvérsia com Forbonnais, autor de uma obra intitulada *Princípios econômicos*, de 1767, foi tão estéril e superficial como a ironia de Voltaire. Também Galiani, que escreveu *Diálogos sobre o comércio dos cereais*, de 1770, justamente para combater as idéias dos fisiocratas, não aprofundou suas considerações. Já o texto de Mably, *Dúvidas propostas aos filósofos economistas*, de 1778, é, essencialmente, uma crítica a Mercier. Não é texto de um economista e, igualmente, não coloca em questão a própria Fisiocracia. Quanto a Morellet, somente deve ser considerado por se tratar de um autor interessado nas questões práticas.

Destaca Schumpeter (1968, p. 50) que, mesmo os partidários e amigos dos fisiocratas, de dentro e de fora da França, não compreenderam o sentido profundo da doutrina. Por outro lado, considera como algo muito importante a influência que os fisiocratas exerceram em Adam Smith e em uma série de autores, dentre os quais destaca Karl Marx.

É necessário aqui considerar que, se muitos não compreenderam o alcance das idéias de Quesnay, Dupont de Nemours apreendeu o sentido geral do *Quadro econômico*:

[...] fórmula surpreendente que pinta o nascimento, a distribuição e a reprodução das riquezas, e que serve para calcular, com tanta segurança, prontidão e precisão, o efeito de todas as operações relativas à riqueza (DUPONT apud KUNTZ, 1984, p. 9).

Fazendo uma espécie de avaliação da Fisiocracia e supondo que essa doutrina fosse colocada em prática, Oser e Blanchfield (1983, p. 39-40) destacam quais setores da sociedade seriam beneficiados com isso. Observam que os camponeses seriam beneficiados se todas as suas obrigações onerosas com os senhores de terras pudessem ser eliminadas. Ressalta, no entanto que, caso os

fisiocratas tivessem alcançado seu objetivo, os camponeses teriam se transformado em trabalhadores assalariados das grandes fazendas. Também os negociantes seriam beneficiados se todas as restrições à produção e ao comércio fossem eliminadas. Igualmente os industriais teriam sido beneficiados, ainda que essa não fosse a intenção dos fisiocratas a proposta do *laissez-faire*. Finalmente, a agricultura seria beneficiada em seu desenvolvimento, justamente porque os fisiocratas não pretendiam apenas retirar as restrições ligadas ao comércio interno como também estimular a exportação dos produtos agrícolas e a importação de produtos manufaturados.

Como já discutido anteriormente, a fisiocracia compreendia os fenômenos econômicos com base em uma visão de conjunto, que seria a fonte principal dos métodos de ensino aplicados à população francesa. As transformações econômicas no país, como idealizavam os fisiocratas, seria resultante de mudanças na política e nos métodos de educar os cidadãos. A população agrícola produziria mais se houvesse uma instrução mais direcionada ao ofício a que se empregava. Dessa forma, a luta dos Fisiocratas contra as instituições do Antigo Regime envolvia a educação pública. Como observa Tocqueville:

A educação pública era a única garantia que inventaram contra o abuso do poder porque, como diz ainda Quesnay, “o despotismo é impossível numa nação esclarecida.” Diz um outro dos seus discípulos: “atingidos pelos males que o abuso da autoridade traz, os homens inventaram mil meios totalmente inúteis e deixaram de lado o único verdadeiramente eficaz, que é o ensino público geral e contínuo da justiça por essência e da ordem natural” (TOCQUEVILLE, 1982, p. 156).

De acordo com Tocqueville, também Turgot via com grande confiança a instrução pública. Embora não fosse um fisiocrata, Turgot pode ser arrolado neste trabalho porque esteve sempre em contato com os fisiocratas, principalmente com Dupont de Nemours. Assim, de acordo com Tocqueville, tratando de Turgot:

Para ele como para a maioria dos economistas, a primeira garantia política é uma certa instrução pública dada pelo Estado em acordo com certos procedimentos e dentro de um determinado espírito (TOCQUEVILLE, 1982, p. 156).

Como se pode depreender, a instrução pública era uma bandeira ampla e a ela não eram alheios os interesses dos fisiocratas ou economistas. Por isso, trataremos de um fisiocrata que se interessou sobremaneira pela instrução pública: Dupont de Nemours. Esse importante personagem histórico, um dos principais fisiocratas, escreveu livros nos quais abordou questões relativas à economia, bem como auxiliou a redigir outros cujo objetivo era difundir os preceitos dessa doutrina, mas não ficou restrito à economia. Defendeu os ideais fisiocráticos politicamente, além de redigir textos relativos à educação. Assim, em suas obras é possível analisar o vínculo entre a doutrina econômica e as propostas educacionais dos fisiocratas.

A educação consta entre os temas pelos quais Dupont de Nemours se interessou. Ele participou ativamente da vida política, atuando como assessor em Baden, do príncipe Czartoryski e de Turgot. Entre 1799 -1800, pressionado por sua atuação política na França, buscou asilo político nos Estados Unidos, onde colaborou com Jefferson e fundou a companhia Dupont de Nemours que, com o tempo, se tornou uma poderosa empresa internacional de produtos químicos. Voltou à França, onde permaneceu até 1817, quando retornou aos Estados Unidos, falecendo no mesmo ano. Em 1812, com base na experiência adquirida durante o período em que viveu nos Estados Unidos, Dupont escreveu *L'éducation nationale dans les États-Unis D'Amérique*, reportando-se ao tipo de ensino que era praticado naquele país. Para Dupont, a França precisava conhecer os métodos desse sistema de ensino. Era esse o modelo de educação que os Estados Unidos, com seus grandes homens, e outras nações tinham a vantagem de ter. Adotando-o, a França poderia melhorar a educação geral, incentivando nos jovens o gosto de ler e lhes apresentando a escrita igualmente, como ocorria nos Estados Unidos.

Com um programa por ele estabelecido, com base em uma concepção própria de educação, Dupont educou os filhos. Essa experiência motivou-o a redigir os dois textos sobre o tema e que constituem as fontes dos próximos capítulos deste trabalho, no qual serão discutidos com mais profundidade. Por ora, forneceremos apenas algumas idéias gerais sobre esses textos.

O primeiro texto é “Idéias sobre a educação nacional, por um cultivador, ou meios de simplificar a instrução, de torná-la, ao mesmo tempo, moral, filosófica,

republicana, civil e militar, sem perturbar os trabalhos da agricultura e do artesanato, ao qual a juventude deve cooperar”, de 1793-1794. Como se pode verificar pelo título, Dupont de Nemours, ao tratar da educação, intitula-se “um cultivador”, o que seria o mesmo que se dizer um partidário da Fisiocracia. O segundo texto é *Sur l'éducation nationale dans les États-Unis d'Amérique*, de 1812.

O declínio dos fisiocratas também se deveu à morte de Luís XV. Com essa morte, eles perderam o apoio real. Quesnay foi dispensado de seus serviços na corte, vendo-se obrigado a abandonar Versalhes, perdendo seu entusiasmo pela economia. Todavia, continuou a receber os membros do grupo, discutindo seus trabalhos, até sua morte.

Em 1776, ano que pode ser considerado a marca do declínio da popularidade da Fisiocracia e do abandono de seu plano da Economia Política, Turgot foi destituído do cargo que ocupava desde 1774, ou seja, há vinte meses⁴. Também foi o ano da publicação de *A riqueza das nações*, livro em que Adam Smith faz uma crítica severa a essa doutrina. Assim, pode-se afirmar que a Fisiocracia teve uma vida bastante curta, de apenas vinte anos (OSER e BLANCHFIELD, 1983, p. 37). Apesar dessa curta duração, as obras de Quesnay e os princípios fisiocráticos são estudados e questionados pelos economistas até os dias atuais.

Feitas essas considerações gerais, vamos nos dedicar com mais profundidade ao precursor e fundador da escola fisiocrata, François Quesnay. Nascido em 1694 e falecido em 1774⁵, ele foi o oitavo dos treze filhos de um casal de camponeses não muito abastados, habitantes de *Méré, Seine-et-Oise*, distante 90 km de Paris.

⁴ Segundo alguns autores, Turgot foi nomeado intendente de [Limoges](#) em 1761. Aplicou, com grande sucesso, uma série de medidas destinadas a racionalizar a economia. Ele defendia o livre [comércio](#) e a interdependência das diferentes classes econômicas. Devido ao sucesso que alcançou, foi nomeado [ministro](#)-geral das [Finanças](#) do rei [Luís XVI de França](#), em 1774. Entretanto, suas idéias de reforma econômica [liberal](#) despertaram a ira do [clero](#) e da [nobreza](#). Por causa da pressão desses estados, Luis XVI foi obrigado a demiti-lo em 1776, menos de dois anos depois de tê-lo alçado ao cargo. (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: setembro de 2008).

⁵ Quesnay estava com 63 anos quando iniciou sua atividade de economista. Desde então, sua preocupação maior foi com a economia, até sua morte, ainda que continuasse com sua profissão de médico. Em Cardoso (1996, p. 42), uma nota no mínimo curiosa é que, nos quatro últimos anos de sua vida, quando a Fisiocracia começou a declinar, Quesnay passou a se interessar pelas matemáticas abstratas, tema de algumas das suas últimas obras.

Quando ele nasceu, a França estava na fase final do longo reinado de Luís XIV (1661-1715), quando crises e guerras sucessivas, ao lado do surgimento de novas idéias, começavam a lançá-la, abertamente, no caminho da revolta. A agricultura achava-se em um estado lastimável e as finanças públicas se encontravam em uma situação deplorável, (CARDOSO, 1966, p. 37).

Tendo de procurá-la por iniciativa própria, a educação de Quesnay, bem como a de seus irmãos, foi retardada pelos muitos obstáculos que teve de enfrentar, (CARDOSO, 1966, p. 38). Segundo Denis (1978, p. 161), dos doze aos dezesseis anos, Quesnay instruiu-se sozinho, indo a pé até a capital para adquirir as obras de Platão, Aristóteles e Malebranche.

A profissão abraçada por Quesnay, a cirurgia, era um ramo pobre e praticamente aviltado da medicina, numa época em que os cirurgiões eram equiparados aos barbeiros e, fato digno de nota, lhes era proibido o estudo do latim e da filosofia. Como observa Cardoso (1966, p. 38), essa situação melhorou, em grande medida devido à atividade de Quesnay, das obras que publicou e das polêmicas que sustentou contra conhecidos médicos da época.

Rematando sua longa polêmica em favor dos cirurgiões, Quesnay adquire o grau de Doutor em Medicina. Em 1749, torna-se médico da Marquesa de Pompadour e, em seguida, médico do rei. Com isso, não apenas aumentou sua fortuna e ascendeu à nobreza como pôde dispor de tempo para se dedicar a problemas que estavam fora do âmbito da medicina, ou seja, problemas de caráter filosófico e econômico, (CARDOSO, 1966, p. 38). Segundo Denis (1978, p. 161), foi em 1752 que Quesnay tornou-se nobre, comprando, em 1755, uma propriedade no Nivernais.

Assim, conforme Cardoso (1966, p. 39), o contato com os problemas de caráter econômico e social, justamente os temas que constituíam preocupação dominante entre as pessoas do seu meio, contribuiu para despertar o interesse de Quesnay pela economia, sobretudo pelo que dizia respeito à agricultura.

Com efeito, na época em que François Quesnay, o formulador dos princípios fisiocratas, começou a escrever seus textos, a agricultura francesa atravessava uma fase de grande crise, decorrente, principalmente, do sistema de propriedade que vigorava na França. Pode-se dizer que o sistema de propriedade nesse país estava dividido em duas formas bastante características.

A primeira, da pequena propriedade, que predominava em muitas regiões da França. Minúsculas propriedades pertencentes a camponeses extremamente pobres que as cultivavam por meio de métodos primitivos e cujo rendimento anual mal chegava para pagar os encargos que pesavam sobre ela, tanto sob a forma de impostos lançados pelo rei, como direitos senhoriais, restos do regime feudal, ainda parcialmente em vigor na França.

Nessas propriedades, o cultivo da terra era feito por bois, portanto, de forma demorada e improdutiva, dificultando o plantio e provocando retardos e prejuízos aos lavradores. A falta de infra-estrutura era outro empecilho para os camponeses, que não tinham como levar seus produtos para a comercialização. Quesnay, em seu artigo *Cereais* (1757), descreve os procedimentos e métodos utilizados no cultivo pelo pequeno proprietário, dando-nos uma idéia da carência e da pobreza desses agricultores franceses. Abaixo transcrevemos alguns trechos em que Quesnay descreve esses problemas:

[...] nas províncias onde faltavam lavradores suficientemente ricos para cultivar as terras com cavalos, os proprietários ou os arrendatários que exploravam as terras são obrigados a fazê-las cultivar por camponeses aos quais fornecem bois para lavrá-las. Vimos que os custos exigidos por este cultivo não são menos consideráveis que os do cultivo que se faz com cavalos; mas, que em lugar do dinheiro que falta nessas províncias, é a própria terra que atende às despesas. Certas terras são deixadas sem cultivos para a pastagem dos bois de lavoura, alimentados durante o inverno com o feno produzido pelas campinas e, em lugar de pagar um salário aos que trabalham, metade do produto fornecido pela colheita lhes é cedido (QUESNAY, 1996 - E, p.274).

A segunda forma era a da grande propriedade. Os grandes senhores e o clero possuíam vastas extensões de terra, mas não as cultivavam. Arrendavam-nas, na maior parte dos casos, aos meeiros, isto é, aos rendeiros, a quem os proprietários forneciam sementes e criação de bois e pagava como renda, metade da colheita.

O grande cultivo limitava-se atualmente a cerca de 6 milhões de arapenes de terra, que compreendem, principalmente, as províncias da Normandia, da Beauce, da *Île-de-France*, da Picardia, da Flandres francesa, do Hainaut e algumas outras. Um arapene de boa terra bem plantada pelo grande cultivo pode

produzir 8 sesteiros, até mesmo mais, medida de Paris, que vale 240 libras-peso; mas nem todas as terras trabalhadas por esses cultivo são igualmente férteis, porque esse cultivo é praticado mais por um resto de hábito conservado em certas províncias do que em razão da qualidade das terras. Aliás, grande parte dessas terras é mantida por arrendatários pobres, que não tem condições de bem cultivá-las: é por isso que avaliamos, em média, o produto de cada arapene de terra em apenas 5 sesteiros, deduzida a semente (QUESNAY, 1996 - E, p. 269).

As soluções buscadas por Quesnay tinham como exemplo a agricultura inglesa. Em última análise, ele pretendia remover os obstáculos que impediam a agricultura francesa de se tornar capitalista nos moldes da inglesa. Por isso, quando analisou a agricultura francesa e considerou a possibilidade de reformá-la, colocou em cena três grandes classes: os proprietários de terras, os arrendatários e os trabalhadores assalariados.

Pretendia ele que, como na Inglaterra, as três classes participassem do processo produtivo: o grande proprietário, fazendo aplicações que denominava “adiantamentos primitivos” e recebendo em troca do arrendamento da sua propriedade a renda da terra, paga pelo arrendatário; o arrendatário, o capitalista, responsável pelo investimento denominado “adiantamentos anuais” e que pagava, além da renda da terra, o salário do trabalhador e percebia o lucro; por fim, o trabalhador, que recebia o salário em troca da sua atividade produtiva.

Acreditou-se que a política devesse ter em vista a indigência dos habitantes do campo, como um estímulo necessário para conduzi-los ao trabalho. Mas não existe ninguém que não saiba que as riquezas são as grandes forças, o grande recurso da agricultura, e que é preciso muito dinheiro para bem cultivar. Os que possuem dinheiro não querem ver-se arruinados; os que não o têm trabalham inutilmente. E as pessoas não são estimuladas ao trabalho, quando nada podem esperar para o seu enriquecimento. Sua atividade é sempre proporcional ao seu êxito. Não se pode, pois, atribuir à política posições tão contrárias ao bem do Estado, tão prejudiciais ao soberano e tão desvantajosas para os proprietários dos bens do reino (QUESNAY, 1984 - A, p. 83).

Segundo Quesnay, faltavam à França políticas públicas eficazes para uma economia voltada totalmente à agricultura. Como um país agrícola, nela se deveria adotar medidas que fizessem os proprietários de terra produzir em grande quantidade, por meio de estímulos aos trabalhadores dos campos, adequação

das infra-estruturas e aplicação de recursos ao campo. Quesnay queria levar a França a praticar o que os Ingleses estavam realizando na Inglaterra:

Na Inglaterra, reserva-se uma grande porção de terras para proporcionar a alimentação dos animais. Nesta ilha existe uma quantidade espantosa de animais, cujo aproveitamento é tão considerável que só a produção de lã está avaliada em mais de 160 milhões (QUESNAY, 1984 - A, p. 86).

[...] a venda dos cereais representa um quarto do comércio interno da Inglaterra, sendo a produção dos animais muito superior à produção dos cereais. Esta abundância se deve às riquezas do cultivador. Na Inglaterra, a condição do arrendatário é de muita riqueza e de muita consideração, uma situação singularmente protegida pelo governo, lá, o cultivador valoriza abertamente suas riquezas, sem temer que seu ganho atraia a ruína por imposições arbitrárias e indeterminadas (QUESNAY, 1984 - A, p. 86).

Quesnay valorizava o que os Ingleses estavam realizando naquele país e queria que a França seguisse o mesmo raciocínio nele adotado para a economia agrícola.

Como observam Oser e Blanchfield (1983, p. 40), os fisiocratas apoiavam especialmente as fazendas capitalistas, que empregavam trabalho assalariado e técnicas avançadas. Na França, essas fazendas poderiam ser encontradas, sobretudo, no norte da França.

Entretanto, ainda que as condições gerais da agricultura fossem ponto de partida dos fisiocratas, o fato é que, como veremos com mais detalhes no exame do texto de Quesnay, *Arrendatários*, seus questionamentos tinham como pano de fundo o combate ao mercantilismo que, na França, era conhecido como “colbertismo⁶”, em homenagem ao primeiro ministro de Luís XIV e um entusiasta defensor dessa prática econômica (OSER e BLANCHFIELD, 1983, p. 37).

⁶ Para Hugon (1959), o mercantilismo descreve os princípios básicos que regulamentam as relações econômicas dos Estados Europeus nos séculos XVII e XVIII. Foi Colbert quem deu a expressão concreta ao sistema – Mercantilismo –, ressaltando os elementos competitivos entre os Estados e se esforçando para regular o comércio e a indústria da França. Dessa forma, apresentou uma contribuição máxima ao seu poder. Criou fábricas que estavam sobre o controle do Estado, fomentou indústrias, incentivou a vinda de trabalhadores estrangeiros para a França, a fim de trabalhar nas indústrias. Regulamentou a vida econômica da nação mediante códigos e inspetores. Tinha a concepção de que o metal era o que produzia a riqueza e, por isso, era necessário muito esforço para se acumular metais, forma de riqueza que significava o poder de compra de outras riquezas.

Quesnay entendia que na base do atraso da agricultura francesa estavam à política mercantilista e a política absolutista. Segundo ele, a riqueza da nação não deveria estar centralizada no comércio, que seria somente um repassador de produtos. Em sua concepção, o comércio não gera riquezas; estas, de fato, são produzidas pelo campo (agricultura). O comércio é estéril e não traz retorno, não produz a verdadeira riqueza.

Quanto à política absolutista, que sobrecarregava o camponês com uma alta taxa de impostos, sem lhes dar condições de trabalho e cultivo da terra, acabava por empobrecer a classe que a seu ver era a mais importante para a Nação. Como observaram Oser e Blanchfield (1983, p. 39), os fisiocratas opunham-se a quase todas as restrições feudais, mercantilistas e governamentais.

Ao fazer uma análise da política econômica aplicada na Inglaterra, Quesnay não negava que a política adotada para a agricultura fosse um modelo para a França, mas sem incorporar o mercantilismo lá adotado.

Ao comparar as reações contrárias ao mercantilismo na Inglaterra e na França, Rima (1977, p. 78) observa que é bem possível que estas tenham sido mais violentas na segunda do que na primeira nação. Segundo esse autor, como a economia francesa era eminentemente agrária, diferentemente da inglesa, que era manufatureira e industrial, a França tinha prosperado pouco com as providências estimuladoras da indústria introduzidas por Colbert, o grande arquiteto da política mercantilista nesse país.

O crescimento econômico na Inglaterra se dera tanto na agricultura como na industrialização e transformação dos produtos produzidos no campo. Na França, as dificuldades de avaliação da renda pessoal e a isenção do clero e da nobreza na tributação fizeram com que a carga caísse quase exclusivamente sobre o proprietário de terras e sobre o camponês, que eram os que produziam a maior riqueza. Essa política teria empobrecido as classes rurais de tal maneira que as exigências de reforma se tornaram cada vez mais insistentes, até que, por fim, encontraram respaldo nos eventos que culminaram na Revolução Francesa. Entretanto, como ainda observa Rima (1977), os fisiocratas esperavam que essas transformações “viessem de cima”, por meio de um déspota esclarecido.

Segundo se conta, a Fisiocracia teve origem em meados de 1757, em um célebre encontro entre Quesnay e o Marquês de Mirabeau. O objetivo desse encontro era discutir *O Amigo dos Homens* (*L'Ami des hommes*), publicada em 1756 pelo último. Destaca-se sobre esse encontro:

As críticas de Quesnay transformaram-se numa exposição da sua própria doutrina, e tão feliz ela foi que Mirabeau se tornou desde logo no primeiro membro da sua escola. A partir daí Quesnay teria sempre a seu lado esse discípulo inteiramente dedicado que nunca cessaria de lutar pelas idéias do grupo, chegando mesmo a ridicularizar-se, tal o zelo posto nessa luta. Acrescente-se ainda que, através de *L'Ami des hommes*, Mirabeau tinha alcançado uma popularidade que o tornava um elemento muito valioso para um movimento nascente (CARDOSO, 1966, p. 43-44).

Afirma Schumpeter (1968, p. 48) que dificilmente um historiador da ciência pode afirmar com toda a certeza quem foi seu fundador. Entretanto, no caso da Fisiocracia, todas as suas idéias essenciais e, ao mesmo tempo, todas as energias do chefe pertencem a Quesnay. Completa esse autor:

Ele criou essas idéias numa medida muito superior a qualquer outro economista. Foi um dos mais originais pensadores dentre os maiores economistas. Os que se uniram a ele foram ou se converteram em seus discípulos, de tal forma se alienaram sob sua bandeira que desconheço, no campo científico, qualquer outro exemplo (SCHUMPETER, 1968, p. 48-49).

Quesnay foi o primeiro a conceber as atividades econômicas como um fluxo constante de rendas entre grupos sociais; foi o primeiro também a organizar formatos de como alcançar o equilíbrio econômico. Em sua obra *Direito Natural* (1765), ele sustenta que todo homem tem um direito natural ao livre exercício de suas faculdades, desde que não as empregue em prejuízo próprio ou de outros. Ele afirma que as atividades exercidas pelo Estado ferem a liberdade de cada indivíduo e a população deve, por meio de opinião pública inteligente, opor-se à violação desse direito natural, que tem como sustentação, a liberdade, a segurança e a propriedade. De acordo com Quesnay,

Só a razão não basta para o homem conduzir-se. É preciso que, por meio de sua razão, ele adquira os conhecimentos que lhe são necessários, os use para proceder dignamente e para obter os bens de que necessita. A ignorância é o tributo primitivo do homem bruto e isolado; na sociedade, ela é a enfermidade mais funesta dos homens; é até um crime, pois os homens, sendo dotados de inteligência, devem elevar-se a uma ordem superior ao estado de brutalidade. É um crime enorme pelo seu delito, pois é a causa mais geral das infelicidades do gênero humano e de sua indignidade em relação ao Autor da natureza, em relação à luz eterna, à razão suprema e à causa primeira de todo bem (QUESNAY, 1984 - H, p.161).

Em sua filosofia, Quesnay contempla o sistema dedutivo posto por Locke e Cumberland. Embora individualista, ele contém a influência escolástica assinalada, segundo Gomes, “[...] pelo socialista Max Beer quando diz que a obra de Quesnay lida à luz do *ius naturale* e da ética Aristotélica e escolástica, como uma reação contra o mercantilismo, ganha muito em racionalidade e consistência [...]” (GOMES, 1958, p. 128).

Escreveu Quesnay alguns verbetes para a *Encyclopédie*, dirigida por D'Alembert e Diderot. Os dois primeiros artigos, *Evidence* e *Fonction de l'âme* tinham caráter acentuadamente filosófico. Posteriormente, em 1756, no tomo VI da *Encyclopédie*, publicou *Arrendatários (Fermiers)*, expondo, pela primeira vez, os princípios da doutrina fisiocrata; em 1757, no tomo VII, publicou: *Cereais (Grains)*. Escreveu também outros verbetes, que não foram publicados: *Homens (Hommes)*, *Impostos (Impôts)* e *Lucro do dinheiro (Intérêt de l'argent)*. Este último texto foi publicado por Dupont de Nemours em 1766, no *Journal de l'agriculture, de commerce e des finances*.

Aqueles que mantiveram contato com Quesnay chamam a atenção para o fato de ele ser uma pessoa despojada, interessada vivamente pela ciência. Em seu depoimento sobre Quesnay, Smith (1985, p. 141) afirma que se tratava de uma pessoa modestíssima e de grande simplicidade.

Uma das características da Fisiocracia é que Quesnay não publicou qualquer livro de economia: seus escritos apareceram dispersos em jornais, coletâneas de artigos sobre a Fisiocracia, na *Encyclopédie*⁷ ou em folhetos

⁷ A Obra “Enciclopédia” foi um volumoso compêndio de conhecimento escrito em Francês a cargo de Denis Diderot e Jean d' Alembert, em 1747. Seu nome original é *Encyclopédie*, ou *Dictionnaire*

isolados. Grande parte desses trabalhos não continha indicação de autor, alguns eram inteiramente anônimos e outros foram assinados com pseudônimos nem sempre esclarecedores.

Para se compreender a Fisiocracia deve-se levar em conta que Quesnay inicialmente não escreveu sobre questões econômicas, mas sobre questões de ordem filosófica. Começou por formular um corpo de idéias em torno dessas questões para, a partir dele, tratar dos aspectos econômicos da sociedade humana. Assim, como destaca Denis (p. 162-163), em uma passagem do seu *Ensaio filosófico sobre a economia animal*, de 1747, Quesnay expõe suas idéias sobre a natureza do homem, particularmente seus “direitos naturais”. Assim, afirma que todas as nossas idéias vêm do exterior pela via dos sentidos.

Os objetos a que chamamos corpo ou matéria são eles próprios, na ordem natural, as causas físicas de todas as diferentes idéias representativas, das diferentes afecções, da felicidade, da infelicidade, das vontades, das paixões, das determinações do nosso ser sensitivo [...] (DENIS, 1978, p. 162).

Em outra passagem, escreve:

Somos certificados por nossas sensações de que estas próprias sensações, todos os efeitos e todas as mudanças que acontecem nos corpos, são produzidos por uma primeira causa, que é a ação desta mesma causa que vivifica todos os corpos vivos e que constitui essencialmente todas as formas ativas e sensitivas e intelectuais (DENIS, 1978, p. 162).

A natureza seria uma ordem desejada por Deus, intangível e cognoscível. Esta constitui uma concepção central na doutrina ou sistema dos fisiocratas.

Semelhante filosofia parece permitir a realização de uma concordância entre a ciência e a fé. De acordo com Quesnay, a ciência é inteiramente materialista, justamente por combinar noções que têm sua origem na matéria, mas existe em sua doutrina uma associação de materialismo e espiritualismo, que se expressa na seguinte passagem da sua obra *Ensaio sobre a economia animal*.

raisonné des sciences, des arts et des métiers, ou seja, 'Enciclopédia', o dicionário direcionado às ciências, artes e ofícios. (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: outubro de 2008)

Os nossos conhecimentos evidentes não bastam, sem a fé, para nos conhecermos a nós mesmos, para descobrir a diferença que distingue essencialmente o homem ou o animal racional dos outros animais; porque, a não considerar mais que a evidência, a própria razão, sujeita às disposições do corpo, não pareceria essencial aos homens, porque há alguns que são mais estúpidos, mais ferozes, mais insensatos, que as bestas; e porque as bestas definem nas suas determinações o mesmo discernimento que observamos em nós próprios, principalmente nas suas determinações relativas ao bem e ao mal físico. Mas a fé ensina-nos que a sabedoria suprema é ela própria a luz que ilumina todo o homem vivo deste mundo; que o homem, pela sua união por essência com a inteligência, é elevado a um mais alto grau de conhecimento que o distingue das bestas: ao conhecimento do bem e do mal, pelo qual pode dirigir-se racionalmente e com equidade no exercício da sua liberdade (DENIS, 1978, p. 163).

Entretanto, a adesão a uma doutrina das idéias morais conhecidas pela fé não afasta Quesnay da concepção de uma ciência “exata” da política. Com efeito, ele admite a existência de pelo menos um domínio nas atividades humanas que não depende em nenhum grau da moral: trata-se do domínio das atividades econômicas, nas quais, efetivamente, estaríamos em presença de quantidades, dado que todos os objetos trocados têm um preço.

Ainda de acordo com Denis (1978, p. 164), Quesnay não procura conceber o homem em um estado anterior ao da fundação da sociedade. Ao contrário, toma-o tal como o vê e verifica que o exercício de cada uma das suas faculdades físicas exige que todos respeitem a vida e os bens de outrem. Isto constituiria o fundamento dos direitos naturais, que nada teria a ver com a moral. Por isso, escreve: “Entendo por direitos naturais os que a própria natureza nos destinou; tal é, por exemplo, o direito que têm à luz todos os homens a quem a natureza deu olhos” (DENIS, 1978, p. 164).

Em suma, para ele, o direito natural era o de usufruir a vida, exercer todas as faculdades humanas e, também, usufruir o direito de propriedade. No texto de 1747, Quesnay fundamenta este direito na idéia de que a conservação da vida humana supõe a partilha das propriedades. Todos os homens teriam, por consequência, naturalmente, direito a tudo indistintamente. Entretanto, a ordem natural quer que cada homem desista desse direito geral e indeterminado, justamente pelo fato de que seu direito é efetivamente limitado, pela própria natureza, à quantidade de bens que lhe é necessária para se conservar. Desse

modo, é necessário que ou os homens vivam à maneira dos animais e cada um se apodere diariamente da porção de que tem necessidade ou que formem entre si uma partilha que assegure cada um a parte que deve ter.

Posteriormente, em 1765, Quesnay publica seu texto *Direito natural*, retomando esta justificativa da propriedade e desenvolvendo, de maneira explícita, a idéia de que o direito de propriedade é o trabalho: “O direito natural de cada homem reduz-se na realidade à porção que pode alcançar pelo seu trabalho” (DENIS, 1978, p. 165).

Dessas formulações não deriva, no entanto, uma doutrina da limitação do direito de propriedade. Em nome da ordem natural que presidiria a sociedade, Quesnay afirma, no texto de 1747, que a desigualdade das fortunas deve ser admitida sem qualquer tipo de restrição:

Mil causas naturais contribuem inevitavelmente e necessariamente para produzir esta desigualdade; ora estas causas nunca são sujeitas à ordem moral, pertencem a um sistema muito mais geral. [...] agem para a conservação de um todo e a sua ação é regulada segundo as opiniões e os desígnios da inteligência suprema que construiu o universo. [...] Os próprios homens muito contribuem também para essa desigualdade. [...] Os homens nunca são encarregados de reparar as perdas dos outros, principalmente aquelas que nos acontecem pelo mau uso da nossa liberdade. [...] A autoridade reprime as empresas dos que querem invadir os nossos bens ou atentar contra a nossa liberdade ou a nossa vida; mas não pode, sem perturbar a ordem da sociedade e sem favorecer o desregramento dos homens que caem na indigência pela sua má conduta, remediar os desregramentos que acontecem continuamente na distribuição dos bens (DENIS, 1978, p. 165).

Em 1765, Quesnay retoma essa afirmação, apoiando-se, então, na idéia de que o homem teve de abandonar o estado natural, no qual a propriedade era limitada aos frutos do trabalho, para passar ao estado social, no qual não é concebível nenhuma limitação da propriedade. Assim, escreve:

Mas, ao considerar as faculdades corporais e intelectuais, e os outros meios de cada homem em particular, encontraremos ainda uma grande desigualdade relativamente ao gozo do direito natural dos homens. Esta desigualdade não admite nem justo nem injusto no seu princípio; resulta da combinação das leis da Natureza; e, não podendo os homens penetrar os desígnios do Ser supremo

na construção do universo, também não pode elevar-se até ao destino das regras imutáveis que Ele instituiu para a formação e a preservação da sua obra. Todavia, se examinarmos estas regras com atenção, compreenderá, pelo menos, que as próprias causas físicas do mal físico são as causas dos bens físicos; que a chuva que incomoda o viajante fertiliza as terras; e, se meditarmos, sem juízos preconcebidos, verá que estas causas produzem infinitamente mais bem que mal e que são instituídas unicamente para o bem [...] (DENIS, 1978, p. 165-166).

Assim, como podemos perceber, os fisiocratas entendiam que a desigualdade era ditada pela natureza e, por conseguinte, uma sociedade somente teria condições de existir com base nessas condições.

Analisaremos, a seguir, dois escritos de Quesnay, que julgamos essenciais para a compreensão da Fisiocracia: *Arrendatários* e *Quadro econômico*⁸.

Como assinalamos, o texto *Arrendatários* é um verbete da *Encyclopédie*, publicado em 1756. Trata-se do primeiro texto econômico de Quesnay.

Kuntz, ao interpretar a obra de Quesnay, *Arrendatários*, relata:

Embora muitos leitores tenham enfatizado, sobretudo, o lado liberal do pensamento fisiocrático – o *laissez-faire*, o não-intervencionismo -, o fato é que François Quesnay não negligencia o papel do Estado no desenvolvimento. Para ele, definir as esferas de atuação da coroa e dos particulares não corresponde a fixar domínios estritamente separados de atuação. A ação da coroa, o mais forte e o mais importante dos proprietários, deve estabelecer os próprios fundamentos do progresso, pelos investimentos na infra-estrutura física – em vias de transporte, por exemplo – e na educação dos cidadãos, que devem aprender “as leis da ordem natural mais favorável ao gênero humano”. Além disso, é claro, cabe à esfera política montar as melhores condições institucionais para o florescimento da produção (KUNTZ, 1984, p.10).

Nele, segundo Kuntz (1984, p. 9), Quesnay põe em confronto duas formas de organização da agricultura. De um lado, a “grande cultura”, organizada em termos capitalistas e baseada no uso do cavalo; de outro, a pequena propriedade, nas mãos de camponeses e meeiros, fundada na utilização de bois e que dominava a maior parte da França.

⁸ Utilizaremos os textos publicados na coletânea organizada por Kuntz (1984).

Na estimativa de Quesnay, por exemplo, aproximadamente 5/6 das terras cultivadas o eram por meio dos pequenos produtores. Assim, a agricultura francesa poderia ser classificada em dois grandes grupos. No primeiro, teríamos a grande cultura, a grande exploração, a presença do arrendatário ou *fermier*, o capitalista, empregando cavalos. No segundo, a pequena propriedade, a presença do meeiro ou *métayer*, empregando bois. De acordo com Oliveira:

[...] os escritos de Quesnay apontam, invariavelmente, para a necessidade de se liberar a produção de todos os obstáculos que estavam tolhendo seu desenvolvimento. Em “Arrendatários”, por exemplo, Quesnay combate, o tempo todo, as leis e tributos que colocavam obstáculos ao livre desenvolvimento da agricultura, impedindo sua capitalização (OLIVEIRA, 1991, p.16).

Consideremos, pois, o verbete *Arrendatários*. Logo no início do texto, Quesnay não deixa dúvidas sobre o que entende por *Arrendatários*:

[...] são aqueles que alugam e valorizam os bens do campo e que proporcionam as riquezas e recursos essenciais à manutenção do Estado. Assim, o emprego do “arrendatário” é assunto muito importante no reino e merece grande atenção da parte do governo (QUESNAY, 1984 - A, p.72).

O verbete *Agricultor*, também publicado na *Encyclopédie*, mas de autoria anônima (acredita-se que tenha sido escrito por Diderot e D'Alembert), é um resumo das idéias fisiocratas. Esse resumo não deixa dúvidas quanto ao agricultor de que fala a Fisiocracia. Trata-se de um capitalista, ou seja, a Fisiocracia é partidária da agricultura capitalista. Assim, o agricultor é caracterizado nesse verbete segundo Smith:

Não se trata de um homem que executa trabalhos pesados, de um assalariado que faz curativos nos cavalos e nos bois e que conduz a charrua. Não é possível saber o que ele é, e menos ainda o que ele deverá ser, se ficarmos presos a idéias como incivilidade, indigência e menosprezo. Infeliz do país em que o agricultor é, de fato, um homem pobre. Isto só poderia se dar numa nação, também ela pobre, e que se encontrasse numa decadência progressiva de efeitos os mais funestos (SMITH, 2001, p. 211).

Assim, após indicar que seu ponto de partida para examinar a agricultura francesa é o agricultor capitalista, Quesnay destaca que não se pode, nesse caso, ficar preso à superfície dos fatos. Ainda que a França esteja cultivada em sua maior parte, ele adverte que é preciso considerar o produto das colheitas e o estado dos cultivos. Considerando que somente um exame muito extenso e muito profundo poderia responder a essas questões, lembra: “As diferentes maneiras de tratar as terras que cultivamos e as causas que para isso contribuem decidem os produtos da agricultura. É preciso bem conhecer os diferentes tipos de cultivos para julgar a situação atual da agricultura no reino” (QUESNAY, 1984 - A, p. 73).

Observando que existem dois tipos de cultivos: o dos arrendatários com cavalos e o dos meeiros com bois, destaca qual deles seria de seu ponto de vista, mais vantajoso para o país:

As terras são comumente cultivadas por “arrendatários” com cavalos ou por meeiros com bois. Pouco importa que julguemos o uso dos cavalos e dos bois igualmente vantajosos. Consultem os próprios cultivadores e os encontrarão decididos em favor do gênero de cultivo dominante em sua província. [...] Somente “arrendatários” ricos podem servir-se de cavalos para lavrar as terras. É preciso que um “arrendatário” estabelecido com uma charrua de quatro cavalos faça despesas consideráveis antes de obter uma primeira colheita (QUESNAY, 1984 - A, p. 72).

Segundo ele, os próprios cultivadores estavam divididos quanto ao assunto, inclinando-se para o sistema predominante em sua província. Para se decidirem, seria necessário que tivessem conhecimentos acerca dos dois tipos de cultivo, o que dificilmente ocorria. Considera, no entanto, que mesmo que isso fosse possível, as causas que os obrigavam a cultivar com bois não lhes permitiriam cultivar com cavalos. Quer dizer com isso que não importava a opinião dos cultivadores, pois as causas objetivas, as suas condições financeiras reais, determinavam sua escolha.

Com isso, Quesnay busca refletir sobre as causas que determinavam o tipo de cultivo. Antes, no entanto, compara os dois tipos de cultivo em muitos aspectos, chegando à conclusão de que a riqueza da nação somente poderia ser alcançada por meio da agricultura que se valesse da riqueza ou capital. Nas províncias onde não existem arrendatários, os proprietários de terras não têm

outro recurso, para retirar alguns produtos de seus bens, senão fazer com que os camponeses cultivem as terras com bois, entregando-lhes metade da colheita. Prossegue:

Este tipo de cultivo exige muito poucos gastos do meeiro. O proprietário lhe fornece os bois e a semente. Os bois, depois do trabalho, vão buscar sua comida nas pastagens. Todos os gastos do meeiro se restringem aos instrumentos da lavoura e às despesas para sua alimentação até tempo da primeira colheita – e muitas vezes o proprietário é obrigado a adiantar-lhe estes gastos (QUESNAY, 1984 - A, p. 173-74).

Após ter comparado as duas formas de cultivo, apontando a vantagem do grande cultivo, já que “sete milhões de arpentos produzem, por este sistema, 14 milhões de sesteiros de cereais, ao passo que 30 milhões de arpentos cultivados sob a forma da pequena propriedade rendem apenas 28 milhões de sesteiros” Quesnay (1984 - A, p.84) discute os motivos ou as causas que afugentam os capitais do campo, fazendo com que a agricultura fique entregue aos pobres camponeses. Para ele, três seriam as causas que afugentava os ricos, impedindo-os de empregar seus capitais no campo.

A primeira causa seria a proibição do comércio de cereais, tanto internamente, entre as províncias, como externamente, por meio da exportação. Com isso, o preço dos cereais era mantido artificialmente baixo, desestimulando os ricos de empregar seus capitais nesse ramo, pois o prejuízo era certo. Acrescente-se a existência de determinações quanto ao que se deveria plantar nas diferentes províncias. Algumas eram obrigadas a plantar cereais, independentemente do seu preço. Outras, a plantar a vinha, qualquer que fosse o preço do vinho. Assim, não era sem sentido que os fisiocratas reivindicavam a liberdade de produção e de comércio, ou, como se expressavam na língua francesa, o *Laissez faire; laissez passer*. Em suma, reivindicavam o fim das restrições à produção e ao comércio que tinham origem no mercantilismo, no absolutismo e no que restava do mundo feudal.

Observava Quesnay “A liberdade da venda de nossos cereais ao exterior constitui, portanto, um meio essencial e mesmo indispensável para reativar a agricultura no reino” (QUESNAY, 1984 - A, p. 94). No verbete *Agricultor*,

encontramos a seguinte frase, emitida para responder à questão do que levaria homens ricos a empregar seu tempo e seu dinheiro na agricultura: “Não há outro meio senão garantir ao “agricultor” a venda de seus produtos e deixar que ele produza com toda a liberdade (SMITH, 2001, p. 212).”

Em outro verbete, *Homens*, de 1757, tão importante quanto *Arrendatários*, Quesnay retoma a idéia de que seria a liberdade de comércio que tornaria produtivas as atividades, que atrairia os homens e os fundos – capital – para a agricultura. Em suma, a condição para se criar uma nação forte e poderosa seria por meio da liberdade de produção e comércio:

Assim, o principal objeto do governo é facilitar, pelo comércio, a venda dos gêneros alimentícios: pois, sem a venda, a própria abundância das produções não aumentaria as rendas do Estado: ao contrário, a abundância as faria cair no não-valor, elas não restituíam os gastos que elas custam aos cultivadores, e as rendas dos bens de raiz seriam aniquiladas: não se deve procurar a abundância dos gêneros em um Estado que em razão da venda e do preço que restitui as despesas e que forma rendas para aí alcançar êxito é então essencial facilitar plenamente o comércio com o estrangeiro: a venda e o preço baixo reunidos concederão grandes rendas que aumentarão a população, pois os homens são atraídos para um estado pelas rendas que pagam seus trabalhos, que lhes asseguram ganhos e lhes concedem o bem-estar (OLIVEIRA, 1991, p. 17).

A segunda causa era o que os fisiocratas denominavam de “impostos arbitrários”, em particular, a talha, que era um imposto destinado à manutenção do exército e cujo montante eram as necessidades da Coroa. Assim, os impostos não eram cobrados a partir e em proporção com os rendimentos da nação, mas em função das necessidades de despesa do governo, que nunca tinham limites. Os fisiocratas reivindicavam que os impostos fossem cobrados do rendimento de cada um, proporcionalmente ao lucro.

Resumindo, Quesnay afirma: “Mas é preciso, ainda, que o cultivador não seja molestado por imposições arbitrárias e indeterminadas, pois, se esta condição não for protegida, ninguém quererá expor suas riquezas a uma situação tão perigosa” (QUESNAY, 1984 - A, p. 95). Também no verbete *Agricultor* encontramos uma formulação próxima dessa reivindicação: “Impostos arbitrários

tendem claramente a conter todos os esforços do agricultor e a impedir os investimentos que ele tencionava fazer” (SMITH, 2001, p. 213).

A terceira causa era a arregimentação militar. Como destaca Quesnay (1984 - A, p. 95), os filhos dos arrendatários temiam demasiadamente o serviço militar. Como na França o recrutamento recaía sobre a população rural, poupando a das cidades, ocorria que os filhos dos camponeses mais abastados, que poderiam ficar no campo e aplicar seu pecúlio, caso existissem condições, iam para a cidade, mudando de profissão. Por isso, Quesnay afirma:

A rigor, ninguém deve ficar isento deste serviço, a não ser que o governo, que determina a ocupação dos homens no reino, dispense alguns para o bem do próprio Estado. Dentro desta perspectiva, ele não reduz à simples condição de soldado aqueles que por suas riquezas ou por suas profissões possam ser mais úteis à sociedade. Por esta razão, o *status* do *arrendatário* poderia ser distinto do *status* do meeiro, se estas duas posições fossem bem conhecidas (QUESNAY, 1984 - A, p.95).

Por isso, não adiantava o governo tentar controlar a situação por meio de regulamentos e proibições. Lembra Quesnay: “Aqueles que são suficientemente ricos para abraçar a condição de ‘arrendatário’ têm, pelas suas próprias possibilidades, a facilidade de escolher outras profissões. Assim, o governo não pode determinar a não ser por uma decidida proteção, que eles se dediquem à agricultura” (QUESNAY, 1984 - A, p. 95). Como Quesnay havia destacado anteriormente, é a riqueza que produz a riqueza. É “o rico arrendatário [que] ocupa e sustenta o camponês. O camponês fornece ao pobre cidadão a maior parte das mercadorias necessárias à sua subsistência. Em todo o lugar onde falta o arrendatário e onde os bois lavram a terra, os camponeses perecem na miséria” (QUESNAY, 1984 - A, p. 96).

O *Quadro Econômico* foi publicado, pela primeira vez, em fins de 1758. Pouco tempo depois, em 1759, surgem as segunda e terceira edições desse que foi considerado o primeiro “modelo” econômico. Mirabeau considerou-o, ao lado da escrita e da moeda, as três maiores invenções da humanidade. Segundo relata Smith:

Desde o início do mundo houve três grandes invenções que foram as principais responsáveis pela estabilidade das sociedades políticas, independentemente de muitas outras invenções que as enriqueceram e lhes deram decoro. A primeira é a escrita, a única que dá à natureza humana o poder de transmitir, sem alteração, suas leis, seus contratos, seus anais e suas descobertas. A segunda, a do dinheiro, que une entre si todas as relações entre as sociedades civilizadas. A terceira é a Tabela Econômica, consequência das outras duas e que as completa, por aperfeiçoar seu objetivo; essa é a grande descoberta de nossa época, mas cujo benefício será colhido pela posteridade (SMITH, 1985, p. 141).

De acordo com Oser e Blanchfield (1983), o *Quadro Econômico* caracterizava um fluxo circular de bens e de moeda em uma economia ideal livremente competitiva. Acrescentam: “Esta foi à primeira análise sistemática do fluxo de riqueza baseado no que posteriormente se chamou de macroeconomia” (OSER E BLANCHFIELD, 1983, p. 42). Mais adiante, tratando das contribuições dos fisiocratas, assinalam que o *Quadro Econômico* foi o precursor da análise da renda nacional, lançando os fundamentos do trabalho estatístico para descrever uma economia.

Fazendo uma análise do *Quadro econômico*, Rima (1977, p. 84) afirma que ele era uma descrição da criação e circulação da riqueza entre as três classes. Destaca que, para pensar o *Quadro* e a circulação da riqueza pelo corpo social, Quesnay, formado em medicina, teria se inspirado na descoberta feita por William Harvey (1578 – 1657) da circulação do sangue no corpo humano. Ao tecer essa comparação entre a circulação sangüínea e a da produção, Quesnay explicita que a produção e a sua boa circulação são tão vitais para a conservação dos homens como o sangue.

Quesnay construiu uma tabela que, por meio de linhas que passam em ziguezague de uma coluna para outra, têm a intenção de demonstrar a interdependência das classes econômicas que se nutrem e se sustentam mutuamente por meio dos seus dispêndios (RIMA, 1977, p. 84).

Na opinião de Hugon (1959, p. 114), outro estudioso da Fisiocracia, o *Quadro econômico* teria a função de colocar em evidência a ordem natural que, segundo os fisiocratas, regiam os fenômenos econômicos. Mais adiante, esse

mesmo autor observa que o “*Quadro econômico* foi à primeira expressão racional do funcionamento da vida econômica em seu conjunto” (HUGON, 1959, p. 116).

De acordo com Murteira (1966), Marx assim caracterizou o Quadro:

1) [...] foi uma tentativa tendo por fim apresentar o conjunto do processo de produção do capital como um processo de reprodução, e sua circulação, somente como uma forma desse processo de reprodução [...]; 2) [...] essa foi uma tentativa tendo por fim integrar a esse processo de reprodução a origem da renda, as trocas entre o capital e a renda, as relações entre o consumo de reprodução e o consumo final, e para integrar à circulação do capital a circulação entre produtores e consumidores (na realidade, entre o capital e a renda); 3) [...] essa foi uma tentativa tendo por fim apresentar como elementos do processo de reprodução a circulação entre as duas grandes subdivisões do trabalho produtivo, - entre a produção de matérias primas e a indústria [...] (MURTEIRA, 1966, p. 13).

Entretanto, como destaca Kuntz (1984), as primeiras reações ao Quadro econômico, quando foi publicado, foram divergentes entre si: “Houve admiração apaixonada, críticas sarcásticas e também puras perplexidade” (KUNTZ, 1984, p. 7).

Ainda segundo Kuntz (1984, p. 8), Quesnay não estava interessado apenas na descrição do funcionamento da economia e de suas condições de equilíbrio. Antes, como todos os economistas da sua época, estava preocupado, em primeiro lugar, com a descoberta das causas da prosperidade e da pobreza. A economia era, assim, uma ciência do estadista, ou seja, deveria ser prezada por suas conseqüências na orientação da vida social. É sob esse aspecto que analisaremos o Quadro econômico.

Com bastante razão, Rima (1977) destaca que o verdadeiro significado do Quadro surge quando se articula sua teoria pura com as propostas fisiocratas de reforma. Prossegue o autor:

A essência da teoria que o Tableau sustenta e tenta demonstrar é que somente a natureza pode gerar um produto líquido, e que uma economia ideal manteria somente as atividades e práticas que não usurpassem sua criação. A França sob o reinado dos Luíses estava longe deste ideal. Sofria de uma variedade de abusos tributários, de impedimentos ao comércio, tanto em nível nacional como internacional, de uma classe mercantil desnecessariamente grande, de uma organização agrícola

doentia, empreendimentos industriais monopolistas, e de uma dívida pública sempre em expansão associada a guerras coloniais fracassadas e aos dispêndios excessivos da corte (RIMA, 1977, p. 88)

Deixemos, entretanto, que o próprio criador do *Quadro econômico* fale sobre ele e nos explique qual era a sua intenção. Em uma carta a Mirabeau, a primeira sobre o *Quadro*, Quesnay afirma:

Tentei construir um quadro fundamental da ordem econômica para nele representar as despesas e os produtos por uma forma fácil de compreender, e para julgar claramente das coordenações que o governo pode realizar e das descoordenações que ele pode introduzir (QUESNAY, 1966 - F, p. 63).

Na segunda carta a Mirabeau, mais extensa do que a primeira, Quesnay (1966 - F, 73) explica em detalhes o que pretendia com o *Quadro*, afirmando que diante do ziguezague era difícil apreender as suas relações, ou antes, penetrar a sua evidência. Como nossa intenção não é examinar o *Quadro*, mas apenas destacar a sua importância, verifica algo que é digno de atenção. Quesnay descreve, por meio de um conjunto de linhas que unem três colunas, na forma de ziguezague, o processo de criação e distribuição da riqueza por toda a sociedade a partir da aplicação de uma riqueza ou capital na agricultura. Entretanto, essa descrição ideal encontra-se travada, na França, por uma série de obstáculos. Por isso, Quesnay observa que o funcionamento do *Quadro* depende de certos pressupostos. Esses pressupostos não são nada mais do que a sociedade burguesa funcionando sem os entraves de ordem feudal, mercantilista e absolutista. Para exemplificar isso, citaremos, por ser bastante simples e direto, o sétimo pressuposto:

[...] 7º. Que o imposto não seja destrutivo ou desproporcionado ao total do rendimento da nação, que o seu aumento acompanhe o aumento do rendimento, que seja lançado diretamente sobre o rendimento dos proprietários e não sobre os gêneros, dado que assim multiplicaria os encargos de percepção e prejudicaria o comércio; que também não seja lançado sobre os adiantamentos dos rendeiros dos bens de raiz cujas riquezas devem ser cuidadosamente reservadas para as despesas do cultivo e para evitar perdas de rendimento (QUESNAY, 1966 - F, p. 79).

A Fisiocracia tem sido bastante estudada e por grandes autores. Kuntz (1984, p. 7), em sua introdução à edição de uma coletânea de textos de Quesnay, concordando com as apreciações de Marx e Schumpeter acerca dessa doutrina, ressalta que os autores lhe dão um papel de primeiro plano justamente por estudar os fenômenos da sociedade como sujeitos às leis “naturais”, independentes da vontade humana.

Exporemos aqui apenas a apreciação que três grandes escritores fizeram dessa doutrina: Adam Smith, contemporâneo e amigo dos fisiocratas, com os quais esteve em sua viagem à França, Aléxis de Tocqueville, que a estudou em vinculação com a Revolução Francesa, e Karl Marx, que, fazendo justiça a Quesnay, considerou-o seu precursor, conforme relata Murteira que:

A sistematização da doutrina fisiocrata constitui um projeto extremamente ambicioso que, ao cabo de dois séculos, não conseguiu ainda ser realizado. De fato, encontram-se na fisiocracia, lado a lado com aspectos nitidamente reacionários, os germens de algumas das mais avançadas teorias econômico-sociais. Tudo apresentado emaranhado de tal forma confuso que, como afirmou Karl Marx, “tem quebrado os dentes a todos os críticos e historiadores de Economia Política que deles se ocuparam até hoje”. É por isso mesmo que a fisiocracia se mantém um tema de interesse atual, como facilmente o comprovam as obras recentemente publicadas sobre ela. [...] bem quanto era avançada a sua teoria se pensarmos que, embora ela tenha, como já afirmamos, ficado praticamente esquecida durante quase um século, só conseguiu voltar a ser considerada com algum interesse depois da publicação, em 1846, do volume de Eugène Daire sobre os fisiocratas, ela não mais deixou, desde então, de constituir motivo de interesse de eminentes economistas, começando em Karl Marx, o primeiro a reconhecer Quesnay como seu precursor” (MURTEIRA, 1966, p. 7).

Adam Smith, em sua obra *A riqueza das nações* (1776), não apenas fez uma resenha do pensamento fisiocrata como buscou marcar suas diferenças em relação a ele.

De acordo com Cannan (1996, p.3), Adam Smith renunciou a seu posto na Universidade e, no início do ano seguinte, partiu com Buccleugh para uma viagem de dois anos e meio à França. Radicou-se em Toulouse, onde, “para passar o tempo”, começaria a escrever as primeiras notas para sua grande obra. Viajou, intermitente, mas intensamente, a partir do segundo semestre de 1764. Visitou a

região de Bordeaux, realizou um longo *tour* pelo sul da França e permaneceu dois meses em Genebra, quando conheceu Voltaire, de quem se tornou profundo e respeitoso admirador. Em dezembro de 1765, mudou para Paris, onde Hume — então Secretário da Legação Britânica e figura prestigiadíssima nos círculos oficiais e intelectuais franceses — lhe abriu as portas da corte e dos salões.

Adam Smith era reconhecido intelectualmente em Paris por meio de sua obra, *Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada na França em 1764. Surgira então a oportunidade de acesso ao restrito grupo dos *économistes* liderados por François Quesnay, o que lhe valeu conhecer a fundo o pensamento fisiocrático — à época, segundo Schumpeter (1968), quase uma *façon de salon*.

O contato com os fisiocratas e, especialmente, com Turgot — com quem, segundo Condorcet (1743-1794), Smith manteria correspondência por longo período após seu retorno à Grã-Bretanha — teria grande influência sobre aspectos teóricos fundamentais de *A Riqueza das Nações*. Sua estada na França interrompeu-se brusca e tragicamente em outubro de 1766 com o assassinato do irmão mais moço de Buccleugh, também sob sua custódia desde fins de 1764, o que o obrigou a retornar imediatamente a Londres.

Segundo Cannan (1996) tem-se afirmado que Smith pode ter travado conhecimento com muitas obras dessa escola antes de redigir as notas de suas preleções e formular sua teoria. No entanto, as notas de suas preleções constituem uma prova evidente de que, na realidade, Smith não tinha tal conhecimento ou, em todo caso, não havia assimilado as teorias econômicas principais dos economistas franceses.

Se verificarmos que não existe vestígio algum dessas teorias nas preleções, e por outro lado em *A Riqueza das Nações* elas estão muito presentes, e se considerarmos que nesse meio tempo Smith havia estado na França e freqüentara a companhia de todos os membros proeminentes da “seita”, incluindo seu mestre, Quesnay, é difícil compreender por que motivo, sem evidência alguma, deva ser impedido de acreditar que Smith sofreu a influência fisiocrática depois do período que passou em Glasgow, e não antes ou durante esse período. A profissão de fé dos *Économistes* está incorporada no *Tableau Économique* (Quadro Econômico) de Quesnay, que um dos membros da escola descreveu como digno de ser qualificado, juntamente com a imprensa e o dinheiro, como uma das três maiores invenções do gênero humano (CANNAN, 1996, p. 24).

A preocupação com o estabelecimento das diferenças é fundamental justamente pelo fato de Quesnay e Smith se encontrarem no mesmo campo doutrinário, ou seja, eram partidários da liberdade de produção e comércio. Além de os fisiocratas serem os primeiros a, de modo sistemático, defender os princípios do liberalismo econômico, tinham outros pontos em comum com Smith. Este reconhecia a importância e a contribuição dessa doutrina para a economia política e, por isso, tinha uma atitude para com ela bastante simpática. Entretanto, e por isso mesmo, tinha que marcar as diferenças, para fazer destacar a sua própria doutrina.

Logo no início de suas considerações acerca da Fisiocracia, Smith (1985, p. 129) observa que esse sistema nunca havia sido adotado por nenhuma nação e que até então, 1776, ano da publicação do seu livro *A riqueza das nações*, existia apenas nas especulações de algumas poucas pessoas da França dotadas de grande erudição e talento.

Mostra Smith que os fisiocratas surgiram em oposição ao colbertismo. Essa forma do mercantilismo que havia surgido na França era caracterizada por uma grande intervenção e regulamentação da economia. De acordo com Brue (2006, p. 32), a Fisiocracia foi uma reação aos mercantilistas e às características feudais do antigo regime na França. Ao se opor aos mercantilistas, no entanto, os fisiocratas tinham caído no extremo oposto. Enquanto os primeiros entendiam que a riqueza advinha da manufatura e do comércio, os segundos afirmavam que a riqueza tinha sua origem na agricultura.

Em seu capítulo sobre a Fisiocracia, Smith empenha-se em demonstrar que a formulação dos Fisiocratas era incorreta e que todos os ramos sejam da produção, agricultura, indústria, comércio, transporte, seja da mineração, eram produtivos. Para tanto, Smith denomina todas as atividades produtivas de “indústria”, querendo, com isso, chamar a atenção para o fato de que eram todas elas atividades que produziam a riqueza da nação.

Apesar de suas restrições à Fisiocracia, Smith tem dela uma avaliação bastante positiva.

[...] apesar das suas imperfeições, talvez seja o mais aproximado da verdade que jamais se publicou em matéria de Economia Política, e por isso merece a consideração de todos quantos

desejem examinar com atenção os princípios dessa ciência altamente importante (SMITH, 1985, p. 140).

Segundo Smith, as contribuições dos fisiocratas foram muitas, mas duas delas foram fundamentais. A primeira, por chamarem a atenção para o fato de que a riqueza de uma nação não se constitui de metais, mas de mercadorias consumíveis, anualmente reproduzidas pelo trabalho do país. A segunda, por apresentarem a liberdade perfeita como o único meio eficaz para incrementar, ao máximo possível, essa reprodução anual. Sob este aspecto, ele considera sua doutrina tão justa como generosa e liberal, embora considere a perfeita liberdade como utopia.

Smith reconhece que a Fisiocracia possibilitou a introdução de várias reformas na agricultura francesa:

Suas obras [dos fisiocratas] certamente prestaram algum serviço ao seu país; não somente para trazer à discussão geral muito assuntos que nunca haviam sido bem examinados anteriormente, mas também influenciando, de certo modo, a administração pública, em favor da agricultura. Por isso, foi em consequência das concepções dessa doutrina que a agricultura da França se libertou de várias opressões que antes a faziam sofrer. O prazo durante o qual pode ser arrendada uma terra em condições de ser válido contra qualquer futuro comprador ou proprietário da terra foi prolongado de 9 para 27 anos. Suprimiram-se totalmente as antigas restrições ao transporte de cereais de uma província do reino para outra, estabelecendo-se também como lei comum do reino, em casos normais, a liberdade de exportação a todos os países estrangeiros (SMITH, 1985, p. 141).

Esse comentário sobre os fisiocratas, no qual fica patente que Smith deles se aproximava no que diz respeito ao lema *laissez faire, laissez passer*, é uma forma utilizada pelo autor para expor, em linhas gerais, as idéias básicas da sua doutrina liberal. Assim, após criticar os diferentes sistemas, isto é, o Mercantilismo e a Fisiocracia, ele observa:

Consequentemente, uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital

concorra com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor as inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade (SMITH, 1985, p. 148).

De acordo com Rima (1977, p. 93), ainda que Smith tivesse uma grande admiração por muitos aspectos do pensamento fisiocrata, considerava, de maneira acertada, que o conceito de riqueza dessa doutrina, com origem somente no setor agrícola, era restritivo. Entendia que eles tinham errado ao designar os artesãos, os fabricantes e mercadores como improdutivos.

Aléxis de Tocqueville, em sua obra *O Antigo Regime e a Revolução*, de 1859, analisa a Fisiocracia em dois capítulos, chamando a atenção para as especificidades da história francesa. Os dois capítulos importantes para conhecer as opiniões de Tocqueville acerca da Fisiocracia são os Capítulos I e III do Livro Terceiro.

No Capítulo I, cujo título é: 'Como, em meados do século dezoito, os homens de letras tornaram-se os principais homens políticos do país e dos efeitos de que disto resultam'. Nele, Tocqueville chama a atenção para o fato de que, na França, ao contrário da Inglaterra e da Alemanha, os homens de letras não estavam envolvidos, no cotidiano, nos negócios, como na Inglaterra. Ao contrário, nunca estiveram tão afastados deles como no século XVIII. Assinala Tocqueville "Não possuíam nenhuma autoridade determinada e não ocupavam nenhuma função pública numa sociedade já abarrotada de funcionários" (TOCQUEVILLE,

1982, p. 143), mas também não permaneciam como a maioria dos homens de letras da Alemanha, completamente alheios à política e entrincheirados no domínio da filosofia pura e das belas-letras. Na França, os homens de letras:

Cuidavam sem cessar de assuntos relativos ao governo e esta era, na verdade, sua ocupação própria. Eram ouvidos percorrendo todos os dias sobre a origem das sociedades e suas formas primitivas, sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes e sobre os próprios princípios das leis. Penetrando deste modo até as bases da constituição de seu tempo, examinavam com curiosidade sua estrutura e criticavam o plano geral (TOCQUEVILLE, 1982, p. 143).

Prosseguindo, argumenta o autor que, caso nos afastemos dos pormenores e tentemos chegar às idéias-mães, descobriremos que todos têm um ponto em comum: todos pensam que era conveniente substituir por regras simples e elementares, extraídas da razão e da lei natural dos homens, os costumes complicados e tradicionais que regiam a sociedade da sua época. Assim, a função dos homens de letras na França era examinar e criticar todos os fundamentos da sociedade vigente.

No capítulo terceiro, intitulado 'Como os franceses quiseram reformas antes de querer liberdade', Tocqueville dá destaque específico à Fisiocracia. Inicia comparando os fisiocratas ou economistas com os iluministas ou filósofos. Observa que os fisiocratas tiveram menos brilho na história do que os filósofos. Para ele, muito provavelmente, os fisiocratas contribuíram menos do que os iluministas para o advento da Revolução francesa. Pondera, no entanto, que é nos escritos dos fisiocratas que se pode estudar melhor a verdadeira natureza da Revolução. Enquanto os filósofos se mantinham nas idéias abstratas, os economistas, sem se separarem da teoria, desceram mais perto dos fatos. Observa que:

Todas as instituições que a Revolução devia abolir de vez foram os objetos particulares de seus ataques: nenhuma delas escapou às suas críticas. Ao contrário, todas aquelas que podem ser consideradas como obra da Revolução foram anunciadas por eles de antemão e preconizadas com ardor; citar-se-ia dificilmente uma só cujo gérmen não tivesse sido depositado em alguns dos seus

escritos; neles encontramos tudo que nela há de mais substancial (TOCQUEVILLE, 1982, p. 155).

Oser e Blanchfield (1983, p. 40) afirmam que, inconscientemente, os fisiocratas promoveram a Revolução Francesa, que eliminou numerosos obstáculos por eles atacados.

Não restam dúvidas de que Karl Marx tinha a Fisiocracia em grande conta. Os estudiosos da Fisiocracia assinalam isso, já que, pela primeira vez na história da economia política, um autor tentou compreender o processo de produção e distribuição da riqueza em um sistema que levava em conta a própria reprodução dessa sociedade.

Vejamos, portanto, como Marx (1980) analisava a doutrina fisiocrata. Para ele, “a análise do *capital*, dentro do horizonte burguês, coube essencialmente aos fisiocratas. Essa contribuição faz deles os verdadeiros pais da economia moderna” (MARX, 1980, p. 19). Em sua obra *O Capital*, ao tratar do valor absoluto da mercadoria, busca embasamento na Fisiocracia.

O valor absoluto da mercadoria é, em princípio, indiferente ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia contida nela e realizável na venda. A realização da mais-valia implica por si mesma, a reposição do valor adiantado. Uma vez que a mais-valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, enquanto o valor das mercadorias cai na razão inversa desse mesmo desenvolvimento, sendo, portanto, o mesmo processo idêntico que barateia as mercadorias e eleva a mais-valia contida nelas, fica solucionado o mistério de que o capitalista, para quem importa apenas a produção de valor de troca, tenta constantemente reduzir o valor de troca das mercadorias, uma contradição com que um dos fundadores da Economia Política, Quesnay, atormentava seus adversários e à qual eles lhe ficaram devendo a resposta. “Reconheceis”, diz Quesnay, “que quanto mais se puder, sem prejuízo para a produção, poupar custos ou trabalhos dispendiosos na fabricação de produtos industriais, tanto mais vantajosa será essa poupança, porque diminui o preço do produto. E apesar disso acreditais que a produção da riqueza que decorre dos trabalhos dos industriais consiste no aumento do valor de troca de seus produtos.” Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias (MARX, 1996, p. 436).

Marx assinala que a Fisiocracia era uma doutrina burguesa, mas que se apresentava sob uma capa feudal. Como disse Marx (1980, p. 25), aburguesou o feudalismo, dando uma aparência feudal à sociedade burguesa. Isso fez com que alguns adeptos aristocráticos de Quesnay, como Mirabeau, fossem iludidos, julgando que a Fisiocracia defendia a antiga propriedade feudal.

3. DUPONT DE NEMOURS: UM FISIOCRATA ÀS VOLTAS COM A EDUCAÇÃO.

Point de propriété, sans liberté; point de liberté, sans sûreté. Dupont de Nemours, *De l'origine e des progrès d'une science nouvelle*.

Estudar a vida de Pierre Samuel Dumont não significa apenas se dedicar à biografia de um grande personagem da história, significa examinar a própria história. Ao longo da sua existência, esse autor esteve presente em praticamente todos os momentos decisivos da história da França e, por extensão, da Europa e dos Estados Unidos. Sua vida e a história se confundem.

Mas a vida de Dupont não foi rica apenas no que diz respeito aos acontecimentos. Ele deixou também uma grande quantidade de obras sobre economia, política, educação, fisiologia, história natural e física geral, revelando seus múltiplos interesses.

Pierre Samuel Dupont, posteriormente de Nemours, nasceu em Paris, em 14 de setembro de 1739 e faleceu em Eleutherian Mills, próximo de Wilmington, no Estado de Delaware, nos Estados Unidos, em 6 de agosto de 1817. Era de uma família huguenote (como eram chamados os protestantes na França) abastada. Seu pai era um grande fabricante de relógios e sua mãe pertencia a uma família nobre empobrecida.⁹

⁹ Para coletar informações sobre a biografia de Dupont de Nemours e alguns dados contidos expostos em notas, recorreremos a várias obras e dicionários, além de alguns sites e bibliotecas

Dupont de Nemours recebeu uma excelente educação, dada por sua mãe. Após dar baixa no exército, dedicou-se ao estudo das ciências naturais, preparando-se para a carreira da Medicina.

Tornou-se um fabricante de relógios, praticamente por hobby, e formou-se em Medicina, mas seus interesses se voltaram para a Economia Política. Como já mencionamos no capítulo anterior, Dupont de Nemours aderiu à Fisiocracia somente em 1763, quando conheceu François Quesnay. A forma como travou conhecimento com Quesnay é muito importante para se conhecer melhor esse personagem. Com efeito, em 1763, quando tinha apenas 24 anos de idade, escreveu *Reflexions sur l'écrit intitulé: Richesse de l'État*, chamando a atenção de Quesnay e de Mirabeau¹⁰ pelo modo como tratou os assuntos econômicos.

Embora sua adesão à Fisiocracia tenha sido tardia, quando o fez, tornou-se imediatamente um dos mais apaixonados partidários dessa doutrina, mantendo-se fiel a ela mesmo após a morte de Quesnay. Ainda em 1763, publicou um dos seus trabalhos mais importantes: 'Sobre a exportação e importação de grãos'.

Sua influência na expansão do movimento fisiocrata foi grande, não apenas por causa de seus muitos escritos sobre a doutrina fisiocrata, mas, sobretudo, pela intensa dedicação à publicação e à divulgação das obras dessa doutrina. Segundo Hugon,

Dupont de Nemours, verdadeiro secretário-geral da escola. Foi ele quem recolheu os escritos dos fisiocratas; reuniu e comentou os escritos de Quesnay, na obra cujo título serviu, posteriormente, de nome à Escola: *La Physiocratie*. Sobreviveu aos demais membros da Escola, representando a fisiocracia nas assembléias da Revolução de 1789, na Constituinte e da Convenção; e, sob o Império, foi por seu intermédio que, pela primeira vez, entrou a fisiocracia no Instituto de França (HUGON, 1959, p. 112).

virtuais gratuitas nacionais e internacionais disponíveis na Internet. Consultamos o dicionário de Bouillet, o site disponível em: <www.galllica.com>, entre outros.

¹⁰ Victor Riquetti, conhecido também como Marquês de Mirabeau, nasceu em 1715 e faleceu em 1789. Era um excêntrico aristocrata e economista francês, discípulo de Contillon e de Quesnay. Sua participação na escola fisiocrata contribuiu para a divulgação e patrocínio econômico da escola. Suas principais obras foram: "*L'amie des hommes ou traités sur le Population*" (1756); "*Theorie de l'impôt*" (1760); "*Philosophie rurale*" (1763) e "*Lettre sur le commerce des grains*" (1768). (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: setembro de 2008).

Além disso, em várias ocasiões, quando teve oportunidade, procurou colocar em prática os princípios fisiocratas. Isso ocorreu, por exemplo, quando colaborou com vários ministros, como Turgot e Jefferson (EUA) (CARDOSO, 1966, p. 45).

Em 1767-68, com o objetivo de divulgar a Fisiocracia, Dupont de Nemours publicou os textos de Quesnay (2 volumes), acompanhados de um comentário. O título da publicação, *Physiocratie*, acabou por dar o nome a essa escola. Na verdade, o título completo da publicação era: *Physiocratie, ou Constitution essentielle du gouvernement le plus avantageux au genre humaine*. De acordo com muitos estudiosos, Dupont de Nemours tornou-se o principal propagandista das idéias fisiocratas.

Ainda em 1768, publicou um importante texto *Sobre a origem e o progresso de uma nova ciência*, do qual trataremos mais adiante.

As idéias dos fisiocratas foram difundidas por ele em duas publicações permanentes de que participou. Primeiro, no *Journal de l'agriculture, du commerce et des finances*, do qual foi redator-chefe (1765-1766). Segundo, quando substituiu oficialmente o abade Nicolas Baudeau, um dos mais importantes fisiocratas, na direção das *Éphémérides du citoyen* (1768-1772), que era o órgão oficial da Fisiocracia. Neste último, Dupont de Nemours escreveu artigos em favor de reformas, como a abolição da escravatura e a supressão de restrições governamentais na vida econômica do país, levantando contra si a irritação de vários setores, inclusive do governo, motivo pelo qual foi obrigado a deixar a França.

Viajou pela Alemanha, Suécia e Polônia. O rei da Polônia, Stanislas, ofereceu-lhe, e ele aceitou as funções de secretário do Conselho de Instrução Pública em seus Estados.

Assim, como podemos verificar o interesse e o envolvimento de Dupont de Nemours nas questões relativas à instrução pública não eram circunstanciais.

Dupont de Nemours, ligado a Turgot, retornou à França em 1774, quando este foi nomeado Controlador Geral das Finanças. Primeiro, desempenhou o cargo de secretário privado. Em seguida, foi nomeado Inspetor Geral do Comércio. Turgot introduziu reformas que despertaram contra ele muitos interesses. Ele havia abolido as barreiras fiscais internas, eliminado as

regulamentações das corporações e unificado o sistema tributário, criando o imposto único sobre a terra. Após a queda de Turgot, em 1775, Dupont retirou-se para Nemours.

Durante sua estadia em Nemours, ele reordenou a 'Memória sobre as municipalidades' de Turgot, texto que, na forma modificada, serviu de base para algumas das propostas de reforma dos ministros posteriores. A contribuição de Dupont foi tão grande nessa publicação que não se pode distinguir o que pertence a ele e o que pertence a Turgot.

O Conde de Vergennes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, partidário de uma política liberal, empregou-o no cargo de oficial do Departamento da Balança de Comércio, encarregando-o de preparar as bases do reconhecimento dos Estados Unidos e do tratado de comércio com a Inglaterra. Na verdade, Dupont de Nemours foi o redator do Tratado de Versalhes, de 1783, que colocou um fim na Guerra de Independência dos EUA. Em reconhecimento pelas suas ações, o rei Luís XVI lhe concedeu uma patente de nobreza, de maneira excepcional, já que era protestante, autorizando-o a acrescentar o nome "De Nemours" ao seu nome de origem, "Dupont".

Durante o reinado de Luís XVI, entre os anos de 1783 a 1787, ao ocupar o cargo de Controlador Geral das Finanças do Estado, Calonne nomeou-o Conselheiro de Estado e Comissário Geral do Comércio. Foi Calonne quem, em janeiro de 1787, convocou a Assembléia dos Notáveis¹¹ e, expondo o déficit no tesouro, propôs o estabelecimento de uma subvenção territorial que deveria ser arrecadada em todas as propriedades, sem distinção. Esta supressão de privilégios foi mal recebida e a assembléia recusou-se a considerar suas propostas.

¹¹ "A Assembléia dos Notáveis, convocada para resolver a crise financeira francesa, era composta principalmente por membros do clero e se recusava a adotar qualquer reforma tributária que fosse contra os privilégios da classe de seus integrantes. Diante do fracasso da Assembléia dos Notáveis em resolver a crise financeira, o rei Luís XVI convocou, em 1789, a Assembléia dos Estados Gerais, depois de 175 anos de inatividade. Para a Assembléia dos Estados Gerais foram eleitos 279 deputados do clero, 287 da nobreza e 556 do Terceiro Estado, dos quais a maioria era de origem burguesa. A Assembléia dos Estados Gerais iniciou seus trabalhos em maio de 1789. O clero e a nobreza se dividiram o que acabou por reforçar o Terceiro Estado em sua disposição para implantar medidas efetivas para a contenção da crise. Este conseguiu apoio do baixo clero e da pequena nobreza e, diante da disposição da burguesia em realizar reformas políticas, sociais e econômicas, em junho de 1789, ocorreu a proclamação da Assembléia Constituinte". (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: setembro de 2008).

Dupont de Nemours foi membro dessa Assembléia, desempenhando as funções de segundo secretário de reuniões. Essa participação somente foi possível porque ele tinha sido enobrecido por Luís XVI.

Com a queda dos Notáveis, Dupont de Nemours teve uma ativa participação no movimento revolucionário e, em 1789, foi eleito deputado, representando o Terceiro Estado junto aos Estados Gerais, como *bailio* de Nemours¹². Inicialmente partidário da Revolução Francesa, participou, em 1790, da Assembléia Nacional Constituinte. Votou as reformas mais importantes. Tomou parte do Comitê de Subsistências, depois do Conselho de Alienação. Parece ter participado de 11 comitês econômicos. Participou, sempre seguindo seus princípios, de todos os debates financeiros da Assembléia.

Entretanto, acabou sendo objeto da cólera do povo ao combater a criação dos *assignats*¹³, ocorrida em 15 de abril de 1790. Em 16 de outubro do ano seguinte, foi eleito presidente da Assembléia, mostrando-se fiel a Luís XVI. Foi também um dos comissários nomeados para preparar a conciliação entre as três ordens.

Suas opiniões fizeram-no cair em desgraça junto aos demais líderes da Revolução e, por isso, retirou-se da vida pública em 1791. Com efeito, sua opinião em favor das duas Câmaras e seu acordo com os *feuillants*¹⁴ o tornaram impopular. Desde então, os jacobinos passaram a tratá-lo como contra-revolucionário.

Na verdade, Dupont de Nemours era um revolucionário moderado, que acreditava que as reformas deveriam ir até o ponto em que se tornava possível a

¹² “Fr. *bailli*, oficial de justiça, S.M., comendador nas antigas ordens militares; ant., magistrado provincial encarregado de defender os bens e direitos dos nobres” (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: novembro de 2008).

¹³ “Procurando suprimir os privilégios do clero e buscando recursos para sanar o *déficit* público, o governo desapropriou os bens da Igreja, colocou-os à venda e, com o produto, emitiu bônus do tesouro, os *assignats*, que valeram como papel-moeda, logo depreciado. As propriedades da Igreja passaram majoritariamente às mãos da burguesia, restando aos camponeses as propriedades menores, que puderam ser adquiridas mediante facilidades. Papel moeda emitido pela *Assembléia Nacional Constituinte* na França durante a Revolução Francesa” (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: novembro de 2008).

¹⁴ “O *Feuillants* é um grupo político que surgiu durante a Revolução Francesa, em consequência de uma cisão entre os *jacobinos*: eles se opunham à derrocada do rei e propunham uma *monarquia constitucional*. Os deputados publicamente dividiram com os jacobinos, quando publicou um opúsculo em 16 de julho de 1791. Inicialmente, o grupo tinha 264 ex-jacobino, como membros suplentes” (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: novembro de 2008).

aplicação dos princípios fisiocratas. Ele defendia, ainda, a separação dos poderes no governo, uma legislatura bicameral e uma forte monarquia.

Dupont de Nemours e seu filho estavam entre os que defenderam fisicamente Luís XVI e Maria Antonieta da multidão que havia assaltado o palácio das *Tulherias* em Paris, durante a insurreição de 10 de agosto de 1792.

Escondeu-se posteriormente, mas não deixou de escrever. Redigiu, com Suard, Lacretelle e Morellet, o jornal *Nouvelles Politiques, nationales et étrangères*, que começou a aparecer em 15 de novembro de 1792.

Dupont de Nemours foi detido em 1794. Foi condenado à guilhotina por ocasião do Terror, mas, como sua execução não se verificou porque Robespierre caiu em 9 do *Termidor*¹⁵, ele foi colocado em liberdade nessa data.

Casou-se com Françoise Robin em 27 de Setembro de 1795. Escolhido para tomar assento no Conselho dos Anciãos, em 1795, esteve em constante oposição à política do Diretório e, em 1797, depois de ter sido proscrito por suspeita de realismo, decidiu sair do Conselho.

Sua casa foi pilhada em 1797, durante os acontecimentos denominados 18 *Frutidor*¹⁶, motivo pelo qual se decidiu a abandonar a França. Ele e sua família emigraram para os Estados Unidos em 1799, chegando a *Rhode Island* em primeiro de janeiro de 1800. Segundo ele, os EUA eram “[...] o único asilo onde homens perseguidos poderiam encontrar segurança”. Durante sua estadia nos Estados Unidos, Dupont de Nemours estabeleceu fortes laços com a indústria e com o governo, em particular com Thomas Jefferson.

Retornando à França, sob o Diretório, Dupont permaneceu recluso. Entretanto, enquanto Deputado do *Loiret*, ele foi eleito para o Conselho dos Anciãos. Sentou-se entre os mais moderados e combateu a política do Diretório no jornal *O historiador*, que apareceu entre *Frimaire*¹⁷, ano IV, e *Frutidor*, ano V.

¹⁵ “Termidor: (*Thermidor* em francês) era o undécimo mês do calendário republicano que esteve em vigor em França de 22 de setembro de 1792 a 31 de dezembro de 1805. Era o segundo mês do verão e correspondia geralmente ao período entre 19 de julho e 17 de agosto” (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: novembro de 2008).

¹⁶ “Frutidor: décimo segundo mês no calendário idealizado pela Revolução Francesa. (Começava em 18 de agosto.)” (disponível em: <www.wikipedia.org> – acessado em: novembro de 2008).

¹⁷ “Frimaire: foi o terceiro mês do calendário republicano francês. O mês foi baptizado com o nome da palavra francesa *frimas*, o que significa *geada*. Frimaire foi o terceiro mês do trimestre outono (*mois d'Automne*). Iniciava-se entre 21 de novembro e 23 de novembro. E terminava entre

Ainda em 1802, durante o reinado de Napoleão, Dupont de Nemours atuou na diplomacia entre a França e os Estados Unidos, sendo intermediário na compra da Louisiana, da França, pelos Estados Unidos. Participou da elaboração de um compromisso destinado a evitar conflitos entre as populações francesa e americana. Isso permitiu que Napoleão conseguisse os meios para reconstruir uma frota e enfrentar a Inglaterra.

Em 1814, ele apoiou o retorno dos Bourbons ao poder, entendendo que a Carta de 1814 era idêntica à sua proposta de 1789. Ainda nesse ano, foi nomeado secretário do governo provisório. Como tinha sido favorável ao banimento de Napoleão para a ilha de Elba, em 1814, Dupont de Nemours voltou aos Estados Unidos por ocasião do retorno de Napoleão à França. Manteve correspondência com Thomas Jefferson e suas teorias econômicas tiveram grande influência na política econômica norte-americana.

Os estudiosos do pensamento econômico são unânimes em apontar Dupont de Nemours como um dos principais fisiocratas. Bell (1976, p.129), em seu livro *De l'origine et des progrès d'une science nouvelle* (1768), afirma que Dupont de Nemours apresentou uma clara enunciação das doutrinas fisiocratas. Carreiro (1975, p. 192) considera Dupont de Nemours como uma das figuras mais eminentes do pensamento fisiocrata, já que teria dado forma definitiva à Fisiocracia, explicitando os seus princípios. Pondera que, embora Dupont não tenha contribuído com idéias novas para o engrandecimento da escola, soube, como nenhum outro, tornar mais fáceis os conceitos fisiocratas, agindo como o maior dos seus arautos e propagandistas, graças à enorme capacidade de tornar simples as coisas complicadas e de expô-las de um modo altamente acessível, por causa do seu estilo leve e fluente. Galbraith (1989, p.44) coloca Dupont entre os três nomes de destaque na Fisiocracia, ao lado de Quesnay e Turgot.

Como um dos grandes divulgadores da Fisiocracia, Dupont afirmava que esta se baseava “[...] direitos naturais do homem, na ordem natural da sociedade e nas leis naturais mais vantajosas para os homens reunidos em sociedade” (CARREIRO, 1975, p.164). Segundo Dupont de Nemours, “[...] há uma sociedade

natural, anterior a toda convenção entre os homens” (apud Carreiro, 1975, p. 172).

Ao fazer uma espécie de balanço das publicações desse autor, Carreiro afirma:

Entre seus artigos, alguns tiveram enorme importância para o próprio estudo econômico, porque abordaram um resumo da história da Economia, reuniram argumentos contra a improdutividade da escravidão, expuseram problemas de natureza educacional, atacaram as restrições à liberdade de comércio, combateram os monopólios e trataram das relações entre a população e os meios de subsistência (CARREIRO, 1975, p. 190 - 191).

Além das obras já relacionadas, Dupont de Nemours publicou:

- *De l'exportation et importation des grains* (1764);
- *Observations sur les effets de la liberté du commerce des grains* (1770);
- *uma tradução em verso de Roland Furieux* (1781);
- *Mémoires sur la vie et les ouvrages de Turgot* (1782);
- *Mémoires sur les animaux*, no qual ele concede linguagem aos animais;
- *Phisolophie de l'univers* (1796);
- *Philosophie du bonheur*, no qual funda a moral sobre uma única lei, *amar*.
- *Du commerce et de la Compagnie des Indes* (1769);
- *Tableau raisonné des principes de l'Économie Politique* (1775), quando expôs seus próprios pontos de vista acerca da economia e da filosofia política.
- *Sur la Banque de France* (1806)

Para Schumpeter (1968), Dupont de Nemours era o mais hábil do grupo dos fisiocratas, acrescentando que, embora todas as suas numerosas publicações testemunhassem o brilho do seu talento, ele tinha antes o brilho de um pianista do que o de um compositor.

Tendo em vista que a questão da instrução pública era parte integrante do sistema fisiocrata, analisaremos a obra de Dupont de Nemours, *Da origem e dos progressos de uma ciência nova*.

3.1 ACERCA DO LIVRO *DA ORIGEM E DOS PROGRESSOS DE UMA CIÊNCIA NOVA*.

Dupont de Nemours publicou *Da origem e dos progressos de uma ciência nova* em 1768. Trata-se de uma data importante, pois, como destacam seus estudiosos, como Dubois (1910), a doutrina fisiocrata estava plenamente constituída em 1767. Nessa data, Quesnay já havia traçado as grandes linhas do seu sistema, que havia se difundido bastante entre o público, conforme se pode verificar na aceitação que passava a ter em muitas academias. Citamos apenas duas, a Academia de Ciências e Belas Artes de Caen e a Sociedade Real da Agricultura de Órleans, que, após terem estudado essa doutrina, a adotaram.

Seu renome havia mesmo ultrapassado as fronteiras da França. Catarina, a Grande, havia enviado Mercier de la Rivière à corte da Rússia como intuito de instaurar a “Ordem Natural em meio aos gelos do Norte”, como havia se expressado o próprio Dupont de Nemours.

Segundo Dubois (1910), se 1767 foi à data de constituição da Fisiocracia, foi também a data de nascimento da ciência econômica. A Fisiocracia é, sem dúvida alguma, a primeira forma sob a qual a ciência econômica se apresentou ao mundo.

As razões que levaram Dupont de Nemours a escrever a obra *Da origem e dos progressos de uma ciência nova* parecem ser bastante claras. Segundo Dubois (1910), a ciência nova, ou seja, a doutrina fisiocrata experimentava a necessidade imediata de se tornar acessível a todos. Nem a ‘Filosofia Rural’, de Mirabeau, nem a “Ordem Natural e essencial”, de Mercier de la Rivière¹⁸, cumpriam essa exigência. Não era por meio dessas obras que a Fisiocracia poderia se disseminar profundamente entre o grande público. Por isso, houve um esforço para se condensar os “princípios” em obras mais curtas, em formas menos rebarbativas, adaptadas aos gostos e costumes do público. A obra mais

¹⁸ Pierre-Paul Mercier de la Rivière, também conhecido como Lemerrier, nasceu em 1720 e faleceu em 1793. Responsável pelos escritos do segundo manual de *L'Ordre naturel et essentiel des sociétés politiques* (1767), que segundo Schumpeter “[...]os primeiros trinta e cinco capítulos da obra de Mercier tratam de tópicos sobre teoria política, que era principalmente o que lhe interessava ...” Diderot e Adam Smith, tinham o conteúdo deste livro em alta conta, mas Schumpeter dedicou-se a parte em que tratava do *despotisme* legal de Quesnay, que realmente, conforme Schumpeter (1959) ainda, “não era despotismo nenhum” SCHUMPETER (1959, p. 282).

clara, mais precisa e mais substancial para popularizar a doutrina foi justamente o livro de Dupont de Nemours, *Da origem e dos progressos de uma ciência nova*.

Compondo-a, Dupont de Nemours propôs-se um duplo objetivo: expor brevemente a gênese da Escola e resumir a grande obra de Mercier, que acabara de ser publicada. Dubois (1910) afirma que, se um professor de Economia Política desejasse que seus alunos iniciantes conhecessem a Fisiocracia por meio da leitura de uma fonte original, não encontraria melhor texto do que o pequeno livro de Dupont de Nemours.

A importância desse texto reside no fato de que, ao invés de fazer uma apresentação direta da Fisiocracia, Dupont expõe seus fundamentos filosóficos. Assim, a Fisiocracia pode ser compreendida em um conjunto mais amplo, que inclui os vínculos entre a doutrina econômica, as concepções de governo e, também, a questão da instrução pública. Denis (1978, p. 180), observa que todas as peças do sistema fisiocrata se fundamentam na concepção de ordem natural da sociedade.

Para os fisiocratas, o homem é constituído de instintos de sobrevivência e bem-estar. Esses instintos estão em concordância com a lei natural, que prevê a liberdade de escolha entre o bem e o mal, mas sempre em uma ordem certa e determinante.

O conceito de liberdade para Quesnay e para os demais fisiocratas tem como fundamento teórico a amplitude das leis naturais do homem, cujos direitos e deveres estariam naturalmente postos desde seu nascimento. Como esta sujeição involuntária traz o bem e o mal físico, o homem é levado a respeitar tanto os direitos naturais como os providenciais. Para que o homem respeite a si e ao outro, também deve ser portador de um sentimento coletivo a respeito do trabalho, da sociedade, deve ter a noção da necessidade da justiça. Isso implica que deve entender três outros pontos: liberdade, propriedade e autoridade.

Quesnay, no seu pequeno *Tratado do Direito Natural*, limita-se a expor os princípios fundamentais das ciências econômicas, contextualizando-os do ponto de vista das relações internas e externas. É necessário procurar entender o desenvolvimento dos princípios dos direitos naturais e das suas consequências para a produção, distribuição e consumo da riqueza e, nesse contexto, entender o que seria a liberdade, a propriedade e a autoridade de governo para a fisiocracia.

Para Hugon (1959), os fisiocratas pensam que os fenômenos econômicos se processam livre e independentemente de qualquer coação exterior, segundo uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais. Cumpriria, pois, segundo eles, conhecer essas leis naturais e deixá-las atuar. No entanto,

[...] a ordem natural não é uma noção isolada: para ser compreendida, segundo a verdadeira acepção fisiocrata, deve ser completada pela noção de “ordem providencial”. Os Fisiocratas julgam ser a “ordem natural” uma “ordem providencial”, isto é, desejada por Deus para a felicidade dos homens, assim, essa ordem, por isso que providencial, é melhor possível, a mais vantajosa para o gênero humano. Portanto, necessário é que se possa vigorar de modo natural, isto é, “livremente”. [...] à noção providencial da ordem natural está intimamente ligada a de liberdade. “Esta liberdade é para os fisiocratas a base do progresso econômico social” (HUGON, 1959, p. 114 e 119).

Dubois (1910) afirma que foram os discípulos de Quesnay que se encarregaram de aprofundar essa questão, glorificando-a. Com efeito, não é possível considerar os princípios econômicos da Fisiocracia sem levar em conta que os mesmos se encontram integrados a um conjunto maior que é justamente a concepção de que a sociedade humana se encontra regida por uma ordem natural. Dupont de Nemours foi um dos autores que tratou dessa questão.

Vejamos, de maneira resumida, em que consiste essa importante obra de Dupont de Nemours. Ele inicia sua obra com a observação de que, caso alguém analisasse, com um olhar filosófico, a História das Ciências e considerasse como elas se formaram, se divulgaram e se aperfeiçoaram, perceberia, com surpresa, que essa história ocorreu em meio aos maiores obstáculos, às prevenções as mais decididas, às contradições as mais amargas, às oposições as mais temíveis.

Por isso, entendia que não seria surpresa ou causa de irritação encontrar pessoas – salienta ele, e pessoas ilustres e estudiosas – que, convencidas pela evidência do que sabem e formando idéias confusas daquilo que não sabem, acreditam ter chegado ao termo dos conhecimentos possíveis à espécie humana e não concebem a possibilidade de existir uma ciência na Europa.

Dupont de Nemours chama, então, a atenção para a oposição que se erguia à tentativa de se estabelecer uma ciência nova que contribuísse para que a sociedade fosse florescente, rica e poderosa e para que as famílias e os

indivíduos que a compunham fossem felizes. Declara não se surpreender com a resposta de que isso não era objeto de uma ciência exata, já que dependia de uma infinidade de circunstâncias variáveis, difíceis de separar e avaliar.

O autor critica o próprio Montesquieu¹⁹ por afirmar que os princípios do governo deveriam mudar segundo a forma de sua constituição. Em contraposição defende a ciência nova, segundo a qual haveria uma ordem natural, imutável, à qual os homens deveriam se sujeitar ao se organizar em sociedade. Completa:

Os homens, entretanto, não se reúnem ao acaso em sociedades civis. Não é sem razão que eles estendem a cadeia natural de deveres recíprocos, que estão submetidos a uma autoridade soberana. Eles tinham, eles têm um fim *essencialmente* determinado por sua natureza, para se conduzirem dessa maneira. Ora, sua constituição física, a de outros seres que os cercam, não permitem que os meios para alcançar esse fim sejam arbitrários; pois, não pode haver nada de arbitrário nos atos físicos tendentes a um fim determinado. Não se pode chegar a nenhum ponto a não ser pelo caminho que conduz para ele (DUPONT, 1768, p.7-8) ²⁰.

Conclui que haveria um caminho “necessário”, que se aproximaria o mais possível do objetivo da associação entre os homens e da formação dos corpos políticos. Existiria, então, uma “ordem natural”, essencial e geral, que conteria as leis constitutivas e fundamentais de todas as sociedades. Dessa ordem as sociedades não poderiam se afastar sem que se tornassem menos sociedades, sem que o estado político tivesse menos consistência, sem que seus membros se encontrassem mais ou menos desunidos e em uma situação violenta. Enfim,

¹⁹ Na obra *O Espírito das Leis* (1733) Montesquieu define o sistema político Aristocrático como “Na aristocracia, o poder soberano encontra-se em mãos de um número certo de pessoas. São elas que estipulam as leis e as fazem executar. O resto do povo está, em relação a elas, simplesmente como numa democracia os súditos em relação ao monarca. A melhor forma de aristocracia é aquela em que a parte do povo que não participa do poder é tão pequena e tão pobre que a parte dominante não tem qualquer interesse em oprimi-la. Portanto, as famílias aristocráticas, na medida do possível, devem fazer parte do povo. Quanto mais uma aristocracia aproxima-se da democracia, tanto mais perfeita será ela; tornar-se-á menos perfeita à medida que se aproxima da monarquia.” (MONTESQUIEU, 1733 p. 12)

²⁰ Tradução livre conforme original: “Les hommes cependant ne se sont pas réunis par hazard en sociétés civiles. Ce n'est pas sans raison qu'ils ont étendu la chaîne naturelle des devoirs réciproques, qu'ils se sont soumis à une autorité souveraine. Ils avaient, ils ont un but *essentiellement* marqué par leur nature, pour se conduire ainsi. Or leur constitution physique, celle des autres êtres dont ils sont environnés, ne permettent pas que les moyens pour parvenir à ce but soient arbitraires; car il ne peut rien y avoir d'arbitraire dans des actes physiques tendans à une fin déterminée. On peut arriver à aucun point que par la route qui y conduit.”

essa ordem não poderia ser abandonada inteiramente sem que isso incorresse em uma dissolução da sociedade e logo em uma destruição completa da espécie humana.

De acordo com Dupont de Nemours, a doutrina ou o conhecimento da ordem natural havia sido alcançado por Quesnay, mas outra pessoa, Gournay, um intendente do Comércio, também havia chegado às mesmas conclusões, embora por um caminho diferente. Vejamos suas considerações sobre os dois.

Tratando de Quesnay, relata que, cerca de treze anos antes da publicação do seu texto *Da origem*, portanto, por volta de 1755, ele era “[...] um homem de gênio vigoroso exercitado por meditações profundas”, conhecido por excelentes obras e por seu sucesso numa arte cuja grande habilidade consistia em observar e respeitar a natureza, de forma a perceber que ela não se limitava às leis físicas que, até o presente, eram estudadas nos Colégios e nas Academias francesas.

Dupont destaca o entendimento de Quesnay a respeito do fato de que, se a natureza dava às formigas, às abelhas e aos castores a faculdade de se submeter, de comum acordo e para seu próprio interesse, a um governo bom, estável e uniforme, ela não recusaria aos homens a possibilidade de desfrutar de semelhante vantagem. Assim, ainda dessa perspectiva e pelas grandes conseqüências que se poderia tirar disso, afirma que ele dedicou todo seu espírito ao exame das leis físicas relativas à sociedade.

Quesnay teria, portanto, conseguido assegurar a base inquebrantável dessas leis, apreender o conjunto, desenvolver o encadeamento, extrair dele resultados e demonstrá-los. O conjunto formava uma doutrina bastante nova, muito afastada dos preconceitos adotados pela ignorância geral e muito acima do alcance dos homens vulgares.

Apesar das dificuldades encontradas, o fato é que, como destacou Dupont de Nemours, o momento não era absolutamente desfavorável para publicar essa doutrina. Tanto que Gournay²¹, guiado, como Quesnay, unicamente pela justeza

²¹ Jean Claude Marie Vincent de Gournay (Saint-Malo, 1712 — Paris, 1759) foi um economista francês. Rico negociante, fez várias viagens profissionais pela Europa, aproveitando para fazer estudos sobre o comércio. Em 1749 comprou um cargo de conselheiro. Nomeado em 1751 intendente de comércio, percorreu com esse título diversas províncias da França, observando e combatendo todos os abusos. Estava ligado à escola dos fisiocratas, mas, ao contrário da linha de Quesnay, dava importância capital à indústria. Lutou pela liberdade comercial. É atribuída a ele a autoria da famosa máxima *laissez faire, laissez passer*, (deixe fazer, deixe passar) que tem um

do seu gênio, havia chegado nessa mesma época, se bem que por um caminho diferente, a grande parte dos resultados práticos a que chegara o fundador da Fisiocracia.

Gournay começou a expor esses resultados e a formar, por meio de conversações e conselhos, jovens magistrados. Ele não publicou nada, mas sua atuação por meio das conversas e contatos acabou por lhe dar um grande renome. Enquanto isso, Quesnay publicava na *Encyclopédie* seus dois primeiros verbetes, *Fermiers* e *Grains*.

Durante o período em que Quesnay publicou os textos seguintes, Gournay, Mirabeau e Mercier de la Rivière se aproximaram dele. Esperava-se que a ligação desses três homens de gênio com Quesnay resultasse em um progresso mais rápido da nova ciência. Entretanto, Gournay morreu prematuramente. Mercier, por sua vez, foi nomeado Intendente da Martinica, sendo obrigado a se afastar dos estudos para desenvolver os princípios da Fisiocracia. Quesnay ficou, então, praticamente sozinho para desenvolver e difundir a nova ciência.

De acordo com Dupont, essa nova etapa da carreira de Quesnay começou com uma retratação pública pelos erros que julgava ter cometido em seu Artigo ‘Tratado da população’. Esse fato mereceu de Dupont muitos elogios por sua humildade e simplicidade.

A Fisiocracia permanecia ainda pouco conhecida quando Mercier retornou da Martinica, havendo, então, uma aceleração do progresso da ciência. Imediatamente após o seu retorno, ele retomou o curso dos estudos que o haviam ocupado antes de sua viagem. Publicou no “Jornal do Comércio” algumas memórias. Finalmente, compôs um livro intitulado *A ordem natural e essencial das sociedades políticas*. Dupont de Nemours comenta o livro:

Esse excelente livro observa em sua Lógica, ao mesmo tempo eloqüente e conciso, a própria *ordem* que expõe aos seus Leitores. Sempre evidente para as cabeças fortes, ele tem, superiormente, a arte de se tornar inteligível para as cabeças fracas, agarrando o lado por onde as verdades as mais ignoradas estão intimamente ligadas às verdades às mais conhecidas. Ele apresenta sua união com uma evidência tão singela, que cada um se imagina ter pensado por primeiro as coisas às quais ele jamais

meditou. É esta singela sublime que desmonta os sofismas, e que faz entrar irresistivelmente a evidência no cérebro, que os Amigos do Autor denominam *as simplicidades do sr. de la Rivière*. Não existe nenhuma dessas *simplicidades* que não seja um brilho de gênio (DUPONT, 1768, p.10) ²².

Feito isso, Dupont de Nemours procura expor os fundamentos filosóficos da doutrina. Explica, então, em que consistiria a ordem natural, base da formação das sociedades humanas. Afirma que existiria uma sociedade natural, anterior a toda convenção entre os homens, fundada na sua constituição, nas suas necessidades físicas e no seu interesse evidentemente comum. Nesse estado primitivo, os homens possuíam direitos e deveres recíprocos advindos de uma justiça absoluta pelo fato de os mesmos serem de uma necessidade física e, por conseguinte, absoluta para a sua existência. Completa: “Nada de direito sem deveres e nada de deveres sem direitos”.

Ele explica que os direitos de cada um são os anteriores às convenções que deram origem à sociedade, são a “liberdade” de prover a sua subsistência e o seu bem-estar, a “propriedade” da sua pessoa e a das coisas adquiridas por meio do seu trabalho.

Em contrapartida, seus “deveres” seriam os seguintes: o trabalho para prover as suas necessidades e o respeito pela liberdade, pela propriedade pessoal e para com a propriedade mobiliária de outrem.

De acordo com Dupont de Nemours, as convenções entre os homens não podem ser feitas senão reconhecendo e garantindo mutuamente esses direitos e deveres pré-existentes às sociedades e que teriam sido estabelecidos pelo próprio Deus.

Em razão disso, haveria uma ordem natural e essencial à qual as convenções sociais estariam sujeitas. Esta ordem seria justamente aquela que asseguraria aos homens reunidos em sociedade o desfrute de todos os seus

²² Tradução livre conforme texto original: “Ce Livre excellent garde dans sa Logique, à la fois éloquent et serrée, l'ordre même qu'il expose à ses Lecteurs. Toujours évident pour les têtes fortes, il a supérieurement l'art de se rendre intelligible aux têtes faibles, en saisissant le côté par où les vérités les plus ignorées sont intimement liées aux vérités les plus connues. Il présente leur union avec une évidence si naïve, que chacun s'imagine avoir pensé le premier des choses auxquelles il ne songea jamais. C'est cette naïveté sublime qui démonte les sophismes, et qui vous fait irrésistiblement entrer l'évidence dans la tête, que les Amis de l'Auteur appellent *les simplicités de M. de la Rivière*. Il n'y a aucune de ces *simplicités* qui ne soit un éclair de génie.”

direitos pela observância de todos os seus deveres. Acrescenta Dupont de Nemours (1768), a submissão exata e geral a esta ordem é a única condição para que cada um possa esperar, e deve esperar com certeza, participar de todas as vantagens que a sociedade pode lhe conceder.

Após ter estabelecido os fundamentos filosóficos da doutrina fisiocrata, Dupont de Nemours procurou mostrar a origem da propriedade privada, fundamentando-se sempre no fato de ela ser decorrente das próprias leis da natureza. Diversos estudiosos chamaram a atenção para o estreito vínculo entre estas formulações e as de Locke²³, especialmente as contidas em seu famoso texto *Segundo tratado do governo*.

Assinala Dupont de Nemours que as produções espontâneas do solo e das águas não bastam para manter uma população numerosa, nem fornecer aos homens todas as fruições que desejam. Ressalta, no entanto, que a natureza do homem o leva a propagar sua espécie, a buscar fruições e a fugir dos sofrimentos e das privações tanto quanto lhe é possível. Com isso, a natureza capacitaria os homens com a arte de multiplicar as produções da agricultura, melhorar seu estado e prover abundantemente as necessidades das famílias sempre crescentes. No entanto, a produção agrícola somente poderia se estabelecer por meio de trabalhos preparatórios e adiantamentos fundiários. Estes seriam preliminares indispensáveis aos trabalhos anuais, os adiantamentos seriam perpetuamente mantidos e os gastos perpetuamente renovados. Esse fato conduz àquilo que se denomina propriamente agricultura.

O autor chama a atenção, então, para a existência de trabalhos que antecedem o cultivo. Assim, antes de cultivar, é necessário cortar as árvores,

²³ Para Macpherson quando define as teorias de Locke escreve: "Não é que todos os intérpretes da teoria política de Locke tenham esquecido seu conteúdo social. Alguns notáveis autores modernos deduziram, da colocação de Locke dá aos direitos de propriedade, que toda a teoria de Locke de governo limitado e condicional foi essencialmente uma defesa da propriedade. [...] Todos vêem que a afirmativa e a justificativa de Locke em favor de um direito individual natural à propriedade é central, em sua teoria de sociedade civil e governo. O grande e principal fim, portanto, de se unirem os homens em comunidades, e de se colocarem sob governo, é a preservação de sua propriedade. É desta proposta, repetitiva, com muitas variações por todo o *Segundo Tratado*, que é tirada a maioria das conclusões de Locke sobre os poderes e limites da sociedade e do governo civil. E essa proposta exige, claramente, o postulado de que os homens têm direito natural à propriedade, um direito que antecede a existência da sociedade e do governo civil, ou que destes independe" (MACPHERSON, 1979, p. 206 e 209). Em virtude dessas concepções de Locke que vários autores identificam as teorias de Dupont com Locke, em respeito ao direito natural de propriedade.

desembaraçar o solo, escoar as águas paradas ou que banham dois terrenos, separando-os. É necessário, enfim, construir edificações para recolher e conservar as colheitas, etc.

Empregando sua “pessoa” e suas “riquezas mobiliárias” nos trabalhos e nas despesas preparatórias do cultivo, o homem adquire a “propriedade fundiária” do terreno em que trabalhou. Privá-lo desse solo seria retirar-lhe o trabalho e as riquezas consumidas na sua exploração; seria violar sua “propriedade pessoal” e sua “propriedade mobiliária”.

Adquirindo a propriedade do solo, o homem adquire a “propriedade dos frutos” produzidos por esse solo. Essa propriedade dos frutos é o objetivo último de todas as despesas e de todos os trabalhos feitos para adquirir ou criar propriedades fundiárias. Sem ela, ninguém faria essas despesas nem esses trabalhos: não existiriam propriedades fundiárias e o solo permaneceria inculto, em detrimento tanto da população existente quanto da futura.

Após demonstrar qual teria sido a origem da propriedade fundiária, Dupont de Nemours dispõe-se a mostrar as relações dela resultantes. Assim, afirma que, se um homem, tendo se tornado proprietário fundiário pelo emprego lícito de suas propriedades pessoal e mobiliário, se associa a outro homem para prosseguir a exploração da sua terra, ou mesmo, se, após ter feito todas as despesas fundiárias, ele se põe de acordo para que outro homem se encarregue de todas as despesas do cultivo propriamente dito, ele estabelece, natural e livremente, uma convenção pela qual cada um dos contratantes terá dos frutos a propriedade de uma parte proporcional à sua participação nos trabalhos e nas despesas. Dessa maneira, o direito de propriedade pessoal e mobiliária de ambas as partes seria conservado plenamente.

Dupont de Nemours, espelhando-se na agricultura inglesa, mostra que a agricultura é, naturalmente, uma atividade que envolve o proprietário do solo e o arrendatário, ou seja, o capitalista que investe na produção. Em virtude disso, divide o investimento ou aplicação de capital, que denomina de adiantamento, em duas partes. A primeira seria de responsabilidade do proprietário. A segunda, do arrendatário.

Desse modo, observa que, independentemente dos “adiantamentos fundiários”, o cultivo exige fundos de adiantamentos perpetuamente existentes, os

quais, conjuntamente com a terra, formam a matéria-prima dos trabalhos agrícolas. Estes são os instrumentos aratórios, as carroças, os animais de trabalho e os necessários para estercar o solo, etc. Esses adiantamentos primitivos do cultivo são perecíveis e sujeitos a uma grande quantidade de acidentes. É preciso, portanto, mantê-los, repará-los e renová-los incessantemente.

Os arrendatários também têm que fazer frente às despesas anuais, exigidas pelos salários e pela manutenção de todos os homens e de todos os animais cujos trabalhos concorrem para o cultivo do solo.

Além dessas despesas, Dupont de Nemours lembra que é indispensável separar todos os anos, do valor das colheitas, uma soma suficiente para conservar os “adiantamentos primitivos” e para prover as “despesas anuais do cultivo” do ano seguinte. Sem fazer isso, o cultivo enfraquece notável e progressivamente, fato que teria efeitos inevitáveis sobre a massa da produção e sobre a população, diminuindo-as proporcionalmente.

Também é necessário que esta soma que foi retirada das colheitas para fazer frente aos gastos a fim de manter o cultivo não seja estritamente medida pelas despesas correntes que o cultivador tem que pagar. Além dessa soma, é preciso que ele tenha meios para suportar os grandes acidentes provocados pelas intempéries. Sem eles, estes acidentes comprometeriam a existência dos agricultores, diminuindo sua capacidade para continuar seus trabalhos e prejudicando não apenas a colheita do ano seguinte, mas também as vindouras.

Dupont de Nemours denomina essas somas destinadas à perpetuação das colheitas de reparação (*reprises*) dos cultivadores. Nesse caso, o produtor, o arrendatário, deveria ficar, ao final do processo, com um excedente que lhe permitisse continuar com as atividades agrícolas. Isso diferencia, basicamente, a relação entre o proprietário de terras e o arrendatário da relação entre o proprietário de terras e o camponês servo. Com efeito, na primeira relação existe o cuidado, por parte do arrendatário, de cuidar do ingresso, ou seja, do lucro. Este constitui o objeto mesmo das convenções livres entre os arrendatários e os proprietários de terra. Se, no contrato, não ficar estipulado que o arrendatário, pagando a renda da terra, ficará com a parte restante da produção, ele não terá interesse em cultivar o solo.

Na segunda relação, ou seja, entre o proprietário de terras, no caso, o senhor feudal, e o camponês, o servo da gleba, não existe a necessidade de o produtor ficar com uma parte da produção (ainda que, de fato, historicamente, ele tenha ficado), pois ele não é um capitalista, como no caso do arrendatário.

Assim, ao passo que a relação entre o senhor feudal e o camponês é uma relação baseada na força, aquela que se estabelece entre o proprietário de terras e o arrendatário é uma relação livre, baseada no mútuo interesse. O proprietário de terras tem interesse em arrendar sua propriedade para receber a renda da terra. O arrendatário, por seu turno, somente tem interesse em arrendar uma propriedade e nela aplicar seus capitais se tiver a segurança e a certeza de que receberá um excedente que lhe permitirá aumentar o seu patrimônio.

Exatamente por isso é que Dupont de Nemours assinala que, tendo separado da colheita uma soma para fazer frente aos gastos necessários para o cultivo do solo, como a soma para os gastos com o cultivo do ano seguinte e a soma para manter os fundos dos adiantamentos perpetuamente existentes em animais, instrumentos, entre outros, enfim, as somas que a Natureza exige e determina imperiosamente para a exploração anual da terra, resta aquilo que os fisiocratas denominam de “produto líquido”²⁴.

O “produto líquido” é a parte que cabe ao proprietário fundiário. Trata-se do que, posteriormente, ficou conhecido como a “renda da terra”. Os fisiocratas definem-no como o prêmio para os gastos e trabalhos feitos com o desmatamento, a drenagem do solo, as plantações, as construções, entre outros, feitos para colocar a terra em condições de ser cultivada.

Dupont de Nemours arrola os benefícios de se ter um produto líquido considerável. Quanto maior for esse produto líquido, mais vantajoso é ser proprietário fundiário, já que se torna mais fácil encontrar pessoas dispostas a consagrar despesas e trabalhos para criar, adquirir, ampliar e aperfeiçoar as propriedades fundiárias. Quanto mais pessoas assim existirem, mais o cultivo se ampliará e se aperfeiçoará. Quanto mais o cultivo se ampliar e se aperfeiçoar, mais se renovarão anualmente as produções consumíveis. Quanto mais as produções consumíveis se multiplicarem, mais os homens poderão

²⁴Os fisiocratas consideravam como produto líquido a parte da riqueza agrícola que excedia a consumida, ao longo do processo produtivo.

alcançar o bem-estar e, por conseguinte, ser felizes. Quanto mais os homens forem felizes, mais a população aumentará.

Assim, é dessa maneira que a prosperidade da humanidade inteira se vincula ao maior produto líquido possível, ao melhor estado possível das propriedades fundiárias.

Dupont de Nemours alerta, no entanto, que existe ao menos uma exigência básica para que haja maior produto líquido, esclarecendo, assim, o que os fisiocratas consideram como elemento que perturbaria o funcionamento da “ordem natural”, ou seja, os princípios gerais, as práticas, costumes e instituições que dificultariam a obtenção de produto líquido considerável. Segundo ele, o produto líquido é maior quando todos os trabalhos que concorrem para a renovação e a venda das produções forem executados com o menor gasto possível.

Para isso, é necessário que haja a maior concorrência possível entre aqueles que fazem os adiantamentos e que experimentam a fadiga desses trabalhos. Com efeito, na concorrência, cada um se esforça para encontrar meios para economizar nos gastos de seu trabalho e merecer a preferência. Esta economia geral resulta em proveito de todos.

É exatamente nesse ponto que residem a maior crítica e a maior reivindicação dos fisiocratas. Com efeito, Dupont de Nemours destaca que, para existir a maior concorrência possível entre todos aqueles que executam e entre todos aqueles que fazem executar todos os trabalhos humanos, é necessário a maior “liberdade” possível no emprego de todas as propriedades pessoais, mobiliárias e fundiárias. Além disso, deve existir a maior “segurança” possível na posse do que se adquiriu por meio do emprego dessas propriedades. Tocamos, assim, nos dois aspectos que os fisiocratas afirmam não existir na França, ao menos na intensidade que possibilitasse um grande progresso da agricultura.

Para Dupont de Nemours, não se poderia constranger a liberdade do emprego das propriedades pessoais, mobiliárias ou fundiárias sem, ao mesmo tempo, diminuir o produto líquido do cultivo e, conseqüentemente, o interesse por cultivar. A diminuição desse interesse, por seu turno, resultaria na diminuição da massa das produções consumíveis, culminando na redução da população.

Portanto, em última instância, constranger a liberdade, nesses termos, significaria, para o autor, declarar guerra aos homens. Significaria violar os direitos e faltar com os deveres instituídos pelo Criador. Significaria, ainda, opor-se aos seus decretos tanto quanto permite a nossa fraqueza. Em síntese, seria cometer um crime de lesa-majestade divina e humana.

A maior liberdade possível de desfrutar os direitos de propriedade implica que cada indivíduo tenha a segurança completa da sua fruição. Completa o autor com a sua famosa frase: “Nada de propriedade sem liberdade; nada de liberdade sem segurança”.

Para que ocorra liberdade no emprego e segurança na fruição das propriedades pessoais, mobiliárias e fundiárias é preciso que os homens reunidos em sociedade garantam mutuamente essas propriedades e as protejam reciprocamente com todas as suas forças físicas.

Para concluir o seu raciocínio, Dupont de Nemours define a sociedade justamente por essa garantia e essa proteção mútua. Assim, para o autor, como havíamos assinalado anteriormente, a sociedade se constituiria exatamente para proteger a propriedade e os frutos do trabalho obtidos por meio dela.

Da necessidade de preservar a liberdade e a propriedade, Dupont de Nemours faz nascer o Estado. De acordo com ele, se, para exercer a garantia mútua do direito de propriedade, fosse necessário que todos os homens vigiassem para defender suas posses e as dos demais, seria necessário um estado menos vantajoso do que o primitivo, no qual cada um tinha apenas que conservar seu próprio bem. Por isso, torna-se necessário a existência de uma autoridade tutelar que exerça a vigilância por todos, enquanto cada um se dedica aos seus negócios e afazeres.

Tendo sido instituído tal poder, para que essa autoridade cumpra o ministério que lhe foi confiado, é necessário que a mesma seja soberana; em outros termos, que esteja de posse de uma força superior a todos os obstáculos que poderia encontrar.

Acrescenta o autor que essa autoridade precisa ser única. Para ele, a idéia de várias autoridades em um mesmo Estado constitui um completo absurdo, já que, como são iguais, não existe autoridade. Nesse caso, somente pode haver anarquia, em maior ou menor intensidade. No entanto, se uma delas é superior às

demais, pode-se concluir que ela constitui, de fato, uma autoridade, enquanto as demais nada são.

Entretanto, ainda que essa autoridade soberana seja única, ela não é livre para fazer o que bem entender. Ela não foi instituída para fazer as leis. Ao contrário, como já foi salientado anteriormente, para os fisiocratas existiria uma ordem natural das coisas, governada por leis da natureza que foram, em última instância, instituídas por Deus. Por conseguinte, a autoridade soberana não tem alternativa senão obedecer à ordem natural, isto é, às leis da natureza. Assim, o papel dessa autoridade é apenas consagrar nas leis os direitos e deveres instituídos pela Natureza. Como destaca Dupont de Nemours:

As *Leis sociais* estabelecidas pelo Ser supremo prescrevem unicamente a conservação do *direito de propriedade* e da *liberdade* que lhe é inseparável. As Ordenanças dos Soberanos, que se chamam *Leis positivas*, devem ser apenas atos declaratórios dessas *leis essenciais da ordem social* ²⁵ (DUPONT, 1768, p. 29).

Sendo a ordem natural das coisas a linha diretora das leis, ou, das Ordenanças dos Soberanos, se estas lhe forem contrárias, não são obrigatórias para ninguém. Se não respeitarem a propriedade, se ordenarem a queima das colheitas e prescreverem o sacrifício das crianças, não poderão ser consideradas leis. Antes, seriam atos insanos, que ninguém poderia obedecer.

Como se pode verificar, ainda que defenda um poder soberano, os fisiocratas entendem que o mesmo se encontra regulado pela ordem natural das coisas, a qual não é outra coisa senão a sociedade burguesa. Com efeito, como podemos perceber, os fisiocratas naturalizam a sociedade burguesa, atribuindo à natureza aquilo que pertence, de fato, a uma dada época histórica, ou seja, a sociedade burguesa.

Assim, não é casual que Dupont de Nemours tenha afirmado existir um Juiz natural e irrecusável das próprias Ordenações dos soberanos. Esse Juiz

²⁵ Tradução livre conforme texto original: “Les *Loix sociales* établies par l'Être suprême, prescrivent uniquement la conservation du *droit de propriété*, et de la *liberté* qui en est inséparable. Les *Ordonnances des Souverains* qu'on appelle *Loix positives*, ne doivent être que des *actes déclaratoires de ces Loix essentielles de l'ordre social*”.

seria a evidência de sua conformidade ou de sua oposição às Leis naturais da ordem social.

O motivo para todos respeitarem ao extremo e obedecerem inteiramente às leis deriva do fato de que elas são vantajosas para todos e porque os homens seriam obrigados a se submeter a elas por aquilo que o autor denomina de “Religião de foro íntimo”. Dito de outro modo, todos seriam obrigados, pelo seu próprio interesse, a obedecer às leis naturais que regeriam a ordem social. Assim, a obediência às leis naturais deve ocorrer mesmo que não tenham sido promulgadas ou que o poder soberano não utilize sua autoridade para fazer com que sejam obedecidas.

Os soberanos não são livres para fazer o que bem entendem. Ao contrário, são obrigados a promulgar, por meio de ordenações positivas, as leis naturais e essenciais da ordem natural. Somente eles têm o direito de exercer esse ministério que Dupont de Nemours caracteriza como “sagrado”. Depositário de todas as forças da sociedade, somente aos soberanos caberia declarar, em nome da sociedade, guerra aberta a todos aqueles que violaram os direitos dos seus membros, (DUPONT, 1768, p. 33-34).

Assim, o que se denomina poder legislativo, que não pode criar, mas somente declarar as leis e assegurar a sua observância, pertence exclusivamente ao soberano, já que o poder executivo pertence unicamente a ele, pela própria natureza da soberania, (DUPONT, 1768, p. 34).

Por outro lado, pelo mesmo motivo que somente o soberano tem o poder legislativo e o poder executivo, a função de julgar os cidadãos é incompatível com a soberania por três grandes razões.

Ela é incompatível com a soberania porque a função de julgar, que deve ser a aplicação da lei aos casos particulares, implica o exame de uma infinidade de casos particulares, ao qual o soberano não pode se dedicar.

Ela é incompatível com a soberania porque estaria em desacordo com o caráter sagrado do soberano e das leis. Exporia o soberano a todas as seduções possíveis e a suspeita contínua de todas as possíveis seduções. Além disso, não se poderia distinguir quando estivesse falando como legislador ou como juiz. Não existiriam, assim, verdadeiras leis positivas: todos os decretos seriam encarados como vontades de momento.

Ela é incompatível com a soberania porque, quando o soberano se equivocasse no seu julgamento, já que é impossível a qualquer juiz não cometer erros algumas vezes, em função de fatos equívocos e difíceis de constatar, não haveria a quem recorrer, sobretudo, um soberano. Não existiria ninguém a quem se pudesse dirigir para solicitar uma reconsideração do julgamento. Desse modo, por ter desejado fazer a justiça, o soberano ficaria privado de fazê-la.

Surge, assim, a necessidade de se destacarem magistrados para aplicar as leis, para examinar as contestações que se levantam entre os particulares e mesmo entre o soberano, como protetor do Público, e os particulares acusados de ter violado a ordem pública e, após um exame, pronunciar seu julgamento.

Para garantir que os magistrados examinem de modo suficiente os casos sob seu julgamento, eles devem estar submetidos às formalidades que constatarem tal exame. O direito de regulamentar essas formalidades, no entanto, pertence ao soberano, como um ramo da legislação positiva.

No entanto, como observa Dupont de Nemours, já que os magistrados estão encarregados de julgar de acordo com as leis positivas e conforme as regras prescritas pelas leis positivas e tendo, por conseguinte, que decidir sobre os bens, a vida e a honra de seus concidadãos, seriam religiosamente obrigados a começar pelo julgamento das próprias leis positivas. Do ponto de vista do autor, um magistrado seria culpado se aplicasse penas contra seus semelhantes segundo leis evidentemente injustas. Os magistrados devem, então, comparar as ordenações positivas com as leis da Justiça, que, por essência, regulam os direitos e dos deveres de cada um e que são, desse modo, a base da ordem social, antes de começar a julgar segundo essas ordenações.

A ignorância não poderia ser uma justificativa para que os magistrados deixassem de fazer esse exame e essa comparação, já que ela própria é um crime capital em um homem que abraça um ministério grave. A ignorância é inadmissível em um homem que se dedica à magistratura.

Todavia, o exame das leis pelos magistrados não poderia ser prejudicial à autoridade soberana. Como esta é apenas a depositária das forças públicas, não tem outro interesse senão o de aumentar, pelas melhores leis positivas, as forças que estão à sua disposição. A autoridade soberana é depositária das forças públicas e as comanda porque a evidência do interesse comum vincula a ela

todas as vontades. É esta reunião de vontades e de forças que constituem o poder e a autoridade soberana. Assim, o que é vantajoso para os súditos aumenta o poder e a autoridade dos soberanos.

Assim, se a ação dos magistrados prejudicasse essa autoridade resultaria em uma ofensa grave aos soberanos, pois significaria supô-los, ao mesmo tempo, injustos e insensatos. De fato, isso viria a ocorrer caso se supusesse que eles desejavam diminuir seu poder e sua autoridade, desunindo, por meio de injustiças evidentes, as vontades e as forças que, naturalmente, são levadas a se vincular à sua pessoa.

Um erro dos soberanos em suas ordenações positivas somente pode ser involuntário e os magistrados servem-nos utilmente, fielmente, religiosamente ao fazê-los notar esses erros involuntários.

Para que os magistrados possam exercer esta função inerente ao seu ministério, ou seja, a de examinar as ordenações positivas, comparando-as com as leis naturais e essenciais da ordem social, é necessário que eles sejam muito profundamente instruídos acerca dessas leis primitivas e fundamentais de toda sociedade.

Por um lado, para se assegurar de que os magistrados são esclarecidos e suficientemente instruídos acerca das leis naturais da ordem social é necessário julgar seu grau de estudo e sua capacidade a esse respeito. Por outro lado, é necessário que a própria nação esteja esclarecida sobre os direitos e os deveres recíprocos dos homens reunidos em sociedade e sobre as leis físicas da reprodução e da distribuição das riquezas.

Dupont encaminha, assim, a discussão para o campo da educação. Para que a nação esteja suficientemente esclarecida sobre as leis naturais, é necessário organizar a instrução pública e geral e favorecer a produção de obras doutrinárias nesse gênero. Dessa maneira, o último dos cidadãos terá ao menos uma pálida idéia delas e todos aqueles que pretendem ser constituídos em qualquer dignidade poderão ter uma consciência exata, aprofundada e completa delas.

No entanto, a autoridade soberana precisa de recursos financeiros para cumprir suas funções tutelares, garantir a propriedade de todos e de cada um com forças superiores a todas aquelas que desejariam atentar contra ela, prover

os gastos da justiça distributiva e da instrução pública. Os gastos, nesse caso, são consideráveis.

É necessário, então, que a sociedade pague por essas despesas, que são essenciais para a conservação da sociedade, para a observância da ordem e para a manutenção do direito de propriedade. A porção das riquezas que seriam destinadas a cobrir esses gastos públicos se denomina imposto.

O imposto, como conservador da propriedade, é o grande laço, o nó federativo, o vínculo sagrado, como se expressa Dupont de Nemours, da sociedade. Ele considera essa questão tão importante que dedica a ela vários parágrafos para explicar as leis naturais que lhe dizem respeito.

Em síntese, como assinalamos acima, Dupont considera a instrução dos cidadãos como algo necessário para o próprio funcionamento de uma sociedade fundada na ordem natural das coisas, ou seja, nas leis naturais. Assim, a instrução pública é necessária para o bom funcionamento da sociedade. Como se pode, então, concluir, a educação do cidadão, a instrução pública, não é algo circunstancial na doutrina dos fisiocratas, mas é uma decorrência das suas formulações.

Desse modo, como havíamos assinalado anteriormente, para se compreender a questão da instrução pública nos autores fisiocratas é preciso considerar que a mesma é parte integrante das suas preocupações. Por conseguinte, é a partir dessa constatação que examinaremos, no próximo capítulo, a questão da instrução pública na obra de Dupont de Nemours.

4 AS IDÉIAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE UM FISIOCRATA: PIERRE SAMUEL DUPONT DE NEMOURS.

Exporemos, neste capítulo, as idéias de Dupont de Nemours acerca da instrução pública contidas em dois textos. O primeiro é *Considerações sobre a educação nacional, por um cultivador* (Vues sur l'éducation nationale, par un cultivateur), publicado anonimamente no ano II (1790) da Revolução Francesa. O segundo é *Sobre a educação nacional nos Estados Unidos*. (Sur l'éducation nationale dans les États-Unis d'Amérique), escrito em 1800 e publicado em 1802, em primeira edição e 1812 a sua segunda edição.

Como já foi assinalado, Dupont de Nemours esteve envolvido com questões relativas à educação em várias ocasiões, seja escrevendo projetos, seja participando da administração pública tendo a cargo a instrução. Seu vínculo com a instrução não é, por conseguinte, ocasional, fruto de circunstâncias. Ele interessou-se pela educação em virtude das suas crenças políticas e econômicas.

Com efeito, no primeiro capítulo deixamos destacado o fato de a educação ser parte integrante do sistema fisiocrata. A educação não era apenas um apêndice ou algo marginal nas considerações dos partidários da Fisiocracia. Ao contrário, da sua perspectiva, ela era decisiva na constituição de uma sociedade. Como vimos, para os fisiocratas, a instrução pública era a única maneira e garantia para se evitar o abuso do poder. Por isso, eles davam uma grande importância à instrução pública.

Além disso, como a Fisiocracia defendia a idéia de que a agricultura era o único ramo produtivo, Dupont de Nemours escreveu suas *Considerações* justamente para a instrução das crianças do campo. Desse modo, a doutrina dos fisiocratas o levava a conceder uma grande importância à instrução dos trabalhadores do campo. Como defensor da liberdade e da igualdade, ele

entendia que ambas somente poderiam ser alcançadas caso os homens fossem instruídos, tornando-se verdadeiros cidadãos, ou seja, participantes ativos da vida política nacional.

Ao que saibamos, Dupont de Nemours ocupou-se com as questões relativas à instrução pública em quatro ocasiões.

A primeira delas, ao que saibamos, foi em outubro de 1773, quando foi convidado, pelo rei Stanislaw August Pomatowski, da Polônia, para ser seu secretário. Nessa qualidade, dirigiu a Comissão de Educação Nacional (KEN), a autoridade central da educação da Polônia-Lituânia Commonwealth, criada pelo Parlamento e pelo próprio rei. A principal razão para a sua criação deveu-se ao fato que a educação na Polônia e na Lituânia era controlada quase totalmente pelos Jesuítas. Pretendia-se, então, organizar um sistema geral da educação nacional que tivesse outro caráter, não conservador.

A segunda verificou-se com a publicação do texto *Considerações sobre a educação nacional, por um cultivador*, em 1790.

A terceira oportunidade ocorreu alguns anos mais tarde (1795), quando escreveu a *Memória sobre o número de escolas primárias que se deve estabelecer*. Essa memória é considerada o complemento das *Considerações*. Infelizmente, não tivemos acesso a este texto, mas somente a excertos. Essa memória inicia com as seguintes palavras, remetendo-se ao texto anterior:

Em uma primeira obra, notei que, sendo os filhos dos cultivadores cooperadores úteis e mesmo necessários a eles, haveria um grande obstáculo físico, moral, doméstico, econômico, para que a maior parte deles pudesse comparecer às aulas das *escolas primárias*, mesmo supondo que se colocaria uma em cada comuna do campo. Tratei de indicar os meios pelos quais se poderia superar este obstáculo, inicialmente, subdividindo as escolas primárias em tantas seções quanto houvesse por sua vez dez ou doze alunos, pois se apoiando naqueles que tivessem mais disposição para contribuir na formação dos outros, escolhendo-se as horas de estudo tanto segundo as estações quanto de acordo com a espécie de cultivo da região e inspecionando, todos os dias, sem ordem regular, de improviso, algumas seções pelo professor, que somente ministraria aula a toda a escola reunida no décadi (BUISSON, 1911)²⁶.

²⁶ “J’ai fait voir dans un premier ouvrage que les enfants des cultivateurs étant pour eux des coopérateurs utiles et même nécessaires, il y aurait un très grand obstacle physique, moral, domestique, économique à ce que la plupart d’entre eux pussent profiter des leçons des écoles

Todavia, ao que tudo indica, Dupont de Nemours escreveu a memória para fazer ressalvas às determinações da constituição de 1793. Retomaremos esta questão mais adiante.

A quarta foi por ocasião de sua estada nos Estados Unidos, quando escreveu *Sobre a educação nacional nos Estados Unidos*. Na oportunidade, quando emigrou com seus filhos para os Estados Unidos, em 1799, Dupont de Nemours esperava estabelecer uma colônia em Virgínia, expectativa que nunca se materializou.

De acordo com Albertone (2004), Dupont de Nemours, por sua reflexão sobre a instrução pública, adquiriu uma competência e uma originalidade em relação ao movimento fisiocrata que se consolidaram no contato com a realidade revolucionária. Ele teria dado um testemunho precioso do legado da Fisiocracia, colocando a instrução pública no centro do liberalismo, onde o indivíduo somente poderia assegurar sua autonomia material e intelectual por meio da participação responsável e esclarecida na vida da coletividade.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NACIONAL, POR UM CULTIVADOR E SOBRE A EDUCAÇÃO NACIONAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Ainda que tenhamos nos propostos fazer uma análise em separado dos dois textos de Dupont de Nemours, acreditamos ser necessário chamar a atenção para alguns aspectos que são comuns em ambos.

Muito provavelmente, a questão mais significativa comum nos dois textos é sua crítica aos métodos vigentes de alfabetização que começam pela leitura ao invés da escrita. Ele propõe que se inicie a instrução pela escrita. Ele próprio atribui uma grande importância a esta mudança no que denomina *método ordinário da instrução*. Acredita tratar-se de algo tão importante a ponto de levá-lo a escrever sobre a questão da instrução pública. Para o autor, dever-se-ia iniciar

primaires, même en supposant qu'on en placerait une dans chaque commune rustique. J'ai tâché d'indiquer les moyens par lesquels on pourrait surmonter cet obstacle, d'abord en sous-divisant les écoles primaires en autant de sections qu'il y a de fois dix ou douze élèves, puis en s'aidant de ceux qui auront le plus de dispositions pour contribuer à former les autres, en choisissant les heures de l'étude tant selon les saisons que d'après l'espèce de culture du pays et faisant inspecter chaque jour, sans ordre réglé, à l'improviste, quelques-unes des sections par le professeur, qui ne donnerait leçon à toute l'école réunie que le décadî" (disponível em: <www.inrp.fr> - acessado em: 09/01/09).

a instrução pela escrita pelo fato de que os conhecimentos concretos, adquiridos pela observação, pela intuição, precedem as noções abstratas.

A proposta de iniciar a alfabetização pela escrita, ao invés de começar pela leitura, não era consenso entre os autores que se preocupavam com a questão da alfabetização na França. Em 1815, por exemplo, Frédéric Cuvier publicou um projeto de organização das escolas primárias (*Projet d'organisation pour les écoles primaires*) no qual a alfabetização começava pela leitura.

No discurso preliminar, no qual apontou a origem do projeto, Cuvier assinalou que o texto era, em grande parte, o resultado de pesquisas e reflexões de um comitê que se reunira em 1811 para apresentar a proposta de uma nova organização de escolas primárias na França.

Devido às ocupações dos membros do comitê e acontecimentos que, em sua opinião, não favoreciam projetos de utilidade pública, o trabalho do comitê foi interrompido. Cuvier (1815, p. VII-VIII) prosseguiu, posteriormente, o texto, apresentando-o, então, sob a forma de um projeto.

Nele, Cuvier (1815, p.53-54) propõe uma seqüência para a alfabetização na escola primária, iniciando pela leitura, indo, em seguida, para a escrita e, por fim, para a Aritmética. Considera a leitura, a escrita e o cálculo como os objetivos fundamentais da instrução pública. Mas defende que também se deveria ministrar Ortografia e Gramática e, mais adiante, um pouco de Geografia e de História.

Percebe-se, igualmente, que, além dos temas recorrentes nos seus textos, Dupont de Nemours aproveitou-se de partes de uns nos demais. Mais precisamente, em seu projeto para a instrução pública nos Estados Unidos, valeu-se de partes dos dois textos anteriores.

Tanto no texto *Considerações Sobre a educação nacional*, Dupont de Nemours fez menção à experiência do Cavaleiro Pawlet. Por isso, é importante dar aqui algumas notícias sobre essa experiência.

O Cavaleiro Pawlet, nascido em Lyon, em 1731, fundou a Escola dos Órfãos Militares (*École des orphelins militaires*). Na sua memória, encontramos as circunstâncias que o levarão a fundar semelhante escola. No ano de 1773, passeando no bosque de Vincennes, encontrou um jovem doente, em uma vala, que vivia fazia algum tempo na mendicância. Ficou sabendo que o mesmo era filho de um veterano que havia falecido. Pawlet tomou conta dele, que se

transformou em um bom indivíduo. Por meio de uma investigação, ele ficou sabendo que existia uma grande quantidade de crianças que se encontravam na mesma circunstância, que pereciam na miséria ou aumentava o número de vagabundos, por falta de educação. Ele resolveu socorrê-las, fundando um estabelecimento, ensinava, às suas custas, filhos de soldados e oficiais, (BUISSON, 1911). De acordo com Robin-Romero (2007, p. 20), contrariamente aos demais fundadores que trabalhavam pelos órfãos, Pawlet foi homem de uma só instituição e, ao que tudo indica, não socorria os pobres em seu conjunto.

Entretanto, se existem pontos em comum entre ambos, também encontramos algumas diferenças significativas. *Sobre a educação nacional* é mais longo e completo. *Considerações*, por seu turno, é um texto incompleto, ainda que se leve em conta que, posteriormente, publicou uma segunda parte. Além disso, *Considerações* é uma defesa e um projeto da instrução pública para os habitantes do campo na França, enquanto *Sobre a educação nacional* é um plano completo para o estabelecimento da instrução pública nos EUA. Por isso, o último, por ser um projeto mais geral, abarcando todos os níveis de ensino, é mais extenso. Passemos, pois, à análise de ambos os textos.

4.1.1 Acerca de *Considerações sobre a Educação Nacional, por um Cultivador*

O texto *Considerações* foi impresso, em 1790, anonimamente, como o seguinte subtítulo: *Ou meios de simplificar a instrução, de torná-la, ao mesmo tempo, moral, filosófica, republicana, civil e militar, sem desorganizar os trabalhos da Agricultura e dos Ofícios, para os quais a juventude deve concorrer*. Foi publicada apenas uma parte, aliás, assinalada no texto da seguinte maneira: “Nº 1er”. O título dessa primeira parte é: *Da maneira de ensinar a escrever e a ler e da organização das Escolas Primárias no campo*.

A importância do projeto de Dupont de Nemours cresce em importância se considerarmos que a constituição do ano III (1791) determinava que, a partir do ano XII (1800), quem não soubesse escrever não poderia exercer os direitos de cidadão. Reputou como um belo pensamento da Comissão dos Onze e da Convenção Nacional, exigir como condição do exercício do direito de cidadão a possibilidade de ler as leis, assinar seu juramento, administrar seus negócios

como pai de família esclarecido e de não ser inteiramente incapaz de receber idéias justas sobre os direitos, os deveres e os interesses dos cidadãos. Advertiu, no entanto, que a exigência supunha uma escola próxima de todos aqueles que tivessem necessidade de receber instrução, (BUISSON, 1911).

Dupont de Nemours inicia o texto expondo qual era, no seu entender, o objetivo da instrução pública. Afirma que ele é conceder aos cidadãos o maior número de conhecimentos úteis, exigindo o menor trabalho possível. De nosso ponto de vista, esta formulação constitui um dos elementos chaves da sua proposta.

Além disso, afirma o autor que facilitar o ensino nacional é diminuir as fadigas da infância e contribuir para com a felicidade provisória do que considera uma interessante parte da vida. Prossegue destacando que o ensino nacional deve estender as luzes, assegurar seu progresso e semear, desde a primeira idade, no coração dos jovens cidadãos, o amor pela liberdade e pela república. Julga que esse amor não nasceria caso se, para falar dele, mantivesse as crianças sob a despótica férula do pedantismo. Ele acredita que, em troca, este amor lançará raízes profundas se, a partir do momento em que elas crianças agem, as faz experimentar as primeiras doçuras da liberdade (DUPONT, 1790, p. 3-4).

Defende a idéia de que todos os cidadãos devem participar da instrução. Mas, expressando suas posições fisiocratas, considera que a instrução das crianças do campo deve ser considerada especialmente. Por isso, chama a atenção para o fato de que, entre aqueles que constituem a parte mais respeitável do povo, ou seja, os agricultores, cujos trabalhos produzem a subsistência e a riqueza de toda a nação, as crianças têm poucos momentos para se consagrarem sequer a primeira e mais simples instrução letrada (DUPONT, 1790, p. 4).

Descreve, então, a vida das crianças do campo, procurando destacar que a sua contribuição para o sustento da família é decisiva. Assim, mas as crianças começam a andar, elas são enviadas, com um chicote na mão, para guardar peruas e gansos. Um pouco maiores, elas conduzem uma vaca pela corda. Maiores, elas têm que tomar conta das tropas do gado maior ou dos porcos, carneiros ou cabras. Também procuram, com cestos à mão, estrumes nas estradas. Levam para a lareira as lenhas secas e as folhas secas para o pátio.

Retiram as lagartas das plantas. Espalham o esterco. Ordenham as vacas. Reviram o queijo. Batem a manteiga. Conclui que as suas famílias experimentariam uma perda considerável caso fosse necessário afastá-las dessas ocupações indispensáveis para colocá-las em uma escola, levando-as à penúria (DUPONT, 1790, p. 4-5).

Desse modo, o autor destaca que somente poderiam encontrar tempo as crianças que não tivessem a felicidade de ter alguma coisa para fazer. Com isso, as luzes continuariam a ser um privilégio exclusivo da opulência.

Como conclusão dessas observações, considera que é necessário tomar medidas e adotar planos de modo que a primeira instrução literária, filosófica, patriótica, moral, seja ministradas às crianças do campo sem interrupção desta outra instrução, rural. Para o autor, essa instrução rural tem seu mérito, girando em torno de conhecimentos reais, mais importantes, talvez, do que os encontrados nos livros. Assinala que essa instrução elas extraem de suas necessidades e das dos seus pais. Por isso, entende ser necessário que o ensino literário, longe de colocar obstáculos àqueles que cuidam da casa, dos estábulos, do campo, seja ministrado, tornando-se mais eficaz (DUPONT, 1790, p. 5).

Como se pode observar, Dupont de Nemours procura considerar como é o mundo real das crianças do campo para meditar sobre os meios de proporcionar sua instrução. Não elabora um projeto saído da sua cabeça, mas procura levar em conta as circunstâncias em que vivem os homens do campo. Afirma, então, ser necessário encontrar o caminho para alcançar esse objetivo e caminhar com passos seguros, derrubando todos os entraves da rotina. Critica a prática vigente, destacando que os estabelecimentos de instrução somente haviam sido pensados para os cidadãos e para os ricos (DUPONT, 1790, p. 5-6).

Posteriormente, em 1795, como já noticiamos, Dupont de Nemours retomou a questão da instrução pública em uma memória. Nela analisa a problemática de se privar os pais dos serviços prestados pelas crianças ou da renda que se pode obter empregando-as em um ofício. Propõe, então, na *Memória*, construir-se pequenas escolas próximas das famílias, que funcionariam no horário em que o trabalho havia terminado e inspecionado, antes do que dirigido, pelo professor e nas quais um aluno mais adiantado serviria de monitor de oito ou dez alunos que estivessem começando. No quinto dia, haveria uma

aula do próprio professor para todas as escolas ou seções que nele se reuniriam. Completa Simon (1885), que se tratava do famoso sistema de ensino mútuo, que se tornou célebre no início da Restauração.

Acrescenta ainda este autor que Dupont de Nemours insistia, sobretudo, indicando as razões, que se estabelecesse uma escola por comuna e não por cantão, como havia sido proposto por algumas pessoas. Afiançava o autor que não se tratava apenas do interesse das famílias, mas do próprio Estado, da sua riqueza e poder.

Dupont de Nemours aborda, então, um dos principais pontos do seu projeto de instrução pública. Na verdade, trata-se do fundamento do seu projeto pedagógico: do seu ponto de vista, a instrução deveria começar pela escrita e não pela leitura. Criticando o método até então utilizado, afirma:

Um dos primeiros vícios desta educação de classe ou de escola, dos quais todos nós temos sido mais ou menos vítimas, é ter consumido muitos anos de nossa juventude para nos fazer saber ler e escrever. E, ainda, mesmo quando viemos a saber, somente adquirimos um meio para aprender, mas nós não aprendemos nada. Nenhuma verdade física ou moral entrou em nossa cabeça, exceto aquelas que nossa experiência de infância havia recolhido, independentemente das lições, e, mais frequentemente, malgrado nossos mestres (DUPONT, 1790, p. 6)²⁷.

Considera uma sorte isso não ter ocorrido. Afirma que, caso houvessem aprendido com os mestres, teriam aprendido tudo ao contrário. Os erros dos livros e os preconceitos dos pedagogos teriam embotado ou desfigurado seus espíritos e encoberto as passagens pelas quais poderiam e deveriam receber uma instrução realmente vantajosa para eles mesmos e para seus concidadãos (DUPONT, 1790, p. 6).

Descreve o autor como se processava a instrução que iniciava pela leitura:

²⁷ Tradução livre, conforme texto original: "Um des premiers vices de cette éducation de classe ou d'école, dont nous avons tous été plus ou moins le victimes, est d'avoir consume plusieurs années de notre jeunesse pour nous faire lire parvenir à savoir lire et écrire. Et encore, quand nous l'avons sou, nous n'avions acquis qu'un moyen d'apprendre; mais nous n'avions rien appris. Aucune vérité physique, ni morale, n'était entrée dans notre tête: excpté celles qu'avait recueillies notre expérience enfantine, independamment des leçons, et le plus souvent malgré nos maîtres".

Durante muito tempo estendeu-se a barbárie até o ponto de obrigar pobres crianças a aprender a ler em latim, com uma pronúncia que não era nem latina, nem francesa, de palavras que não tinham nenhum sentido, sob a condição de esquecer imediatamente o que se lhe havia ensinado o som que eles tinham dado ao e, ao um, ao ch, ao gn, ao qu, para aprender uma segunda vez a ler em francesas palavras e coisas que não lhes eram mais inteligível (DUPONT, 1790, p. 6-7).²⁸

Prossegue afirmando que esse método continuava até os seus dias, mesmo com a invenção do “Abecedário” ou “Cartilha”. Observa que ele nunca foi conhecido no campo, na cidade, somente pode ser usado pelas famílias abonadas. Acreditava-se que se faltaria com todos os princípios caso se deixasse as crianças manejarem uma pena antes que soubessem ler perfeitamente. A escrita era considerada uma ocupação secundária, praticamente sem relação com a que havia até então absorvido sua atenção.

De acordo com Dupont de Nemours, as crianças eram forçadas a se dedicar à escrita quando houvessem esgotado a leitura. Desse modo, a leitura esmagava o ardor juvenil que leva as crianças a se instruir quando não são impedidas de fazer alguma coisa, de imitar dos adultos. Assim, após tê-las cansado com preceitos e com obediência é que as sujeitava, novamente, no momento em que se poderia, compondo-lhes livros, lhes conceder-lhes alguma instrução e algum divertimento por meio da arte de ler que se lhe havia tão duramente tornada praticável. Se as fazia conhecer, como disse Montesquieu, o *trabalho após o trabalho*, ou, antes, o aborrecimento após o aborrecimento. E algumas vezes se as desgostava por toda a vida de ocupações sedentárias, as quais, caso fossem combinadas e distribuídas com inteligência, poderiam ser uma grande fonte de luzes e de prazeres (DUPONT, 1790, p. 7-8).

Critica Dupont de Nemours este método observando que, nesta ordem de estudos, havia se esquecido do instinto da infância, que prefere ocupar seus dedos à sua cabeça, ou, melhor, que somente ocupa bem sua cabeça quando ela exercita seus dedos. O autor observa que se esqueceu de tal maneira disso que

²⁸ Tradução livre, conforme texto original: “On a long-tems poussé la barbárie jusqu'à obliger de pauvres enfans d'apprendre à lire en latin, avec une prononciation qui n'était ni latine, ni française, des mots qui ne leur présentaient aucun sens, sous la condition d'oublier promptement ce qu'on leur avait enseigné, le son qu'ils avaient donné à l'e, à l'um, au ch, au gn, au qu, pour apprendre une seconde fois à lire en français des mots et des choses qui ne leur étaient guères plus intelligibles.”

parece um paradoxo afirmar que a instrução literária das crianças deve começar pela escrita. Elas não deveriam ser incomodadas com a leitura, que não haveria necessidade de fazer um estudo separado, caso a escrita for bem ensinada.

Dupont de Nemours destaca que sua proposição é fundada na experiência. Afirma, por isso, que se apressa em repelir a prevenção que, imediatamente, se faria, encarando este método como absurdo e como um devaneio do espírito inovador. Acrescenta que ter tido a felicidade de ensinar várias crianças que se tornaram homens de mérito, excelentes cidadãos. Estas nunca aprenderam especialmente a ler e, ressalta, nunca tiveram consciência de que estavam aprendendo a ler. Repetiu a experiência em uma segunda geração. Assim, de sua perspectiva, não se trata de uma idéia, mas de um fato constatado com sucesso em um grande número de indivíduos.

Julga DUPONT (1790, p. 8-9) que este relato talvez fosse suficiente para suspender o julgamento dos rotineiros, os quais preferem saber aquilo que se fez ao invés de refletir sobre aquilo que se poderia ou conviria fazer.

Mas a experiência não é a única coisa na qual Dupont de Nemours se apóia. Observa, ainda, dirigindo-se aos filósofos, pensadores e legisladores que esta experiência encontrava-se conforme os melhores princípios da lógica e fundada na história natural do homem quando sai este da primeira infância e entra na puerilidade.

Explica que, nesta idade, a criança tem necessidade permanente e presente de movimentar-se, de agir, de fazer. Ela tem a confiança e a ambição, estabelecidas sobre uma grande quantidade de experiências felizes que lhe ensinaram tudo o que sabe. Acrescenta que o que uma criança de seis anos sabe é mais considerável do que se imagina. Isto são os germes daquilo que aprenderá em todo o resto da sua vida.

Pergunta o autor como a criança aprendeu. Responde ele que se movimentando, correndo, apalpando, fazendo. Segundo ele, são suas mãos, seus pés, seus olhos, suas observações espontâneas que reuniram e colocaram debaixo dos seus olhos idéias já bastante numerosas as noções físicas e mesmo metafísicas já bastante multiplicadas que preenchem sua jovem cabeça e dirigem suas ações. Em troca, ela teria dificuldade para se reduzir ao papel de ouvinte. A imobilidade desse papel repugna os seus órgãos que a natureza impele para o

desenvolvimento e oprime seu espírito impaciente, não de palavras, mas de coisas novas. Quando ela escuta, são as outras pessoas que a governam e a ensinam. Quando age, ela própria educa. É, então, mais livre neste último caso e, portanto, mais feliz (DUPONT, 1790, p. 9-10).

Ainda segundo o autor, para uma criança, ler é escutar e compreender; escrever é agir e criar algo do nada. Ler a obriga se manter no mesmo lugar. Escrever pode ser feito de três ou quatro maneiras: na areia, com um bastão; na parede com um carvão; sobre uma prancha, com o giz; enfim, em um papel, ora com um lápis, ora com uma pena e tinta. A fadiga é menor; o amor próprio mais satisfeito. A variedade de maneiras fornece mais instrução e dissipa o aborrecimento.

Para Dupont de Nemours não é necessário que a criança aprenda a ler. De seu ponto de vista, é impossível que ela imite a letra A que se lhe deu como modelo sem que saiba tratar-se de um A. Dessa maneira, desde que ela escreve uma letra, ela sabe lê-la (DUPONT, 1790, p. 10-11).

E Dupont de Nemours propõe uma ordem para ensinar as crianças a escreverem tanto com letras maiúsculas como minúsculas. Segundo ele, deve-se começar pelo i. Explica: é a pilastra única, é o número um, é a idéia mais simples, é a linha reta, é o tronco da árvore, é a base de tudo.

Prossegue, indicando a seqüência para o ensino da escrita. Dobrando o i, inicialmente na mesma ordem, depois de maneira inversa, ele dará o u e o n. Sem ligação entre as pilastras, dará o número II romano.

E o autor vai explicando a seqüência: Se triplicarmos o i forma-se o m, que, colocado horizontalmente, sem ligação, é o número III romano e voltado para o lado, com ligação, o número 3 arábico. O n quebrado forma o r. O i prolongado é l ou o grande l em algarismo romano ou o ponto de exclamação !, que significa que a coisa à qual se o aplica é uma grande coisa. A letra l com barra parece um martelo: ela terá o som dele: ela dá pancada, ela será o t (DUPONT, 1790, p. 11-12).

Depois, quando as letras formadas apenas pelas pilastras retas estiverem esgotadas, é necessário passar para a letra o, que serve para compor as demais letras. É o segundo princípio pelo qual elas tiram a sua origem. É o zero que, sozinho, indica apenas um vazio e que não produziria nada. Mas que decuplica o

valor dos números ativos aos quais eles se unem. Na escrita, como na geometria, e pode ocorrer também em outras ciências, tudo se faz com as letras i e o, com a linha reta e o círculo.

A letra o conduzirá novamente ao d, que é apenas um o que se eleva a segunda parte ao dobro da altura da primeira. O 2 de número arábico é uma espécie de d e traz a idéia de dobro. Acrescentando-lhe um i à cauda se tem o 4. Caso se unir as letras o e i. se terá o a, que, segundo o autor, não é a primeira letra na ordem de antiguidade, pois é uma letra composta. Mas que se tornou a mais distinguida das letras e que se a colocou à frente em razão da sua dignidade, porque se tornou o símbolo da união, da adição, porque os orientais a vincularam à palavra *homem*, tomada no sentido geral de espécie. A letra A maiúsculo serve à mesma idéia por meio de uma figura diferente. Para o autor, as letras são, originariamente, esboços de quadros (DUPONT, 1790, p. 12-13).

Para não nos alongarmos na exposição do projeto de Dupont de Nemours não prosseguiremos detalhando seu método de alfabetização. Com efeito, nossa intenção é apenas dar uma idéia dele. Saltaremos, portanto, esta parte, indo diretamente para as suas considerações gerais.

Em suas considerações gerais, Dupont de Nemours observa que as crianças não necessitam nem de história, nem de análise filosófica das letras. Para elas seria suficiente o método prático pelo qual as que são radicais na escrita servem para formar outras. Entretanto, se isto basta às crianças, os professores deveriam saber mais, na opinião do autor.

Segundo ele, os professores não podem ignorar que nada é arbitrário nas bases, na ordem, no progresso do conhecimento humano. Ou seja, que as figuras das letras, seu som, seu sentido, as idéias que os antigos vincularam a elas, suas relações com as verdades físicas e metafísicas, os elementos e os princípios da gramática, não foram imaginados pela fantasia e sem razão.

Assim, na opinião do autor, quando as crianças tiverem copiado cada letra em uma página inteira, debaixo de um exemplo bem feito, elas a lerão imperturbavelmente, sem nenhum esforço, sem nenhuma dificuldade de memória. Em troca, isso é exigido quando se trata de reconhecer em um livro as letras que se limitou a lhes mostrar e que nunca escreveram. Argumenta que esta é uma experiência comprovada por todas as educações e que todos podem ainda repetir

neles mesmos: retém-se infinitamente melhor uma lição que se transcreveu (DUPONT, 1790, p. 15-16).

Assim, defende o autor, ao invés de colocar os alunos sobre uma cartilha, deve-se fazê-los compor. Adverte que não se deve detê-los por muito tempo nessas combinações de letras que não apresentam idéias, na medida em que as crianças compilam e registram idéias e somente gostam disso.

Após terem aprendido as letras, deve-se conduzi-las imediatamente à escrita de palavras, de início curtas, depois mais longas. Quando estiverem fazendo isso bem, deverão compor pequenas frases.

Adverte o autor que a escolha de palavras oferecidas como exemplo não deve ser indiferente. Defende que se deve colocar sob os olhos de uma criança, em suas lições, apenas aquelas que lhe são familiares e que a grande e perpétua lição da vida lhes fez conhecer a coisa. Que não esteja em nenhum momento em lugar desconhecido: isso a desgosta e o aborrecimento logo aparece.

Assim, se ela habita uma comuna urbana, é necessário empregar a nomenclatura dos ofícios e as dos principais instrumentos, quando a criança os viu nas mãos dos trabalhadores e cuja destinação não lhes é desconhecida. Segundo o autor, o Comitê de Instrução Pública havia observado muito bem que freqüentes visitas às lojas e às oficinas e as noções mais essenciais dos ofícios mais úteis deveriam ser a parte mais extensa da educação dos jovens cidadãos (DUPONT, 1790, p. 16-17).

No campo, os instrumentos e os termos do cultivo, os da carpintaria de carroças, da forja, do marceneiro e do pedreiro, as árvores, as plantas, os frutos, os animais, as pastagens devem fornecer os nomes que os alunos deverão escrever.

Dupont de Nemours indica, a partir de então, que a alfabetização faz parte de um processo de formação do indivíduo para uma dada sociedade. Assim, ele afirma que, em toda a república, quando a idade avançar um pouco, as crianças devem aprender o que denomina de 'palavras expressivas', 'frases enérgicas e simples', que constituem um resumo da filosofia, da política e da moral:

Igualdade, liberdade

Trabalho, propriedade, justiça

Viver livre ou morrer

Economia, sabedoria

Benefícios e prazeres

Virtude e felicidade

Amor pela pátria

Faça aos outros o que deseja que lhe façam

Afirma o autor que essas máximas ficarão impressas no coração das crianças e o modo de ler no seu espírito (DUPONT, 1790, p. 17-18).

Observa o autor que a criança que souber escrever e ler bem uma trintena de linhas desta espécie saberá ler e escrever tudo o que se lhe propuser. Ela poderá fazer e compreender uma cópia da *declaração dos direitos*.

Argumenta o autor que seria com um método semelhante que, destaca, até sua época não haviam sido observados, mesmo pela filosofia, os homens aprendiam a falar na língua materna, a única que saberia bem e a única na qual pensava por toda a vida. Adverte que, por mais facilidade que se consiga se exprimir em uma outra língua, os discursos são rápidos.

Continua o autor afirmando que, em todas as épocas, é a experiência e o raciocínio sobre as experiências, algumas vezes refletidas, mais frequentemente despercebidas, que seriam os verdadeiros mestres dos homens. As lições dadas, os preceitos conhecidos, somente seriam aproveitadas e esclareceriam caso se convertessem em idéias próprias. Afirma ainda que julgamos involuntariamente nossos instrutores e sua doutrina.

E nessa passagem, Dupont de Nemours indica que seu projeto de instrução pública encontra-se fundado na sua filosofia. Esta afirma que a natureza criou os homens livres. Daí afirmar que, na medida em que a natureza fez os homens para serem livres, ela os permite compreender e escrever por eles mesmos. Considera isso verdadeiro pelo fato de que, em sua opinião, os homens aprendem mais coisas e mais facilmente na época da sua vida em que escuta menos e na qual seus pensamentos são os mais interiores e os menos comunicáveis. Observa que, quando na adolescência ou na idade adulta quer-se aprender, com o auxílio de instrutores, uma língua estrangeira ou antiga, não se faz progressos tão profundos e tão sólidos quanto aqueles feitos por uma criança.

Assim, conclama a todos, professores e, sobretudo, legisladores da instrução, na medida em que são as faculdades *naturais* dos homens que se

pretende desenvolver na juventude que se imite a natureza e respeite suas leis. Segundo ele, ela varia suas lições, as multiplica, as torna interessantes e curtas. Considera ainda que talvez seja uma vantagem para a boa educação dos habitantes do campo que a grande importância dos seus trabalhos não lhes permita parar cada dia muito tempo nas escolas. Muito provavelmente, serão para sempre homens robustos, cidadãos livres, com gênio mais independente, másculos, corajosos e pensadores mais vigorosos (DUPONT, 1790, p. 19-20).

Deseja que elas não sejam obrigadas, de sol a sol, a mais de uma hora de estudo sedentário. Entende que, assim, ele será mais atraente para elas e as que estão dispostas a aprender repetirão a lição nos bosques e nos prados. Com isso, seus trabalhos produtivos não serão perturbados e sua instrução literária melhor. Lembra que os pastores foram os primeiros astrônomos, botânicos, filósofos e poetas.

Ao prosseguir na exposição do seu projeto, Dupont de Nemours trata do horário da aula. Em sua opinião, durante o verão, a aula deve ser dada no meio do dia, antes do jantar. Explica que o calor e a duração do dia exigem que o trabalho dos campos seja suspenso. Assim, uma ocupação mais doce, à sombra, seguida de repouso, tornar-se-á um descanso. Já no inverno, ela deve ser ministrada à noite. Justifica pelo fato de que, sendo o dia mais curto, todos os momentos são preciosos. As lições, nesta estação, podem ser um pouco mais longas, ou seguidas de leitura, contanto que os objetivos sejam variados e sua diversidade impeça que algumas das crianças fiquem a atenção. Adverte que nada deve ir além da conta, para que tudo seja feito com atividade (DUPONT, 1790, p. 21).

Dupont de Nemours destaca outro problema a ser resolvido com relação à população do campo. Trata-se do fato de as comunas campestres serem extensas. Exemplifica com a que habita. Ela é composta por 18 casas situadas de forma dispersa, em um território de cerca de duas léguas quadradas. Destaca que mesmo aquelas em que o burgo principal é mais considerável, com distritos, as propriedades e os trabalhadores rurais se encontram longe da casa habitada pelo professor nacional. Haveria, assim, muitos inconvenientes caso a maior parte das crianças acrescentarem à hora que exigida pela escrita e pelo estudo outras duas horas consumidas para ir à escola e retornar. O resultado disso seria que o

interesse maior da subsistência forçaria muitas famílias subtraírem-se à lei, quaisquer que possam ser suas imposições e a instrução seria repartida desigualmente.

Para evitar esse inconveniente, o autor propõe que se tomem medidas mais gerais para estas dificuldades locais, ainda que sejam distintas, em proveito da própria instrução, da igualdade, da moralidade e de todas as virtudes cívicas. De acordo com ele, a ciência do governo consiste em tomar as questões como elas são para bem considerar em seu conjunto e conduzi-las, por meio de pensamentos profundamente legislativos, ao fim comum, à utilidade geral (DUPONT, 1790, p. 21-22).

Afirma o autor que não se tira suficientemente partido das faculdades intelectuais e morais das crianças. Em seu entender, as primeiras estariam na sua força de crescimento podendo, como suas forças físicas, aumentar ou diminuir em proporção do seu emprego ou da indolência em que se as coloca. As segundas, ainda puras, ainda não foram alteradas pelas paixões corruptíveis. Destaca que viu apenas o Cavaleiro de Pawlet que considerou servir-se delas. A seu ver, as crianças corresponderam, não somente contribuía com a instrução dos demais como cumpriam com inteligência todos os cuidados econômicos e domésticos do governo da casa. Elas julgavam-se mutuamente com espírito e severidade. Conclui ressaltando que, se existe um lugar, se existe uma época, em que era mais conveniente estimular a razão humana desde a infância é no seio de uma república nascente, é no período subsequente a uma revolução (DUPONT, 1790, p. 23).

Assim procedendo, acredita Dupont de Nemours, as crianças serão cidadãos que darão reciprocamente as luzes, auxílios, conselhos, verdade e justiça. Conclama que elas aprendam desde seus mais tenros anos a conhecer, dirigir e distribuir o que considera as grandes riquezas de uma nação. Afirma que, evidentemente, caberia ao mestre público abrir o caminho para orientá-las, mas que não é necessário constrangê-las ou impulsioná-las. No seu modo de ver, elas não deveriam, em momento algum, nem em nada, sentir a servidão. Para que obtenham é necessário que caminhem por sua própria iniciativa, com verdade, prazer e coragem. Assim, às instituições caberia apenas inspirar-lhes o desejo,

fazê-las contrair o hábito. Conclui que se o êxito não for alcançado não se deveria culpá-las, mas aqueles que se propuseram educá-las.

Em sua exortação, afirma que se deve fazê-las procurar e encontrar no trabalho e mesmo nos jogos da sua infância o que elas devem tratar de obter por toda a sua vida, a estima de seus iguais e as dignidades que ela pode conferir. Explicando melhor, os meios de trabalhar com eficiência. Pretende, assim, que a escola seja a imagem da república; que ela ofereça uma primeira experiência da cidade, que não se aprenda nela apenas *saber*, mais ainda *viver* e, sobretudo, *viver como republicanos* (DUPONT, 1790, p. 24).

Acredita o autor que tudo isso é possível de se alcançar sem que haja interrupção dos trabalhos da agricultura e do pastoreio. Em sua opinião, pode-se, inclusive, alcançar isso melhor respeitando-se os seus trabalhos, ao invés de retirar das famílias do campo os jovens – indispensáveis agentes que enriquecem a pátria – para enviá-los, com a fadiga e perda de tempo, para uma longa caminhada, para receber uma educação unicamente letrada, em uma única casa da comuna, com o instrutor nacional, (DUPONT, 1790, p. 24-25).

Expõe, então, os meios para se alcançar isso: as comunas devem ser divididas, segundo as localidades, em pequenos distritos, cujas crianças poderão, sem que exista tempo perdido no caminho, reunir-se em uma casa mais cômoda, mediante um pequeno pagamento ao seu proprietário. Este, na condição de proprietário e de pai de família, exercerá uma inspeção natural sobre o que se passa em sua casa.

Os distritos seriam distribuídos de maneira que eles não compreendessem menos do que oito, no máximo doze, alunos destinados a seguir o mesmo curso. Observa que os homens somente se combinam com esforço um número maior de idéias e cuidados. Com mais forte razão isso se verificaria nas crianças. Afirma que as mesmas têm o espírito justo, mas não considerável, nem laborioso. Assim, caso se pretenda que elas influam de maneira útil uma sobre as outras é necessário que todas se conheçam perfeitamente e que suas reuniões ordinárias não comportem um grande número de indivíduos (DUPONT, 1790, p. 25-26).

Afirma ser necessário, acrescentando ser esta uma das vantagens desta distribuição dos distritos de estudo, que o governo da classe seja confiado a um dos alunos que se instrui no distrito, ainda que sob a supervisão geral dos pais de

família. Observa que a manutenção desta administração não deve ultrapassar a força de seu jovem administrador. Exemplifica como os homens. Assinala que a natureza raramente dá a um pai de família mais do que doze filhos. Assim, pergunta, como se poderia exigir que uma criança cumprisse bem uma função que é muito pesada mesmo a um homem. Por isso, julga necessário limitá-la. Acrescenta: ainda com esta precaução, somente se poderá tornar uma criança capaz de sustentar o peso fazendo com que a inteligência e a moral das demais crianças que devem respeitar a autoridade que ela personificará. O meio seria fazer com que essa autoridade seja das crianças de alguma maneira. Conclui que, assim procedendo, cada uma das classes converter-se-á em uma verdadeira aprendizagem da sociedade civil (DUPONT, 1790, p. 26).

A maneira de alcançar isso seria o seguinte. Para começar o estabelecimento, o professor ou o instrutor nacional deveria percorrer sucessivamente todos os distritos a fim de colocar o trabalho em ação, ensinando as crianças a segurar a pena e escrever as letras. Ao menos, as letras radicais, que servem para compor as outras.

Dupont de Nemours afirma que prefere que nos dias de trabalho o professor visite os diversos distritos da comuna ao invés das crianças da comuna irem de todas as partes à procura do professor. Julga mais conveniente que alguns homens se locomovam pela república do que a república por alguns homens. Sobretudo, quando se trata de homens pagos pelo Estado e de jovens obrigados aos trabalhos domésticos e campestres, cujo produto paga e alimenta toda a sociedade (DUPONT, 1790, p. 26-27).

Até que as diversas subdivisões de escola estejam funcionando e as crianças sejam bastante conhecidas e conhecerem bastante para que os bons indivíduos sejam notados pelo mestre e por seus colegas, o professor prosseguirá com esses turnos, indicando, então, à classe de cada distrito a hora que nela estará. Acredita que esta disposição preparatória será necessária apenas durante um tempo bastante curto, durante duas ou três décadas²⁹ no máximo, e como a duração da reunião não excederá nunca uma hora, os trabalhos rústicos não serão desorganizados de modo sensível (DUPONT, 1790, p. 27-28).

²⁹ Década: período de dez dias adotado pela primeira república francesa para substituir a semana (Informação disponível em: <<http://revistalingua.uol.com>> - acessado em: 20/01/09).

Quando o professor conhecer seus alunos e quando eles próprios estiverem prontos para julgar uns aos outros, será eleito, em cada classe, entre os alunos, os dois que tiverem melhor êxito. O primeiro terá o título de 'sargento' e o segundo de 'cabo'.

O modo de proceder à eleição será a seguinte: ela será feita pelos alunos e pelo professor conjuntamente. Este falará por último. Seu voto terá preponderância apenas no desempate. Além do mais, ele será considerado para expor seus motivos quando ele diferir do da maioria.

O sargento será, para a instrução, o prefeito do instrutor nacional. Ele manterá a classe obediente ao professor. O horário da aula será fixado no meio dia, durante os meses floreal, prairial, messidor e termidor, e após o sol se deitar, nos outros oito³⁰. No caso de indisposição do sargento, o cabo o substituirá.

Sendo o horário da aula determinado, o professor nacional percorrerá apenas dois ou três distritos cada dia, sem uma ordem regular, a fim de chegar de improviso e poder julgar melhor a boa ordem que se mantém nela, os cuidados do sargento e do cabo e a aplicação dos alunos.

Assim, observa o autor, se não existir mais do que 27 distritos, o que suporia duzentos e setenta estudantes, mais ou menos da mesma idade, ou que não saibam ainda escrever, em uma comuna considerável, o professor terá inspecionado todos em sua própria classe uma vez a cada década. Caso existir menos do que vinte e sete distritos e duzentos e setenta alunos, ele os verá no trabalho várias vezes no curso da década, não tendo, entretanto, mais do que uma hora de serviço ativo junto dela cada dia. Mas não terá muitas aulas de todas

³⁰ De acordo com Márcio Cotrim, o calendário revolucionário, ou republicano, foi instituído pela Convenção Nacional em 1792, no contexto da Revolução Francesa de 1789. Politicamente importante, era elemento simbólico de ruptura com a ordem antiga. Havia meses de 30 dias, distribuídos em 3 semanas de 10 dias - as décadas. Os dias de cada década recebiam nomes latinos: primidi, duodi, tridi, quartidi, quintidi, sextidi, septidi, octidi, nonidi e decadi. O dia se dividia em 10 horas de 100 minutos cada, o minuto com 100 segundos. Cada dia tinha designação que só se repetiria no ano seguinte, com nomes de plantas, flores, frutas, animais e pedras: 360 nomes. A eles, acrescentavam-se, todo ano, cinco dias complementares e um sexto a cada quadriênio, todos consagrados à celebração de festas republicanas. O ano começava em 22 de setembro, data da proclamação da república francesa e os nomes dos meses, concebidos pelo poeta Fabre d'Églantine, pseudônimo de Philippe Fabre, e pelo escritor André Chénier. Os meses não coincidiam com os do calendário gregoriano, que será retomado por Napoleão Bonaparte, em 1805. O primeiro mês é vindimário, mês da vindima, seguido de brumário, mês da neblina (bruma); frimário, mês da geada; nivoso, mês da neve; pluvioso, mês das chuvas; ventoso, mês dos ventos; germinal, mês da germinação; floreal, mês das flores; pradial, mês das pradarias; messidor, mês da colheita; termidor, mês do calor; frutidor, mês das frutas (Informação disponível em: <<http://revistalingua.uol.com>> - acessado em: 20/01/09).

as outras classes, para poder cuidar da sua própria educação e preparar a aula (DUPONT, 1790, p. 28-29).

Para distinguir o sargento e o cabo, o autor sugere que recebam como símbolo do seu posto, um a letra S e outro a letra C, inscrita em uma placa de madeira. Eles conservarão o título e a placa ao menos uma década. Somente poderão ser privados em consequência de queixas que a metade ou mais da metade de sua classe, apoiada pelo pai de família na casa em que ela se reúne, levantar-se contra eles, na década seguinte, na reunião geral de família da comuna. Após ouvirem em suas defesas o sargento ou o cabo, a classe decidirá se cabe deliberar. Supondo que a deliberação seja admitida, ela se fará na sua classe, na qual o professor, membro natural de todas as classes, se reunirá.

Ainda provendo sobre o assunto, propõe o autor que a destituição somente poderá ser feita por uma maioria de dois terços ao menos dos alunos submetidos à sua direção. Se esta maioria não ocorrer, se as queixas forem repelidas na assembléia geral ou se elas não se verificarem, seu cargo durará dois meses. Na expiração deles, cada classe fará uma nova eleição de sargento e cabo, nas quais os antigos serão sempre elegíveis; de maneira que o mérito e a honra levem aqueles que escolherem poderem os perpetuar na sua comissão. Considera isso importante, pois, merecendo a comissão, por seus próprios méritos, não se poderá retirá-la deles (DUPONT, 1790, p. 30-31).

Após o sargento e o cabo serem eleitos, que serão presidente e secretário da sua classe, a ordem da sessão não ficará ao acaso. Para manter a emulação perpetuamente estimulada, propõe o autor que, ao fim de cada aula, haja a distribuição de certo número de lugares para a seguinte. Para este efeito, quatro números, 1, 2, 3, 4, serão escritos em quatro placas de madeira semelhantes às do sargento e do cabo. Antes de os alunos se separarem, tendo bem considerado o trabalho dos outros, cada aluno dará para o dia seguinte os quatro números que, segundo sua ordem, fornecerá um lugar distinguido aos alunos. Nesta eleição diária, que o cabo deve fazer o registro, a única vantagem do voto do sargento, dado por último, será desempatar.

Propõe o autor que apenas os lugares dos quatro primeiros sejam assinalados. Julga ser necessário encorajar as crianças de elite, mas não desencorajar os fracos e muito menos os lentos, que têm, algumas vezes, um

fundo mais verdadeiro de capacidade do que aqueles cujos talentos são precoces. Nem o último, nem o penúltimo da classe deverão ser conhecidos. Considera útil deixar-lhes a consolação de acreditar que se tivessem dado números a todos os alunos, eles poderiam ser o quinto ou o sexto e que, com um pouco mais de esforço, alcançariam o quarto, o terceiro e, talvez, o primeiro. Destaca, ainda, que as diversas classes farão progressos desiguais. Pode ocorrer que o último daquela que trabalha melhor seja mais forte do que o quinto daquela cujos membros terão pouca aptidão. Para não ser nem duro, nem injusto para com ninguém, deve-se lançar a indeterminação sobre a mediania, que ainda se despreza facilmente (DUPONT, 1790, p. 31-32).

Observa Dupont de Nemours que existem pedantes que têm a necessidade de humilhar e punir alguns de seus alunos e que se pudessem ensinar juntos Galileu, Descartes, Newton, Mallebranche, Locke, Bayle, Pascal, Leibnitz, Lineu, Jean-Jacques e Voltaire desejariam colocar de castigo um deles e fazê-lo usar orelhas de asno.

No projeto, o autor propõe que, em todos os *decadís* (décimo e último dia da década do calendário republicano francês, que correspondia ao domingo), duas horas antes da reunião geral dos cidadãos da comuna, os alunos de cada distrito entrarão com seu sargento, com o bastão às costas, formados em batalhão. Depois, em coluna, com o sargento à frente e o cabo atrás, os alunos serão conduzidos bem alinhados, com o mesmo passo, carregando suas armas bem uniformemente, à porta do instrutor nacional. Lá, todos os alunos de todos os distritos se colocarão em batalhão, com cada pelotão com seu sargento à direita e o seu cabo à esquerda. Na primeira fila ficarão os alunos que, no curso da década, tiveram mais vezes os primeiros números.

Em seguida, de acordo com a proposta do autor, os alunos assim dispostos, que denomina de *pequeno batalhão da esperança da pátria*, cantarão em coro um hino cívico que o instrutor, tendo sido avisado pelos sargentos, dará o sinal e o tom, com sabre desembainhado à mão (DUPONT, 1790, p. 32-33).

Cumprido esse dever, os bastões dispostos na forma de feixe, os alunos entrarão na sala de estudo da comuna. O trabalho que cada pelotão ou classe tiver feito durante a década será exposto pelos sargentos ao instrutor nacional. Ele os examinará, prestando particularmente mais atenção aos dos alunos que

tiveram o mérito dos números, fazendo elogios e críticas. A seguir, o instrutor dará uma lição geral a todos os pelotões reunidos, lição de moral, que possa convir tanto aos alunos da primeira força como aos da última. Concluirá a aula preparando e distribuindo o trabalho da década seguinte, cujo professor remeterá os exemplares ao sargento, para ser seguido por cada um em seu pelotão.

Após findar a lição, os alunos deixarão a sala de estudo, retomando as armas. O instrutor colocará a tropa, na forma de batalhão, em seu lugar. Depois, formando-a em coluna, a conduzirá, de acordo com a estação, seja à grande sala da casa comunal, seja junto da árvore da liberdade. Presenciará a reunião *decadária*, ouvindo-se a leitura dos decretos, do boletim, a narração das ações patrióticas, a instrução que deve envolver os cidadãos de todas as idades (DUPONT, 1790, p. 33-34).

Depois do meio dia, estando os pelotões reunidos novamente, por seus sargentos, os alunos se dirigirão, seguindo a mesma ordem, com o mesmo cerimonial, para a casa do instrutor que os conduzirá ao campo destinado à ginástica. Nele, presidirá os jogos, a corrida, o salto, as diversas evoluções militares.

Acrescenta o autor que, nas comunas que existirem água em seu território, ou ao seu alcance, a natação, durante o verão, fará parte dos jogos aos quais todos os alunos deverão empregar o *decadi*.

Ressalta o autor que os jogos deverão ser assistidos pelas mães e pelas moças da comuna. Segundo ele, elas ornarão os jogos, assistindo as recreações marciais. Sua presença dar-lhe-á um prêmio maior aos graus do que a aplicação estudiosa obteve. Elas serão juizes também do mérito nascente: ele perceberá que as mais belas poderão um dia ser levadas a preferir os mais ilustres e os melhores. Elas lhes mostrarão em perspectiva o amor e a glória. Os oficiais, os suboficiais, os alunos numerados, escolherão por primeiro, seguindo a ordem, a cidadã tímida e feliz, de idade correspondente à sua, que convidarão para dançar. E o baile, ao som de instrumentos militares e civis, coroará os trabalhos da década e os prazeres da reunião (DUPONT, 1790, p. 34-36).

Por fim, Dupont de Nemours trata do modo como os oficiais serão nomeados. Também nesse caso, haverá eleição e todos os alunos participarão. O processo deve ser o seguinte: no terceiro *decadi* de cada mês a ordem dos

pelotões será fixada para o mês seguinte em razão do seu progresso. Todos os trabalhos feitos pelos alunos numerados de cada pelotão, no mês que expira, serão afixados ou colocados sobre as mesas, na casa comunal, com o nome do seu pelotão. Na saída da assembléia geral da manhã, os alunos os examinarão e a ordem do pelotão será determinada após o meio dia, na abertura dos jogos, por meio de uma eleição. Cada aluno comum terá um voto, cada um numerado dois, cada cabo três, cada sargento quatro e o instrutor nacional cinco.

O sargento do pelotão mais distinguido pelo seu trabalho tomará o título e o lugar de capitão; o segundo, de lugar-tenente; o terceiro, de subtenente; o quarto, de alferes. Enquanto forem oficiais, o cabo de seu pelotão terá o lugar de sargento e o primeiro aluno numerado, do mesmo pelotão, o de cabo. Todos os alunos numerados do pelotão serão considerados como tendo avançado um número e aqueles do mesmo pelotão que não tiverem número em seu pelotão receberão um par em relação ao restante do batalhão ou da companhia. Eles serão honrados com o número cinco.

A seguir, com a tropa toda reunida, o tambor da comuna conduzirá o primeiro pelotão ao seu quartirão, com a bandeira com o capitão. Os pelotões que não tiverem lugar distinguido alternarão entre si cada década (DUPONT, 1790, p. 36-38).

A escolha do lugar dos pelotões será renovada todos os meses. Caso o primeiro pelotão não sustentar sua superioridade, ou se ele foi superado pelos esforços de um outro pelotão, ele descerá um ou dois degraus. O lugar será sempre dos mais dignos, julgado como tal por seus pares, por seus concorrentes. Ele nunca será permanente para aqueles que cessaram de merecê-lo. Por outro lado, deve ser sempre acessível àqueles que ainda não chegaram nele.

Acredita o autor que, dessa maneira, os jovens do campo caminharão de progresso em progresso, mesmo científicos, sem serem afastados de seus trabalhos campestres. Com isso, seus familiares ou a república não perderão o fruto desses trabalhos tão necessários e, o que considera ainda mais importante, sem que os jovens percam o hábito e o gosto por eles.

Além disso, como já havíamos destacado o projeto de Dupont de Nemours não é de uma simples alfabetização, mas educar a juventude, neste caso a do campo, para a sociedade burguesa, fundada na igualdade e na liberdade. Afirma,

então, que os jovens se tornarão homens verdadeiramente livres. Crescerão na *liberdade* e no exercício continuado, no desfrute não interrompido, de uma *perfeita igualdade de direitos*.

Rompendo com uma sociedade baseada no privilégio de nascimento e de título, destaca que os alunos não receberão nenhuma distinção que não tenha sido o prêmio do seu trabalho e concedida por seus iguais e concorrentes. Trata-se de um caminho aberto a todos. Os jovens, segundo o autor, não verão nenhum prêmio em seus camaradas que não possam pretender ou não possam esperar, caso aumentarem seus esforços. Também perceberão que a distinção não teve outro título do que os sufrágios dados por sua probidade, por seu bom senso. A *liberdade* e a *igualdade* não serão, então, *palavras vãs*, mas uma felicidade muito sensível, muito doce, muito positiva, que terão saboreado todos os dias. Eles não se submeterão a nenhuma autoridade que não fosse à sua própria, à da sua própria razão, do seu próprio desejo, da sua própria vontade, do seu próprio sentimento sobre aquilo que é bom, belo e honrado.

O instituidor que lhes der a república será apenas seu instrutor, companheiro, amigo e não seu *mestre*. Frequentemente recompensados, nunca punidos, sua dignidade natural terá sido exaltada sem cessar e nunca aviltada em um só instante. Não serão forçados em nada para aprender: apontar-se-á apenas como se instruir, ter-se-á unicamente dirigido a inclinação que todas as crianças têm para isso e que a ignorância e a inépcia daqueles que a rodeiam limita aos seus olhos a carreira, ou que o pedantismo os aborreça por sua tirania e tola severidade.

A instrução dos alunos que tiverem disposições para isso não será retardada pela fraqueza daqueles que tiverem menos inteligência e facilidade: as lições poderão ser diferentes segundo os pelotões. Poder-se-á deixar ir adiante aqueles que tiverem desejo e talento (DUPONT, 1790, p. 38-40).

O autor compara uma classe de estudantes com um exército ou um comboio de navios. Aqueles que caminham bem são obrigados a esperar os retardatários. E quanto mais numeroso o comboio, quanto mais considerável for o exército, menos caminha.

Afirma que, com trezentos alunos que se desejar conduzir juntos, os indivíduos nascidos para o sucesso, que deverão fazer um dia a glória e a

prosperidade da república, ficarão enfadados pela lentidão, experimentarão um esfriamento que enfraquece sempre, que sufocarão algumas vezes o seu gênio, que eles nunca mais conhecerão, do que se os alunos caminhassem de dez em dez (DUPONT, 1790, p. 40-41).

Acredita que, no interior dos pelotões, sete ou oito jovens medianos serão mais estimulados por dois ou três jovens de espírito que farão ver uma interessante atividade, do que duzentos reunidos. Estes, corrompendo-se uns aos outros, consolando-se pela sua quantidade na sua incúria, não seriam estimulados pelo exemplo de outros cem. Assim, nessas circunstâncias, estariam impedidos de desenvolverem todas as suas forças.

A rivalidade dos pelotões será o estímulo a mais. Haverá sua reputação pessoal e a de seu pelotão, a do seu quartirão, isto é, a de seus camaradas e dos seus amigos mais particulares, e os mais íntimos, para fazer, para defender, para cuidar. Há sempre, na pátria geral, uma segunda pátria privada, um *santuário*, mesmo *no templo da igualdade e da razão*: são o parentesco, a amizade, o amor, germes preciosos de todos os esforços, de toda a coragem, de toda a felicidade, de toda a moralidade. As virtudes públicas nascem apenas da virtude doméstica, o feixe é formado apenas das flechas que ele reúne. Trabalhar-se-á generosamente e alegremente para ajudar e para honrar aqueles que se ama. Trabalhar-se-á sem perceber muito que se trabalha (DUPONT, 1790, p. 41-42).

Dupont de Nemours observa que, assim agindo, todos os estudos serão jogos, ao mesmo tempo em que eles se misturarão com todos os jogos. Essa é a marcha da natureza, que fez do jogo o primeiro e principal estudo da infância.

Destaca Dupont de Nemours que os alunos terão menos trabalho do que ele e sua geração tiveram para aprender a ler, alcançando os primeiros mais êxito do que os segundos obtiveram na mesma idade. Isso, como sempre procura ressaltar, desde que nada leiam antes de terem escrito e compreendido. Julga que eles terão a vantagem de receber mais cedo do que sua geração havia recebido as noções - e noções justas, sobre o cultivo, os ofícios, a sociedade, os direitos, os deveres e as ocupações dos homens. Para o autor, as palavras devem vir apenas depois das coisas. Considera ser este um dos métodos da natureza, que cerca as crianças de fatos, levando-as a discerni-los, conhecê-los,

julgá-los, muito tempo antes que sintam a necessidade de exprimi-los e pensem em nomear ou pintar o que as impressionou.

Acredita o autor que, se os livros elementares forem bem feitos, se o plano das lições for bem formulado, se é possível aprender com os filósofos que redigiram os cadernos dos nossos professores a abraçar apenas o útil, afastar o supérfluo, começar pelo início, seguir a ordem natural, o encadeamento, a genealogia das idéias, então, os jovens camponeses, nos seus nove anos de sua educação pública, desde os sete até os dezesseis anos, tornar-se-ão aritméticos, geômetras práticos, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, mecânicos, botânicos, jardineiros, tanto de legumes como de árvores, vinhateiros, pastores, trabalhadores. Eles adquirirão conhecimentos sobre os elementos, a composição, a fermentação, o crescimento, a destruição dos corpos, sobre a arte de cuidar dos homens e dos animais na saúde e na doença, sem ter a necessidade de uma longa aplicação, sem ter cessado um momento de ser, segundo sua idade, pastores, sapadores e cultivadores, sem que se perca na república um frango, um queijo ou uma batata (DUPONT, 1790, p. 42-44).

Por fim, afirma Dupont de Nemours que, seguindo este método, os jovens camponeses formarão seu coração, corpo, temperamento, moral e, sobretudo, patriotismo mais do que seu espírito. Eles saberão como votar e porque votam; como falar corajosamente seu pensamento em público e para o público. O sistema, o mecanismo da sua educação, torna sua emulação viva, nobre, grande. Seu respeito pela verdade, para com o mérito, para com o talento, para com o trabalho estimável será naturalmente excitado, estimulado. Ele lhes dará desfrutes legítimos e diários: a equidade recíproca entre eles será severa, vigilante, escrupulosa, gloriosa para todos embriagantes para os caracteres elevados. Estes jovens cidadãos terão aprendido outra coisa além do que as ciências lhes ensinaram e que elas terão, todavia, uma tintura muito forte que lhes servirá por toda a vida. Elas terão feito o verdadeiro curso que convém aos melhores de um soberano poderoso. Eles chegarão à virilidade, ao estado de guardas nacionais, às assembléias primárias, ao grau de eleitores para a república, aos postos da administração, da representação e do exército (DUPONT, 1790, p. 44-45).

Por último, Dupont de Nemours alerta que seu projeto de instrução pública está destinado aos jovens e não às jovens. Observa, então, que, excetuada a parte do plano que consiste em fazer preceder a leitura pela escrita, reduzindo os dois estudos a um único, que deve ser muito resumido, nenhuma das idéias aqui apresentadas é aplicável à educação das jovens. Pretender assimilar à dos meninos seria desconhecer a natureza humana e os princípios da sociedade.

O homem deve ser orgulhoso, ativo, ávido de glória. Ele não deve temer mostrar-se. A honra e a felicidade das mulheres estão na doçura, na modéstia, no encanto com que os quais elas embelezam a vida pacífica e retirada, no prazer que elas sabem nela desfrutar, na autoridade que nelas elas exercem. O cidadão pertence ao Estado. Elas pertencem à família. Ele dever servir à república na tropa, no meio dos seus iguais. Elas fazem a felicidade a sós, não podem suportar nem iguais, nem rivais, junto ao homem que elas escolheram para recompensar suas virtudes (DUPONT, 1790, p. 45-46).

Conclama, então, que se deixe as filhas de Esparta mostrarem suas coxas em lugar público, dançar ora nuas, ora armadas e tornarem-se, após seu casamento, uma conseqüência do comércio, uma jóia produtiva que se pretende guerreiras; serem assim privadas do verdadeiro amor, cujas exclusivas e deliciosas preferências e o primeiro benefício do céu, e espalham sobre os lares felizes suas bênçãos as mais doces. Espero que os franceses pensem que é preferível para eles e para suas mulheres que elas se assemelhem às damas romanas dos primeiros séculos. Mas a arte de conservar, instruindo-as, esta dignidade decente e assegurar o império tão tocante da razão e dos costumes, fazendo-as participar da república das luzes, exigem reflexões muito sérias (DUPONT, 1790, p. 46).

Dupont de Nemours finaliza o texto observando que, talvez um dia, ele arriscará fazer isso. Assinala que tentará mesmo examinar os princípios e as regras do desenvolvimento dos diversos ramos do ensino público, a maneira de admitir e guiar cada ano a seqüência das classes do distrito, os jovens que ainda não a receberam e conduzir aqueles que possuem graus desiguais de instrução: os meios, enfim, de fazer caminhar para frente tantos cursos diferentes com pouco trabalho, sem que se entrecruzem e facilitem um ao outro (DUPONT, 1790, p. 47).

Afirma o autor que conhece a dificuldade da empresa, mas que também sabe da sua importância. Assusta-o sua fraqueza, mas também sente o zelo. Por isso, destaca que agirá segundo a opinião dos seus concidadãos sobre o primeiro ensaio. Por meio dela saberá se ele pode ser útil prosseguindo a empreitada. Ou, caso contrário, deveria se dedicar aos deveres rústicos, a exemplo das crianças, que ele não deseja que se afastem deles (DUPONT, 1790, p. 47).

Queremos assinalar, por fim, um tema que Dupont de Nemours não abordou nas *Considerações*, mas que tratou na *Memória*: o pagamento dos professores. O autor era da opinião de que os professores fossem bem pagos. Fixou, então, o mínimo de 500 ou 600 francos, exigindo que tivessem uma gratificação muito maior. Ele admitia, como próprio para manter o zelo dos mestres, a divisão em gratificação fixa e uma renda proporcional ao número de alunos. Acreditava que professores bem pagos e bem tratados pela República formariam pessoas honestas e patriotas (SIMON, 1885; BUISSON, 1911).

4.1.2 Acerca de *Sobre a Educação Nacional nos Estados Unidos da América*

Na advertência ao texto, Dupont de Nemours informa que o texto foi redigido, em 1800, a pedido de Thomas Jefferson (1743-1826), então vice-presidente dos Estados Unidos (1797-1801), posteriormente presidente. Jefferson sempre se interessara pelas questões educacionais. Estudou no College of William & Mary, tentou, posteriormente, introduzir reformas nessa instituição. Em 1819, fundou a Universidade de Virgínia, que havia sido concebida em 1800. Nela, Jefferson concretizou sua própria visão de ensino superior. Em 1801, Jefferson foi eleito presidente dos Estados Unidos, o terceiro, permanecendo na presidência até 1809.

Ainda de acordo com Dupont de Nemours, esta obra teve o apoio, além de Jefferson, do seu sucessor, James Madison, que foi presidente dos Estados Unidos entre os anos de 1809 e 1817.

A proposta inicial era para o Estado de Virgínia. Ela funcionaria como uma espécie de piloto, pois a idéia era estender o plano para os demais estados da federação. Trata-se, em suma, de uma proposta de organização do ensino para os EUA.

Adverte o autor que, por ocasião da redação da proposta, ignorava-se na França, Inglaterra e Estados Unidos que, quase na mesma época, ou mesmo um pouco antes, estavam sendo constituídas na Holanda o que ele denomina de “as belas escolas primárias”. Dupont de Nemours tivera notícia dessas escolas por meio de um relatório elaborado por Georges Cuvier (1769-1832), (DUPONT, 1812, p. III). Prossegue afirmando que estava contente pelo fato de que várias idéias suas eram semelhantes àquelas dos sábios fundadores dessas Escolas.

Aproveita o autor para observar que, quando homens animados pelo amor do bem público possuem as mesmas idéias acerca de instituições muito importantes, as quais requerem uma profunda reflexão, sem que as tenham comunicado entre si, deve-se acreditar que foram, por algumas razões, retiradas da *natureza das coisas* (DUPONT, 1812, p. IV).

Assinala que, evidentemente, a maior gloria pertence àqueles que deram início à execução do projeto e o fizeram com sucesso. Por isso, não pretendia disputar com os holandeses a questão da prioridade quanto às idéias. Desejava apenas assinalar que não havia se apoiado neles. Ao contrário, somente havia buscado em seu coração os conselhos que estava dando aos Americanos (DUPONT, 1812, p. IV). Com isso conclui a advertência, passando para suas propostas educativas.

O texto *Sobre a educação nacional nos Estados Unidos da América* está dividido em três partes, cada uma relativa a um nível do ensino. Assim, a primeira parte trata das pequenas escolas ou escolas primárias. A segunda refere-se às escolas secundárias ou colégios. A terceira aborda a universidade, ou, como a ela se refere o autor, ‘as grandes escolas especiais’.

A obra apresenta um resumo geral, no qual o autor trata dos princípios gerais que norteiam a sua proposta. Restringiremos nossas considerações à primeira parte pelo fato de nela encontrarmos os princípios pedagógicos relacionados com a alfabetização e a formação primeira do cidadão, justamente os temas encontrados em seu texto anterior. Assim, poderemos fazer uma comparação entre os dois textos no que diz respeito ao mesmo assunto.

Na primeira parte, destinada às escolas primárias ou pequenas escolas, Dupont de Nemours constata que nos Estados Unidos a educação encontra-se mais adiantada do que a maioria das nações. Credita o autor ao fato dessa nação

possuir um grande número de pequenas escolas e ao carinho dos pais, que colocam seus filhos mais tarde nos trabalhos do campo do que em outros países. Isso lhes permite enviá-los para um mestre, fato que não se poderia fazer na Europa, ao menos para a maior parte da população (DUPONT, 1812, p. 5).

Em virtude disso, quase todos os jovens americanos aprendem a ler, escrever e calcular. Os números são significativos: não existiria, nos EUA, mais do que quatro em mil que não saibam escrever de modo legível e mesmo corretamente. Enquanto isso, na Espanha, Portugal e Itália, não mais do que um sexto da nação sabe ler; na Alemanha e na própria França, não mais do que um terço; na Polônia, cerca de dois em cada cem homens, e na Rússia, nem um em duzentos (DUPONT, 1812, p. 5-6).

Por outro lado, os números na Inglaterra, Holanda e cantões protestantes da Suíça se aproximam mais dos índices dos Estados Unidos por várias razões: nestes países se lê muito a Bíblia; neles se considera um dever fazer os filhos a lerem; o culto, os sermões, a liturgia, em língua nacional, difundiram e generalizaram neles as idéias morais. Além disso, a controvérsia também contribui para exercitar neles a argumentação e o hábito da lógica (DUPONT, 1812, p. 6).

Nos Estados Unidos da América, uma grande parte da nação também lê a Bíblia e toda ela lê assiduamente a Gazeta, publicação periódica de notícias políticas, literárias e outros assuntos. Os pais de família se ocupam, durante os preparativos para o almoço, em ler a gazeta em voz alta, em presença de seus filhos. As extensas gazetas dos Estados Unidos estavam repletas de todas as espécies de narrativas, de observações políticas, morais, físicas, filosóficas, de detalhes sobre a agricultura, sobre os ofícios, as viagens, a navegação e de extratos de todos os bons livros da América e da Europa. Com isso, elas passam em revista uma multidão de idéias, das quais, uma parte, os jovens aproveitam, sobretudo quando chegam à idade em que seus pais confiam a leitura àqueles que melhor se saem nela (DUPONT, 1812, p. 6).

Ressalta Dupont de Nemours uma questão extremamente importante. Observa que os Estados Unidos, apesar de não possuírem um número significativo de grandes homens, devem a esse gênero de educação a vantagem de possuir mais homens médios do que as demais nações. Acrescenta que sua

instrução pode parecer menos forte, mas ela é melhor e mais igualmente repartida. Mas nem por isso entende que a instrução geral não possa ser melhorada. Ao contrário, afirma que já que ela pode ser ela deve ser melhorada, (DUPONT, 1812, p. 6-7).

O autor inicia propriamente a questão da alfabetização expondo sua opinião acerca da melhor maneira de alfabetizar. Como já havia defendido no texto anterior, ele condena os métodos que iniciam pela leitura, afirmando que a primeira coisa que se deve fazer é poupar as crianças do trabalho de aprender a ler, mostrando-lhes, inicialmente, como escrever (DUPONT, 1812, p. 7).

Considera este um método bastante simples, proposto há muito tempo, mas que era pouco seguido. Nas escolas, mesmo as mais célebres, sob outros aspectos as mais aperfeiçoadas, julga-se que se faltaria com todos os princípios caso se deixasse as crianças manejarem a pena antes que soubessem ler perfeitamente (DUPONT, 1812, p. 7).

O autor condena o método de iniciar pela leitura observando que a escrita é colocada como a segunda ocupação, à qual as crianças são forçadas a se dedicar quando se encontram cansadas pela leitura. Salienta que o ardor juvenil que as leva a se instruir é amortecido. Isso quando não as impede de aprender, (DUPONT, 1812, p. 7).

Ainda segundo ele, ao se iniciar pela leitura se fatiga as crianças com preceitos e disciplina. Além disso, se as sujeita quando se poderia conceder algum entretenimento e utilidade compondo-lhes e colocando-lhes ao seu alcance livros que lessem por sua própria conta.

Ao contrário, este método torna a tarefa das crianças árdua, fazendo-as conhecer, como dissera Montesquieu, o trabalho após o trabalho, ou, antes, o aborrecimento após o aborrecimento. Acrescenta ainda que, frequentemente, este método as faz desgostar para sempre das ocupações sedentárias que, caso fossem combinadas e distribuídas com inteligência, poderiam se tornar uma abundante fonte de luz e prazer (DUPONT, 1812, p. 7).

Assim, para o autor, começar a instrução de uma criança ensinando-lhe a ler é ignorar que ela prefere ocupar seus dedos à sua cabeça. Ou melhor, que prefere exercitar seus dedos. Ela teria necessidade premente de movimentar-se,

de agir, de fazer. Ela tem a confiança e a ambição estabelecidas por meio de uma multidão de experiências (DUPONT, 1812, p. 8).

No seu modo de entender, a criança aprenderia agitando-se violentamente, correndo, apalpando. Seriam suas mãos, seus pés, seus olhos, suas observações espontâneas que reúnem e colocam para seu uso um grande número de idéias. Seriam as noções físicas e mesmo metafísicas, já bastante multiplicadas, que preencheriam seu jovem cérebro e dirigiriam suas ações. Em troca, a criança se desgosta quando se a reduz ao papel de ouvinte. A imobilidade exigida por esse papel repugna os seus órgãos e oprime o seu espírito impaciente, não por palavras, sobretudo aquelas que não compreende, mas por coisas novas e que possa compreender. Quando ouve, são as outras pessoas que a governam e a ensinam. Quando age, ensina a si própria. Então, é mais livre, portanto, mais feliz e melhor disposta (DUPONT, 1812, p. 8).

Ao prosseguir em sua defesa de se começar a alfabetizar pela escrita, ao invés da leitura, o autor observa que, para uma criança, ler é escutar e repetir; escrever é agir e criar alguma coisa do nada. Enquanto a leitura a obriga a se manter no mesmo lugar, a escrita pode ser feita de três ou quatro maneiras: na areia, com um bastão; na parede, com um carvão; na tábua, ou ardósia, com um giz; por fim, no papel, ora com um lápis, ora com uma pena a tinta de escrever. A fadiga é menor, o amor-próprio é mais satisfeito; a variedade de maneiras obriga exercitar-se mais frequentemente. Enfim, do seu ponto de vista, a escrita fornece mais instrução e dissipa o aborrecimento (DUPONT, 1812, p. 8-9).

Tendo feito a defesa do princípio de que se deve iniciar a alfabetização pela escrita, o autor passa à exposição do modo como se deveria proceder segundo sua proposta. Afirmar que a arte de escrever, quando se inicia por ela e a leitura é feita em seguida, é muito mais fácil do que o método de aprender a ler separadamente. Julga que é mais fácil ensinar as crianças ao mesmo tempo a escrita e a leitura que todas as crianças poderiam sabê-las antes de sair da casa paterna e, com isso, chegar à escola com esses dois instrumentos de estudo completamente preparados. Afirmar que, desde que se mostrou a uma criança a arte de fazer um A, ela sabe bem que é um A. Por conseguinte, ela saberia lê-lo (DUPONT, 1812, p. 9).

Prossegue observando que, caso se a ensinar, em seguida, a fazer um P e caso se coloque um P antes do A, ela escreve PA. Tornando-a ensinar, ela perceberia que escreveu PAPA. Assim, acredita que toda criança que, com dois pequenos jogos, sabe escrever o nome do seu pai fica encantada. Ela correria, inebriada de alegria, mostrá-lo à sua mãe. Ela escreve novamente PAPA, PAPA, mesmo que não se lhe peça. Nesse único pequeno jogo, nós lhe damos uma terceira letra e ela escreve MAMA. Observa que sua alegria é ainda mais doce. Não lhe repugna absolutamente variar a experiência com os diferentes caracteres utilizados. Ao contrário, ela se diverte (DUPONT, 1812, p. 9).

Dupont de Nemours assinala que todos concordam que, cada vez que a criança mostra sua obra, ela tem uma alegria. Observa que as letras da criança não são ainda tão belas quanto as que se desenhou diante dela. Propõe, então, um jogo, dizendo-lhe: Eu faço melhor do que você. Acredita que ela se esforçará para fazer tão bem. E, à força de tentativas, ela alcançará êxito, (DUPONT, 1812, p. 9).

Observa o autor que palavras como PAPA e MAMA não custam nada à criança para aprender, já que são coisas que ela conhece. Assim, ela entenderia o que está fazendo e compreenderia que isso pode lhe ser útil. Assim, ela começou pelas idéias que lhe eram mais caras e pelas palavras mais curtas; a tarefa ou o jogo nunca foram longos. O desenho em traços simples pode ajudar nisso, ao lhe dar outro gênero de prazer e de instrução. Do seu ponto de vista, deve-se comprometê-la ainda mais na escrita, que é a menos trabalhosa.

Indaga o autor: o que aconteceria a uma criança que não soubesse escrever o nome do animal que tivesse desenhado? Ela teria vergonha. Por outro lado, a união do desenho e da escrita lhe ensinará o gosto por esta, fortalecendo sua inclinação para a observação.

Afirma que a criança atormentará os adultos para que lhe ensine escrever alguma palavra que, frequentemente, ela lhes indicará. Ela a repetirá em sua ausência. Não será preciso lhe mostrar nenhuma letra antes que ela lhe seja necessária para uma palavra. Mas, deixando-a entregue ao seu próprio movimento e apenas lhe dando auxílio, todas as letras, todas as sílabas serão aprendidas: elas serão aprendidas no seu momento e de bom grado (DUPONT, 1812, p. 10).

Em seguida, o autor propõe que, tendo a criança esgotada os nomes por ela indicados, os instrutores poderão observar que eles têm um sentido bem geral, um pouco vago. Com isso, acrescentarão o artigo O; o pronome ESTE, ESSE. Com isso, a aplicação ao nome será individualizada (DUPONT, 1812, p. 11).

Após esta etapa, de acordo com o autor, viriam alguns adjetivos e, com eles, a noção clara das coisas que se pode pintar e das qualidades que apenas se pode exprimir. Assinala, então, que esta seria uma ocasião natural para fazê-la observar a analogia entre good, bom, e GOD, Deus, a bondade suprema (DUPONT, 1812, p. 11).

Prosseguindo em sua proposta de alfabetização de forma gradual, o autor afirma que a necessidade, o prazer, a conveniência de juntar a expressão das qualidades ao nome daquilo que as possui obrigará o emprego do verbo ser, a palavra is, é, ele é. Com isso, a criança aprenderá a compor frases, escrevendo de boa vontade as frases que vier a compor (DUPONT, 1812, p.11).

Além disso, o desejo de variar essas frases no presente, no passado, no futuro, no condicional, a introduzirá, pela prática, de fato, nas conjugações. Ela verá, no caminho, que o presente do infinitivo dos verbos é apenas um nome (DUPONT, 1812, p. 11).

Continuando em seu método de ir acrescentando de maneira paulatina os conhecimentos necessários para a escrita, o autor afirma que os advérbios, as preposições, as conjunções encontrarão seu lugar nas frases que ela propuser. As interjeições são gritos, que são as primeiras coisas que ela conheceu (DUPONT, 1812, p. 11).

As descobertas que a criança realizar fará com que ela, na opinião de Dupont de Nemours, deseje poder escrever tudo aquilo que acostumou a pensar e a dizer. Assinala o autor que este é o momento de aproveitar os bons sentimentos de reconhecimento, de amizade, de justiça, naturais à sua idade, para registrar sob a pena e em seu coração, as máximas abreviadas que lhe causaram impressão. Essas máximas não podem ser compreendidas por ela muito cedo e cuja lembrança apenas se deverá perder com a vida (DUPONT, 1812, p. 11-12).

Acredita Dupont de Nemours que tudo o que ela escrever o fará de maneira correta pelo fato de que tudo foi ou será fornecido pelos professores: as letras e a pontuação próprias para expressar seu pensamento (DUPONT, 1812, p. 12).

O autor vai além da alfabetização na língua pátria. Afirma que, dessa maneira, uma criança poderia aprender, ao mesmo tempo, duas línguas, com sua ortografia e os princípios da sua gramática. Acrescenta que, nessas línguas, aprenderia, igualmente, os primeiros elementos da moral, um pouco de história natural. Ela teria adquirido o gosto, talvez concebido a paixão pela leitura antes da idade em que as outras crianças estivessem acabando de aprender a ler e cuja maior parte encara os livros apenas com aborrecimento. Com isso, ela teria prolongado, ao menos, um ano da sua vida intelectual, aumentando bastante o seu vigor (DUPONT, 1812, p. 12).

Acredita o autor que o sucesso desta seqüência de operações nunca experimentará nenhuma dificuldade na educação doméstica caso for conduzida por um bom pai um pouco instruído. Baseia esta crença no fato de que ele próprio havia empregado este método com seus dois filhos, sem lhes falar acerca do que estava fazendo, ensinando-lhes a escrever. Além disso, cerca de vinte anos atrás, havia feito uma segunda tentativa desse método, com várias crianças da sua vila, também com bons resultados: em pouco mais de um mês elas escreviam muito corretamente, umas ditando para as outras.

Estas experiências o levaram a publicar uma brochura intitulada *Considerações sobre a educação, por um cultivador*. Notícia o autor que esta brochura, que era dirigida ao *Comitê da Instituição Pública*, teve pouco sucesso. Todavia, não ficou magoado com isso. Afirma que isso nada tira ou diminui seu respeito, nem seu reconhecimento pelos membros desse comitê, assinalando que dele participavam filósofos da primeira ordem e que prestaram os mais eminentes serviços à nação e ao mundo: conservando as bibliotecas, as condecorações, os escombros dos monumentos e restabelecendo as academias, unindo-as em um só corpo sob o nome de Instituto. Credita o insucesso da sua proposta ao fato de que, na tormenta revolucionária, os membros do Comitê não tinham tempo para cuidar dos detalhes e estavam envolvidos com seus pensamentos e com suas ações (DUPONT, 1812, p. 13).

Do ponto de vista do autor, seria preferível que esta seqüência de operações ocorresse no lar, no interior das famílias. Entretanto, entende que, se a educação doméstica é negligenciada ou mesmo impedida por circunstâncias particulares à posição dos pais, não haveria obstáculo que ela fosse suprida pela educação nacional e pública. Defende que as mesmas idéias e a sua gradação poderiam ser empregadas por um professor com praticamente os mesmos resultados tanto num grupo de crianças como em crianças isoladas. Julga que isso se deve ao fato dessas idéias serem retiradas da natureza do espírito e do coração do homem que, em sua opinião, são as mesmas em todas as épocas. Seriam, por isso, mais fáceis de penetrar no espírito das crianças, cuja alma seria pura, cuja razão seria nova e cuja sensibilidade não teria sido ainda alterada (DUPONT, 1812, p. 13-14).

Para Dupont de Nemours, o primeiro dever de quem cuida da educação das crianças é não contrariar o curso natural de suas idéias, não fatigar sua coragem, poupar seu esforço e seu tempo. Somente assim se poderia fazê-las empregá-los em conhecimentos reais, bem mais úteis para lhes enriquecer a memória e formar seu discernimento. Do seu ponto de vista, tanto a leitura como a escrita são apenas *artes* destinadas a facilitar a aquisição das *ciências*.

Considera o autor que a Aritmética é o conhecimento mais útil e mais necessário para as crianças. Entende ser necessário ensiná-las por meio da geometria, o que a tornaria muito mais fácil de compreender e bem mais divertida, sem contar a vantagem de as crianças aprenderem, ao mesmo tempo, por meio das mesmas operações do espírito, duas ciências importantes, ao invés de apenas uma (DUPONT, 1812, p. 14).

Dupont de Nemours insiste no fato de que os métodos de ensino por ele propostos têm a vantagem de economizarem tempo e desenvolverem a inteligência ao invés de fatigá-la. Além disso, fazem do lazer um meio de colocar na cabeça das crianças todas as bases da Moral e da Física, que considera os verdadeiros objetivos da educação e aqueles que interessam sobremaneira ao homem, à sua família e à sua pátria (DUPONT, 1812, p. 14).

Adverte, no entanto, que, para a Moral e a Física são necessários obter livros clássicos próprios à primeira infância. Observa que todas as nações são desprovidas deles. Em sua opinião, estes livros deveriam conter a seqüência das

lições que as crianças teriam que escrever e ler. Defende que, para ensinar a escrever e a ler é necessário fazer as crianças escreverem e lerem todos os dias alguma coisa. Para ele, isso não custa mais do que o exemplo, ao invés de ser arbitrário ou sem razão. Ele encerra uma instrução clara e útil, que as crianças se limitarão, no início, a transcrever e, em seguida, o mestre poderá raciocinar e fazer os alunos raciocinarem. Destaca que o princípio desses livros é que eles sejam interessantes, satisfaçam a curiosidade das crianças e não as enfadem (DUPONT, 1812, p. 15).

A proposta de Dupont de Nemours está baseada na crença de que todas as crianças têm um grande desejo de se instruir. Acredita mesmo que elas não se ocupam de outra coisa. Observar que, sem cessar, elas fazem isso por meio da observação e da experiência: elas são questionadoras impiedosas. Alerta, no entanto, que o que lhes dá frequentemente mais desgosto para os estudos clássicos e sedentários aos quais desejamos submetê-las é que eles as afastam dos estudos queridos que elas livremente fazem e com muito fruto em seus passeios e em seus jogos ou rodeando os adultos com uma atenção que nem sempre eles prestam atenção e que não acreditam ter o conhecimento por objetivo (DUPONT, 1812, p. 15).

A confiança de Dupont de Nemours no ser humano vai ao ponto de afirmar que, mesmo aquelas crianças que se tornam estúpidas por culpa dos adultos, elas fazem observações físicas, morais, mecânicas, filosóficas, gramaticais e metafísicas que são prodigiosas (DUPONT, 1812, p. 15-16).

Acredita ainda que, aos sete anos, as crianças estão de posse da metade das idéias que poderão recolher e conceber em uma vida toda e, igualmente, aquelas que se poderá, ao menos, expulsar do seu cérebro (DUPONT, 1812, p. 16).

Toma por base a experiência de cada um, afirmando que tudo o que está gravado profundamente em nossa memória foi o que aprendemos em nossa primeira infância, a começar pela língua pátria (DUPONT, 1812, p. 16).

Afirma que uma memória nova retém tudo. Um espírito que começa a se exercitar trabalha por ele próprio sobre as coisas que pode apreender. Além disso, se lhes imprime no entendimento com uma força maior do que quando ela

estivesse distraída por paixões e situações então inexistentes (DUPONT, 1812, p. 16).

Assim, entende que se deve aproveitar essa situação. A habilidade dos instrutores deve ser no sentido de impedir que esse primeiro e voluntário trabalho das crianças seja um passo em falso, pois, disso depende a justeza do seu espírito e quase sempre a moralidade da sua conduta quando se tornarem homens. Dessa maneira, se as noções que elas tomaram na primeira idade forem contraditas por aquelas que receberem em seguida, a maior parte dentre elas terá sempre opiniões vacilantes (DUPONT, 1812, p. 16).

Acredita que se verificará um mal ainda maior àquelas crianças cujo caráter é nervoso e decidido. Levados a reconhecer que uma parte da instrução de sua infância era composta de erros, elas despedaçarão o tecido inteiro e menosprezarão mesmo as verdades com as quais esses erros estavam misturados (DUPONT, 1812, p. 17).

Como exemplo cita o autor a maior parte dos ateus. Tendo sido educados por fanáticos, eles se revoltam contra a GRANDE RAZÃO que governa o universo por causa da grande sem-razão com a qual seus preceptores falaram DELE. Voltaire afirmou: “Que eles fizeram padecer Deus com as tolices do padre” (DUPONT, 1812, p. 17).

Julga, então, o autor que é necessário ter o cuidado para aproveitar a feliz disposição que a natureza dá às crianças para inculcar nelas, mesmo quando ainda são bastante jovens, princípios que, ocupando suas primeiras atividades e sua primeira sagacidade, sejam de tal maneira justos que possam ser confirmados por tudo o que lhes será ensinado em seguida no estudo prático dos homens e das coisas. Entende que, se a experiência vier em apoio do que lhes ensinou, o respeito e a confiança em seus instrutores aumentarão por toda a sua vida e darão um grande peso às máximas morais que tiverem recebido. Suas ações serão pautadas por um sistema determinado. Elas se apoiarão em regras que lhes são caras, tanto as devidas a eles próprios como as adquiridas por meio de pessoas que reconhecem merecer sua estima (DUPONT, 1812, p. 17).

Tendo exposto os princípios gerais que norteiam a sua proposta educacional, Dupont de Nemours trata dos objetos e método do ensino. Observa-se em suas formulações que ele trata não apenas da alfabetização, mas da

educação, ou seja, sua pedagogia, como as demais, não é uma questão puramente técnica, mas traz consigo dada maneira de conceber a sociedade. Desse modo, o aprendizado vem acompanhado de elementos da moral, além, evidentemente, dos relacionados com a física e a matemática. Ciências e moral encontram-se, por conseguinte, intimamente vinculados.

Assim, no tópico referente aos objetivos e método de ensino, o autor ressalta que os livros clássicos da infância devem dar às crianças todos os elementos da moral e alguns de filosofia e das matemáticas (DUPONT, 1812, p. 17).

Considera que, ao saírem da escola, é bom e necessário que as crianças tenham idéias nítidas acerca de algumas questões. São elas:

A liberdade, que não deve nunca se estender ao ponto de oprimir a dos outros;

A propriedade, que se adquire pelo trabalho e pode ser transmitida pela troca, pela venda, por herança ou por doação;

A justiça, cujo primeiro ramo consiste em respeitar a liberdade e a propriedade de outrem;

A utilidade do auxílio mútuo e a santidade dos contratos;

A benevolência, que compreende a compaixão, a indulgência e a restituição em relação às crianças, aos velhos e aos enfermos, serviços que nós mesmos recebemos, ao menos na época da nossa infância, que foi apenas uma reunião de fraqueza e enfermidade.

Conclui destacando ser necessário que todo mundo saiba como e porque esses ramos da benevolência sejam eles próprios ramos da justiça (DUPONT, 1812, p. 18).

No que diz respeito à física, Dupont de Nemours entende que as crianças não devem sair da escola:

Completamente ignorantes das principais verdades da cosmologia, nem daquelas que podem esclarecer a agricultura e os ofícios. Sem receberem uma ligeira noção de História natural dos animais e das plantas mais comuns. Considera-a uma coisa muito divertida para todas as idades, encontrando nisso, incidentalmente, alguns conhecimentos sobre a vegetação, a cultura e as pastagens. Sem receberem, acerca da higiene, uma idéia das causas que tornam o ar salubre ou insalubre e razões

que fazem com que o trabalho seja útil à saúde (DUPONT, 1812, p. 18-19).

Quanto às matemáticas, acredita que o que as crianças devem aprender nas pequenas escolas é muito fácil de compreender e muito útil. Afirma que não existe nada de mais fácil do que tornar este estudo agradável a ela. Toda a arte consiste em iniciá-las como a própria natureza fez na origem dos tempos (DUPONT, 1812, p. 19).

Assim, destaca o autor, a natureza não ofereceu aos homens uma única abstração. Antes, ofereceu-lhes objetos, coisas materiais, as quais interessaram a eles e que os levaram a querer conhecê-las. São os homens que fazem as observações, as subdivisões e as abstrações. Não existia, então, nenhum outro meio para que elas os fatigassem (DUPONT, 1812, p. 19).

O autor compara, então, as crianças com os primeiros ancestrais dos homens, afirmando que são iguais. Em virtude disso, entende que se deve fornecer a elas o mesmo método de trabalho. Deve-se ajudá-las somente a seguir seu próprio caminho, a exercitar sua própria inteligência, sem exigir que elas acreditem na nossa. Salienta que Sócrates vangloriava-se de parir os espíritos.

Esta constitui, pois, outro aspecto da proposta do autor: fazer com que as crianças adquiram conhecimentos abstratos a partir das coisas. Assim, observa que, ao se fazer um jovem passar da noção que julga bastante metafísica do ponto para a da linha; a da linha, ainda mais metafísica, para a de superfície, que, enfim, se lhe apresente uma imagem; e aquela da superfície à do sólido, se subverte a ordem natural do conhecimento. Critica este procedimento, pois acredita que se mantém durante muito tempo o espírito desse jovem no ar, sem que ele veja aonde chegará. A criança pergunta, então, a troco de que? Em sua opinião, ela tem bastante razão. É absolutamente necessário lhe mostrar a razão disso. O autor critica, então, os métodos de ensino que contrariam a natureza, observando que se pretende que as crianças fiquem atentas e façam esforços. Entretanto, ele alerta, os homens, de um modo geral, somente trabalham pelo interesse ou prazer (DUPONT, 1812, p. 19-20).

Ao invés de seguir este método, Dupont de Nemours propõe que se imite a natureza, colocando debaixo dos olhos dos jovens observadores as coisas antes das idéias e as idéias antes das palavras. Com isso seguir-se-á a marcha da sua

inteligência e de todas as inteligências. Desse modo, acredita, atingir-se-á todo o sucesso que a força de seu espírito possa comportar (DUPONT, 1812, p. 20).

Acrescenta o autor que, para os primeiros estudos matemáticos é necessário ter à disposição cubos e paralelepípedos de uma só peça e outros da mesma dimensão, mas compostos por uma reunião de pequenos cubos, os quais alguns devem ser subdivididos em cubos menores. Além disso, os pequenos cubos e os menores têm que ser uns negros e outros brancos, para que as crianças possam facilmente contar do seu lugar. Em seguida, é necessário contar diante delas e fazer contar por uma ou por várias delas os pequenos cubos que serviram para formar o maior. O resultado disso é uma demonstração incontestável da medição desses sólidos. As crianças terão constantemente idéias claras daquilo que viram e fizeram. Ensinar-se-á com uma espantosa rapidez, com uma imperturbável segurança e, quase ao mesmo tempo, as raízes cúbicas, as raízes quadradas, a medição dos sólidos, a das superfícies, a dos comprimentos, das larguras, das espessuras, das linhas; a subtração, a adição, a divisão, a multiplicação, as proporções (DUPONT, 1812, p. 20-21).

Em seguida, propõe o autor que se as faça escrever por meio de um algarismo o número de cada cubo, à medida que se fizer a separação ou a reunião deles. Com isso, na cabeça da criança, a idéia da coisa se ligará com a do número. Assim, segundo o autor, elas não calcularão no vazio (DUPONT, 1812, p. 21).

Prosseguindo, o autor observa que alguns dos cubos deverão ter uma das suas faces divididas pela diagonal em dois triângulos retângulos, um negro e outro branco. Por meio deles, o quadrado da hipotenusa será logo demonstrado, assim como a igualdade de três ângulos de um triângulo com dois ângulos retos (DUPONT, 1812, p. 21).

Propõe que, após ter dividido os cubos em partes cúbicas iguais, se dividirá outros em prismas e em pirâmides. Com isso, as crianças nunca aprenderão por meio do pensamento, mas sempre por meio de sólidos reais (DUPONT, 1812, p. 21).

Depois, formar-se-ão corpos que, à primeira vista, parecerão menos fáceis de medir do que o cubo. Mas, considerando-os como frações de cubos e, em seguida, seus conjuntos como reuniões ou frações de cubos que já são

conhecidos pelas crianças, elas chegarão facilmente aos princípios da sua medição (DUPONT, 1812, p. 21).

Também serão apresentas às crianças figuras semelhantes de dimensões iguais e de diversos materiais: ferro, chumbo, pedra e madeira. Pesando-as ou mergulhando-as na água diante delas chamaremos a atenção para as gravidades específicas. Com isso, dar-se-á a elas uma ligeira idéia do prazer que teve Arquimedes quando descobriu a solução do problema da coroa de Hiéron (DUPONT, 1812, p. 21-22).

Destaca o autor, mantendo-se dentro do seu princípio de começar pelo concreto, por meio dos olhos as crianças alcançarão o entendimento, indo da física às matemáticas. E, retornando em seguida, das matemáticas à física, sempre a figura, a máquina, a experiência à mão, se ensinaria às crianças a conhecer as propriedades da alavanca e das suas diferentes espécies; as do plano inclinado, da cunha, do parafuso, do cilindro, das roldanas, dos cadernais, das rodas dentadas; as causas e, sobretudo, o efeito da ascensão da água no vazio. As crianças, acreditando estarem apenas jogando, saberão medir sua propriedade, construir sua casa, uma bomba de água ou um moinho (DUPONT, 1812, p. 22).

Destaca Dupont de Nemours que, na América, onde as habitações rurais encontram-se isoladas, é desejável que os princípios das artes mecânicas sejam bem difundidos e que cada família tenha em seu seio ao menos uma espécie de sábio, pois, não se tem sempre os homens de ofício ao seu alcance (DUPONT, 1812, p. 22).

Entende o autor que os EUA não se encontravam ainda nem na condição, nem no dever, de buscar as vantagens da divisão do trabalho. Ele revela possuir uma visão bastante negativa da divisão do trabalho, observando ser a mesma que faz prosperar as manufaturas e o comércio das grandes nações, entorpecendo uma parcela dos seus cidadãos e confiando o destino de uma multidão de famílias ao acaso tão variável da moda; à garantia, tão injusta e tão incerta, dos privilégios exclusivos protegidos por tiros de canhão; à esperança, tão pouco razoável, que as outras nações não aprenderão a trabalhar e que se poderão guardar os segredos dos ofícios (DUPONT, 1812, p. 22).

Em sua opinião, os EUA se encontram, ao contrário, na época feliz em que é necessário que todo homem estimule seu gênio, sabendo um pouco de tudo: onde a espécie se torna esclarecida, boa e robusta; onde as famílias que até então viveram no conforto podem emigrar por muito tempo, legando às outras famílias, iguais a elas, o rosado do céu e a gordura da terra que não dependem da fantasia de ninguém, nem temem a rivalidade de nenhuma nação, aumentando o bem-estar, razão pela qual prosperam todas as nações, o que não dá motivo às inimizades. Não é necessário, então, temer, na América, sobretudo, e não necessitaria temer em nenhuma parte, tornar as escolas primárias um pouco fortes (DUPONT, 1812, p. 23).

Para o autor, a dificuldade não se encontra em saber como tantas idéias, ou seu germe, entrarão na cabeça das crianças desde a idade dos sete anos até a dos dez ou doze e nela poderão se conservar e mesmo ampliar após o ensino findar-se. Para ele, a dificuldade consiste em saber como as distribuir para que exista nessas jovens cabeças um desenvolvimento progressivo, sempre sensato. E que não se detendo, lhes ofereça constantemente o atrativo da novidade e não permita de nenhuma maneira que o enfado substitua o prazer que a instrução naturalmente lhes oferece (DUPONT, 1812, p. 23).

Destaca ele que, quando a criança não vê nada de novo e não aprende mais, ela menospreza seu mestre e seu estudo. A inteligência jovem e ativa dos alunos excede facilmente e quase sempre a inteligência dos seus professores, tornada preguiçosa. Acredita que se cria nelas a indisciplina ou a estupidez quando não se consegue dar ao seu espírito um alimento que o fortifique e o desenvolva. Com isso, se as devolve aos jogos que os progressos do seu espírito já tinham tornado insignificantes ou aos divertimentos dos seus irmãos menores. Isso diminui suas faculdades, tornando-as novamente infantis, às vezes de maneira que nunca possam superar isso (DUPONT, 1812, p. 23-24).

Observa o autor ser muito comum nas famílias que os primogênitos tenham menos espírito do que os caçulas, uma das coisas que tornavam tão ridículo o direito de primogenitura. Essa desvantagem dos mais velhos decorre frequentemente do fato de que os mais novos nunca eram obrigados a deter o desabrochar natural do seu espírito; do fato de que eles sempre se relacionaram com pessoas que lhes eram superiores. Em troca, os primogênitos, sendo

colocados no nível dos mais jovens, que eram sua habitual sociedade, têm, apesar deles, diminuído sua marcha, de tal modo que, no mesmo número de anos, era impossível para eles fazerem o mesmo percurso.

Acredita o autor que existem apenas duas maneiras para evitar essa infelicidade.

A primeira é voltar os estudos das escolas primárias para temas de historia natural e de mecânica: de maneira que a criança estimulada pela observação possa encontrar, sem cessar, e se deleite sempre mais, mesmo muito tempo após sua saída da escola, em procurar, no campo, e nos trabalhos em que coopera ou assiste, um estudo e fatos que mantenham seu espírito continuamente atento, não o deixando enfraquecer (DUPONT, 1812, p. 24).

A segunda seria encarregar na escola e fora dela, aqueles que cresceram, de ajudar, com alguma autoridade, a instrução dos mais jovens. Em sua opinião, se isso for bem conduzido, haveria, para uns e outros, muito prazer com uma imensa utilidade. Com efeito, aquele que instruiu os outros não se tornou novamente um ignorante, como aquele que brinca muito abaixo de sua idade para divertir um pequerrucho. Ao contrário, seu espírito é animado, sustentado pelo desejo de se tornar inteligível. Ele deseja justificar seu grau. Ele é obrigado a melhor e mais profundamente aprender o que é muito fácil de ensinar. Afirma que o verdadeiro objetivo da educação é menos dar às crianças conhecimentos positivos do que manter a seiva circulando, agindo elas mesmo e para elas próprias sem nunca parar de raciocinar e de aprender. Então, este feliz hábito, tornando-se uma característica da sua existência, nunca se perderá, e aumentará ela própria com a força do seu espírito (DUPONT, 1812, p. 25).

Da perspectiva de Dupont de Nemours, deve-se cuidar dessas crianças porque que são elas que estão sempre pensando e progredindo, com as quais se fazem os grandes homens que têm, constantemente, necessidade de pensar e progredir mais. Acrescenta que são estes homens que, dos trinta aos sessenta anos, algumas vezes até a morte, fazem progressos que surpreendem o mundo e o esclarece, o que é mais importante ainda (DUPONT, 1812, p. 25).

Dupont de Nemours cita a escola mantida pelo Cavaleiro Pawlet como exemplo. O ensino mútuo, praticado na escola para órfãos de guerra criada em Paris por Fleurus Pawlet em 1773 e fechada em 1795, consistia em confiar a um

aluno melhor formado o papel de instrutor para um pequeno grupo de seus discípulos.³¹

Afirma o autor que o cavaleiro Pawlet foi um grande homem de bem e, para a educação, foi um homem de gênio. Antes da revolução de 1789, empregava sessenta mil libras de renda para manter, em Paris, uma escola para duzentas crianças, que recebia dos oito ou nove anos, e cuja educação durava até os quinze (DUPONT, 1812, p. 25).

Na sua escola existia mestre apenas de tempos em tempos, para os alunos mais fortes. As demais aulas eram dadas por estes, as seus colegas mais fracos.

Pawlet concedia à caixa comum, para cada uma das crianças admitidas em sua escola, doze *souls* por dia, seis *pences* ingleses, com os quais eram obrigados a se alimentar com uma suficiente abundância e se vestir convenientemente com um uniforme; fazer todos os seus gastos de aquecimento, de iluminação, de papel, de penas, de lápis e mesmo aqueles de suas armas, pois eles viviam sob o regime militar: efetuar tudo por sua própria conta. Elas se saíam maravilhosamente e, desse modo, aprendiam o que geralmente se sabe apenas ao se tornar adulto: economizar seu dinheiro e empregá-lo com sabedoria (DUPONT, 1812, p. 26).

O cavaleiro Pawlet fazia todos os primeiros adiantamentos. Ele equipava as crianças completamente apenas uma única vez. Cabia a elas se manterem. Ele lhes dizia: “Senhores, o rei, com menos que lhes dou, mantém homens de cinco pés e meio de altura. Se vocês não se mantiverem com uma soma maior, não são dignos de se tornarem homens” (DUPONT, 1812, p. 26).

Segundo Dupont de Nemours, as crianças se mostraram dignas disso. Sua disciplina era admirável, sua limpeza perfeita. Elas nomeavam os seus oficiais e

³¹ A opinião que os contemporâneos do Cavaleiro de Pawlet tinha sobre os seus trabalhos era a melhor possível: “O Sr. Cavaleiro de Pawlet fundou, às suas custas, em Paris, uma escola gratuita para os órfãos de militares, onde são educados em uma subordinação que mantém nela uma grande ordem. O regime desta casa é admirável. Ela abriga 200 alunos que aprendem tudo o que convém ao seu nascimento e ao seu destino. Além dela, há outra onde mais de 100 jovens fazem o aprendizado de diversos ofícios fora de casa. O Sr. Pawlet desejava elevar para 800 o número de seus alunos e reunir em volta deles todos os auxílios que podem obter a educação dos jovens gentis homens e as oficinas de todos os ofícios e profissões. O rei, satisfeito com as informações recebidas acerca das qualidades pessoais e do zelo louvável deste excelente instituidor, concedeu-lhe uma soma anual de 3.200 libras. Pawlet começara seu estabelecimento com uma fortuna limitada. Uma herança considerável veio, em 1773, secundar suas boas disposições. Ele fez voto de ser pobre por toda a vida. Ele consagra inteiramente sua pessoa e sua fortuna à numerosa família que adotou e seu sucesso compensa amplamente os sacrifícios que ele teve a coragem de fazer” (FROSSARD e BOILY, 1789, p. 4, nota 2).

lhes obedeciam pontualmente. As punições eram pronunciadas em conselhos, com uma equidade perfeita. A mais severa era a condenação à ociosidade, em pé, o nariz contra a parede; as outras eram, segundo o caso, o boné de polícia ou o uniforme nos avessos (DUPONT, 1812, p. 26).

Ao fundador-benfeitor e primeiro legislador estavam reservadas apenas a inspeção e a exortação. Enviavam para ele, todas as tardes, os controles, com as boas e as más notas. Além disso, se lhe prestava conta, tanto moral como pecuniária, todas as semanas.

Dupont de Nemours considera este um belo exemplo do que se pode obter da infância, para ela e por ela própria.

A junta que muitos homens que se distinguiram foram formados nesta escola. Todos os alunos aprenderam nela a ler, a escrever, a desenhar, o Francês, a moral, as matemáticas aplicáveis à guerra e aos ofícios, a geografia. Também aprenderam a ordem, a boa administração de seus negócios pessoais e mesmo sobre os assuntos gerais da casa. Eles adquiriram um bom e sábio ponto de honra. Alguns juntaram ao estudo do Francês o do Latim ou do Alemão (DUPONT, 1812, p. 27).

Após ter feito um relato e considerações à escola de Pawlet, Dupont de Nemours retoma o fio da sua proposta de escola para os EUA.

Acerca da História, que o autor julga ter uma grande utilidade e que não deveria ser ignorada por nenhum cidadão, confessa-se confuso com o lugar que se lhe deve dar no primeiro curso.

Considera-a extensa e atraente. Considera tão cômodo escutar os fatos que se pode conservar na memória e recontá-los sem necessidade de fazer nenhum esforço de atenção, nem de seguir nenhum raciocínio, que teme que uma árvore tão copiosa, cujos ramos tenham tantas gavinhas e se reproduz tão bem, venha a abafar as demais (DUPONT, 1812, p. 27).

Em virtude disso, afirma que gostaria que, nas escolas primárias, a História fosse uma recompensa e não um estudo. Propõe que se desse os livros de História como prêmio aos alunos que se distinguissem. Acredita que isso parece bastar, em virtude do atrativo da coisa, para difundir o conhecimento entre todos, pois aquele que ganhar o prêmio desejará desfrutar de sua coroa e se regozijar com ela. Ele saberá de coração o livro que mereceu. A maior parte dos demais

ficará curiosa para ver esta bela coisa que se concede como um tesouro aos homens de elite. Eles emprestarão os livros de seus irmãos e de seus primos. A leitura deles será voluntária. A leitura será, como deve ser a da história para as pessoas que não estão destinadas ao magistério ou ao governo, ou seja, deve ser uma recreação. Mas, por esta mesma razão, a história será mais bem lida e mais sabida. Chegando aos jovens somente na idade pouco acima da primeira infância e como um prêmio de seus outros trabalhos, ela não os afastará da Física e das Matemáticas, as quais eles já terão aprendido as partes que têm absolutamente a necessidade de não esquecer (DUPONT, 1812, p. 28).

O autor gostaria ainda que os livros destinados a servir de prêmio nas escolas primárias e para dar a toda a nação uma visão geral da história não fossem de verdadeiras e completas histórias: considera que isso seria muito longo. Explica que, caso se pretenda que o povo a conheça, que se ofereça a ele apenas aquilo que tem tempo de ler e a faculdade de reter. Caso contrário, afirma, tudo seria igual a nada. Apresentamos à juventude apenas duas espécies de livros clássicos de história: compêndios cronológicos bastante concisos para dar uma idéia dos tempos, dos lugares e dos principais personagens e compilações bem feitas de episódios e anedotas: o tronco, os principais galhos, depois as folhas e os frutos. Entende que não se deveria desviar a história indo para os ramos e a folhagem. Julga ser necessário somente que cada fato, nas compilações de contos, traga na margem uma indicação do resumo cronológico, para que a criança se lembre de qual país e de qual data é o acontecimento ou a aventura que chamou a sua atenção (DUPONT, 1812, p. 28).

Isto posto, Dupont de Nemours passa à consideração dos livros clássicos destinados às escolas primárias e os meios de obtê-los (DUPONT, 1812, p. 29).

Julga ser necessário fazer uma reflexão acerca dos livros que deverão ser compostos, já que, em sua opinião, nenhum deles existe ainda.

Lembra que havia dito que eram necessárias duas espécies de livros: inicialmente, para o curso, e, em seguida, para os prêmios.

Afirma que o primeiro livro para o curso deve ser o Abecedário, que deve conter a seqüência de exemplos e de lições que as crianças terão que escrever, ler e transcrever claramente, até para aqueles que escrevam e leiam perfeitamente. Destaca que o livro deve começar pelas letras próprias para formar

sílabas que sejam ou se tornem facilmente pequenas palavras significativas, ao alcance da criança, relativas às suas idéias mais comuns.

Observa ainda que é necessário que colocar a criança, o mais rápido possível, na condição de escrever alguma coisa que lhe dê prazer e lhe mostrar a utilidade de saber traçar esses caracteres que se chamam letras.

Também entende ser necessário que ela perceba que escreve para seu próprio uso e não apenas para obedecer ou para agradar a seu pai ou mãe. Deve-se evitar a servidão e o aborrecimento (DUPONT, 1812, p. 29-30).

As palavras que as crianças têm já idéia, que são compostas com poucas sílabas e exigem poucas letras, podem, todavia, conduzir paulatinamente a todas as letras do alfabeto e indicar seu emprego. Assim, as menos utilizadas virão por último.

Este emprego deve ser multiplicado, tanto quanto for possível, com as palavras que a criança conhece as letras, o que a familiariza com elas.

Quando ela pede, ou quando se lhe propõe alguma palavra que necessite de letras ainda desconhecidas ao jovem, é necessário dedicar-se àquelas que têm necessidade de apenas uma ou duas novas delas.

A cada letra nova, é necessário deter-se, para que a criança, ou as crianças, aprendam fazê-la bem antes de colocá-la em uma palavra.

Assim, ela tem do estudo um pouco laborioso apenas uma letra de cada vez, e ela é recompensada, sem muita demora, pela palavra que gostaria de escrever.

Propõe o autor que, em seguida, se tenha uma pausa ou um período de exercício divertido, com as outras palavras que compreende, e nas quais entra a letra ou as letras que acabou de conhecer.

Considera que este cuidado em deter-se para fazer legivelmente uma letra a mais, e para escrever as palavras usuais que ela tem necessidade, é indispensável, sobretudo, quando se trata de letras que se exprimem por dois caracteres reunidos, como o *th*, o *sh*, o *gh*, o *ugh* inglês; e os *ch*, *gn*, *eu*, *oi*, *ou*, *ui*, *an*, *in*, *on*, francês (DUPONT, 1812, p. 30-31).

Julga Dupont de Nemours que as letras de dois caracteres são quase as únicas dificuldades na arte de escrever e ler. Por isso, é necessário diminuir essas dificuldades, apresentando-as apenas uma de cada vez, ao invés de

acumulá-las em feixes, como nos Abecedários e os silabários empregados até o presente.

Assim, para o autor, os redatores do novo silabário devem refletir muito na ordem das suas lições, para que as crianças reflitam facilmente sobre as idéias por elas oferecidas, que as conserve sem esforço e as vincule com clareza. Acredita ainda que, quando um caminho sólido, porém agradável, as conduzirem às frases escritas, que serão somente a expressão de seus próprios pensamentos, elas caminharão seguras sobre flores e a grandes passos. Então, a porta será aberta para os discursos um pouco mais longos, mas de modo a dirigir-se sempre ao seu espírito ou ao seu coração.

Após as crianças terem compreendido bem isso e ter transcrito corretamente várias vezes certa quantidade, as lições remeterão as crianças para o raciocínio que elas farão e que apenas haviam percebido. Elas encontrarão nisso as noções as mais simples da gramática geral e da gramática própria de língua do seu país. Aprenderão a escrever esta língua (o que nós viemos a aprender tão imperfeitamente e tão tardiamente) como elas aprenderam a falar, pelo uso. Mas elas reconhecerão também um fato muito importante, que todo uso está fundado na razão ou, ao menos, sobre uma razão.

Prossegue o autor acerca do livro que, por fim, se tratará, de acordo com a ordem a mais natural, do seu ponto de vista, com uma clareza a mais amável, com todo o atrativo que pode oferecer a união de verdades úteis com sentimentos honestos, de desenvolver todos os princípios da moral, algumas bases da física e das mecânicas, uma muito sucinta idéia da cosmologia e da geografia, um grande número de fatos da história natural (DUPONT, 1812, p. 32).

Adverte que o livro deve ser curto: pois é necessário que, no espaço de dois ou três anos no máximo, as crianças possam copiá-lo várias vezes com sua própria mão. Acrescenta que seria bom que a maior parte dentre elas o aprendesse pelo coração.

Além disso, entende ser necessário que ele não as aborreça na mais tenra idade e que em qualquer época elas possam reabri-lo e lê-lo com prazer e que ele tivesse encanto para os pais, para as mães, para os adolescentes, por toda época da infância e da vida (DUPONT, 1812, p. 32).

Passa o autor, então, a tratar do segundo livro, que seria relativo à Física e às Matemáticas. É da opinião que ele deve começar pela Física, que é o grande objeto da curiosidade da infância. Em seguida viria a Geometria, como o meio de medir as coisas físicas e, depois, a Aritmética, como a expressão das medidas.

Observa que a Aritmética, começando pela Geometria, assemelha-se à leitura começada pela escrita: ela não oferece nenhum trabalho porque se teve as próprias coisas diante dos olhos. Afirmar que é preferível contar coisas que se tem à vista do que calcular em abstrato ou supondo coisas imaginárias as quais não se vê, nem se manipula.

É de opinião ser no livro de Física e de Matemáticas que se devem encontrar os princípios da Mecânica e as noções de Física mais detalhadas, dos quais o *Abecedário* deve dar apenas uma antecipação bastante rápida.

Por fim, adverte que semelhante livro não é fácil de ser bem feito. Mas assinala que o *Abecedário* apresenta cem vezes mais dificuldade.

Tendo tratado dos livros, Dupont de Nemours aborda, a seguir, o meio de obter sua confecção. Para tanto, julga necessário o estabelecimento de recompensas e prêmios que estimulem as pessoas a cuidar disso. Retoma, por isso, o que havia proposto até então, afirmando que havia reconhecido a necessidade de um *Resumo Cronológico da História*, Uma *Compilação* ou *Compilações de Acontecimentos e Anedotas*.

A primeira obra não deveria ultrapassar a força de nenhum homem de bom senso em de precisão de estilo. Para a segunda, acredita bastar um gosto seguro, sensibilidade, virtude, princípios determinados sobre a ciência do governo. Quanto aos dois livros do Curso, considera que a coisa é bem diferente. O de Física e de Matemáticas, como deve ser para crianças de oito a dez anos, é extremamente difícil.

Julga que a dificuldade do plano, e ainda mais da redação de um *Abecedário*, como é proposto, destinado às crianças de seis a oito anos no mais, está acima de tudo o que se pode imaginar (DUPONT, 1812, p. 33).

Dupont de Nemours afirma conhecer apenas um livro que tem a graça, a leveza, o sentido profundo e a arte de dissimular a arte que esse gênero de obra demanda. Trata-se do livro de Benjamin Franklin (1706-1790), *A ciência do bom homem Ricardo*. Ele foi imitado na França pelo honesto. *Mathon de la Cour*, no

Testamento do Afortunado Ricardo. Acrescenta: mas, que enorme distância pelo talento! E quão pouco aplicável à infância!

Compara, então, as duas obras, observando que o *Testamento* apenas tem por objetivo demonstrar a utilidade da parcimônia na despesa e da acumulação dos lucros com os capitais, depois de indicar as coisas úteis que poderiam fazer um governo com alguns milhões.

Dupont de Nemours passa em revista uma série de autores que poderiam ajudar na alfabetização e educação dos jovens. Vale a pena conhecer sua opinião acerca desses autores e suas obras.

Observa que Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ocupou-se com os preceptores para aplicar à educação esta bela máxima: deixar fazer. Talvez ele a tivesse impelido muito além ou seus leitores o entenderam mal, pois, ocorreu a todas as crianças que se tentou educar segundo seu método que nenhum deles ama o trabalho, do qual nenhum deles teve o hábito. A arte de se encontrar em um bosque cortando um arbusto e o belo artigo dos feijões de Emile são, em todo esse livro encantador, as duas únicas coisas com as quais nosso livro *Abecedário* poderia se enriquecer e que ele deve transcrever. Em troca, o livro poderia fazer uso do *bom homem Ricardo* em sua quase totalidade (DUPONT, 1812, p. 34).

Entende que François de Fénelon (1651-1715) é cheio de razão e charme, mas difícil de transcrever. John Locke (1632-1704) não teria seis frases para serem aproveitadas. Acredita que não se poderia citar Arnaud Berquin (1747-1791) após haver nomeado Rousseau, Fénelon, Franklin e Locke. Em sua opinião Berquin tinha as melhores intenções, mas suas luzes eram mais curtas e o instrumento mais fraco. Ele escreveu apenas para as cidades, as grandes, as ricas. E conseguiu inspirar apenas um sentimento vago de beneficência, que conduz apenas à esmola, a parte mais vil e menor dela, que frequentemente é tão prejudicial quanto útil (DUPONT, 1812, p. 35).

Quanto a Félicité de Genlis (1746-1830), observa que a mesma tinha muito espírito, um estilo elegante e correto, além de enorme quantidade de conhecimentos variados, uma extrema atividade. Entretanto, julga que o amor pela glória e pelo renome, a paixão pelo trabalho, tiveram a infelicidade de perder o efeito de seus numerosos escritos. Isso se deveria ao fato de que tantos talentos a obrigaram a voltar-se para ela própria e não a impediram de não ver os

outros. Ela teria tomado um falso caminho, comandada por um ofício, desempenhando um papel que não ousa abandoná-lo. Ela forçaria o gesto. Aquilo que ela exprime tão engenhosamente não seria ditado pelo seu próprio pensamento, que apenas ela tenderia a ter mais filosofia, lógica e razão, lamentando-se, às vezes, que não fosse assim. Indagava: Querem me persuadir? Mostrem vossa boa fé, mais do que vossa eloquência. Conclui ao autor que Madame de Prince de Beaumont valia mais.

O autor é da opinião que Plutarco (45-120) e Michel de Montaigne (1533-1592) podem contribuir muito, já que eles fizeram Rousseau.

Para ele, a Srta. Maria Edgeworth (1767-1849) tem mil coisas excelentes. Mas a arte de aplicar os materiais seria, nesse caso, “a montanha a ser devorada, o mar a ser bebido”. Recolher essas coisas não seria nada. Escrever para as crianças, colocar-se ao seu alcance, ser-lhes amável sem se tornar muito pueril, e instrutivo sem as aborrecer; lembrar-se bem da própria juventude, requer uma sagacidade de espírito, uma fineza de lógica, uma força de imaginação, uma justeza de tato, uma alegria de caráter, que Deus não concede frequentemente às suas criaturas. A maior parte dos homens que as possui prefere empregá-las melhor agradando as mães e se fazendo considerado pelos pais, para influir em seu cantão, para obter postos no governo ou simplesmente para fazer seus negócios pessoais e se divertir. Cada um acredita dever à sua família, isto é, a si mesmo. A paixão de servir às outras famílias é extremamente rara, sobretudo separada daquela de comandá-las (DUPONT, 1812, p. 36).

Acredita que os livros clássicos nunca serão elaborados caso se os deixar pelo único atrativo de sua utilidade. Afirmar isso com base na sua experiência. Conta – para sua vergonha – que havia imaginado fazê-los havia mais de trinta anos. A pedido do Duque Leopold, tinha feito acerca desse tema um programa para a *Academia dos Georgífilos de Florença*, com o firme propósito de concorrer ele próprio e de ganhar o prêmio. Mas nunca pode ocupar-se disso sem interrupção. Também nas tentativas que passageiramente tentou considera que nada escreveu que lhe parecesse suportável (DUPONT, 1812, p. 36).

Indaga, então, como poderia ousar aconselhar a fazer o que ele próprio não conseguiu executar? Afirmar que sua consciência lhe diz que existem muitos homens melhores do que ele.

Respondendo a questão, afirma o autor ser necessário, por uma mistura de glória e proveito, acordar a capacidade ignorada ou adormecida, com o que poderia encontrar pessoas mais hábeis nos dois hemisférios. Julga ser necessário mostrar-lhes que serão consideradas entre os grandes benfeitores da humanidade. Além disso, o que considera triste ter a necessidade de dizer, que também terão feito um trabalho que lhes será pecuniariamente útil. Entende que existem pessoas de mérito que são muito pobres e que o mais honrado empreendimento não poderia sozinho inspirar. Isso se deveria ao fato de que elas encontram-se obrigadas a empregar todo o seu tempo buscando o pão e alimentando a sua prole.

Considera, por isso, ser necessário pagar caro por um trabalho tão penoso, tão necessário e que poucas pessoas são capazes. Propõe, então, o valor dos prêmios: *Dois mil dólares* (ao menos *dez mil francos*) para o melhor livro abecedário; *Oitocentos dólares* (ou *quatro mil francos*) para aquele que se aproximar mais do melhor; *Mil dólares* (ou *cinco mil francos*) para o melhor livro clássico de Física e de Matemáticas, próprio para as pequenas escolas; *Quinhentos dólares* para o segundo; Também *quinhentos dólares* para o melhor resumo cronológico de História geral; Igual quantia para a melhor Compilação de fatos e acontecimentos históricos; Estabelece, também, dois anos para o *Concurso*, com o julgamento feito nos seis primeiros meses do terceiro ano (DUPONT, 1812, p. 37).

Propõe, também, que, após ter-se produzido desse modo bons ensaios, se imprimisse, tanto as memórias premiadas como aquelas que, após elas, teriam merecido mais elogios. Além disso, também se imprimiria as partes que tivessem mais impressionado ou fossem mais bem elaboradas que, na seqüência, fossem dignos de atenção. Também propõe que se concedessem prêmios, tão grandes quanto os que receberam os primeiros, graduando-se da mesma maneira, aos autores que, em cada um dos quatro assuntos, tivessem melhor combinado essas importantes matérias (DUPONT, 1812, p. 37-38).

Justifica essa proposta o fato de não acreditar que seja possível ter, na primeira vez, os livros desejados. Encara, por isso, seu aperfeiçoamento como algo tão essencial, sua imperfeição como um perigoso inconveniente, que gostaria de nada negligenciar para preparar uma verdadeira boa alimentação para

o espírito dos jovens, que considera a esperança da pátria (DUPONT, 1812, p. 38).

Calcula o autor que, com esta despesa e com estes cuidados, se poderia esperar obter em quatro anos as obras necessárias e uma vintena de outras onde se encontrariam muitas coisas boas para se recolher, que as escolas secundárias ou os colégios poderiam fazer um uso útil.

Entretanto, ressalta o autor, baseando-se no infeliz conhecimento que tem do coração humano e a grande convicção que possui da extrema dificuldade do empreendimento, confessa que não ver nenhum outro meio para se conseguir, para as escolas primárias, bons livros clássicos. E, acrescenta, sem esses bons livros clássicos, destinados e convenientes à primeira infância, ignora como se poderia, em qualquer país, gabar-se de estabelecer uma boa educação nacional.

Observa que se deve rir e chorar vendo-se os livros que são colocados, em todos os lugares, entre as mãos da juventude. Acredita que se existem pessoas que valham alguma coisa e se a maior parte dos homens é muito boa isso é graças a Deus. Ele teria feito do homem um animal para quem, em suma, a justiça tem algum atrativo e os sofrimentos dos outros inspiram compaixão. Não se deve, portanto, à sabedoria dos pais e professores (DUPONT, 1812, p. 38-39).

Dupont de Nemours mostra que não tem boa opinião do ser humano, acreditando que ele somente pode se desenvolver por meio da educação. Afirma que os homens costumam ser pobres, avaros e de caráter fraco.

Prossegue afirmando não conhecer no mundo governo cujo zelo não fosse bastante amortecido pela idéia e pela proposição de despender *dez a doze mil dólares (cinquenta a sessenta mil francos)* para conseguir quatro pequenos livros para uso de crianças de sete anos.

Propõe, então, superar este obstáculo, que denomina de *terror*. Nos negócios públicos, observa, nas coisas necessárias, não se deveria encontrar nenhuma dificuldade para se obter um recurso mais considerável. Assim, julga ser necessário que seja o Congresso dos Estados Unidos que proponha e conceda os prêmios para os livros clássicos que servirão para todos os Estados.

Quando estes livros estiverem prontos, a impressão será feita por conta da nação, sob as ordens e administração de um Comitê de Instrução Pública, sobre cuja utilidade, funções e direitos propõe-se detalhar mais adiante.

Toda a criança será obrigada a ter deles um exemplo para ir à escola. Vender-se-á, então, um milhão de exemplares deles por ano. O preço será fixado em somente *cinco cents (cinco sous)* acima dos gastos de impressão e de encadernação, em pergaminho ou brochura. O resultado disso seria uma renda de *cinco milhões de cents* ou de *cinquenta mil dólares (duzentos e cinquenta mil francos)* por ano (DUPONT, 1812, p. 40).

Acredita que, com esta receita, desde o primeiro ano, se reembolsará os gastos dos prêmios à tesouraria nacional.

A soma formada pelo excedente do primeiro ano e pelos *cinquenta mil dólares* dos anos seguintes será dividida entre os dezesseis Estados, proporcionalmente às suas contribuições diretas, a fim de ser, por cada um deles, empregada em despesas com a instrução pública.

Destaca, então, que os livros clássicos, longe de nada custarem, integrarão o conjunto de fontes de renda que facilitará as demais medidas exigidas pela educação nacional (DUPONT, 1812, p. 40).

Permanece, ainda, uma questão: como proceder até que os livros clássicos sejam compostos e impressos? Em sua opinião, deve-se proceder como for possível, como ainda se procedia. Acredita que um pouco um pouco melhor, se o Comitê de Instrução não colocar inutilmente no caminho alguns bons princípios.

Por fim, o autor vai tratar do que denomina de “Ordem do Trabalho; Política das Classes; Recompensas as Escolas Primárias”.

Destaca que o mais embaraçoso para as escolas primárias era ter livros. Observa que propôs como resolver esta questão, indicando que eles próprios constituirão em seu projeto, um meio eficaz de prover muitas outras coisas. Mas entende que os livros e os professores não são suficientes. Julga que deve existir alguma regra para a ordem da instrução.

Assim, em seu projeto, o curso da escola primária deve durar três anos. Ele pode ser prolongado, reforçado, segundo a capacidade do professor, para desenvolvimento dos alunos cujos pais não querem ou não podem enviar à escola secundária e para os quais desejam, *pagando*, destaca, que recebam lições para além do fim de três anos que exige o curso geral (DUPONT, 1812, p. 41).

Para o curso geral julga que ele deve ter todos os anos um terço dos escolares que têm que receber apenas os primeiros elementos. Um outro terço compreende aqueles que, mais avançados, escrevem já, lêem com facilidade e empregam um e outro meio para adquirir um saber verdadeiro, sobretudo, para se apropriar de idéias morais. Um outro terço receberá as instruções de Física e de Matemáticas, ou a porção mais relevante do curso das escolas primárias (DUPONT, 1812, p. 41).

Observa, então, que este procedimento cria três classes bastante distintas. E há, e somente pode haver nela apenas um mestre. Além disso, é necessário que a hora do estudo seja a mesma, para que as pequenas crianças possam ser levadas à escola pelos mais velhos.

Resulta disso na dificuldade à qual é necessário prover de antemão. Entende que, se fosse necessário, durante uma parte da lição, manter as crianças mais instruídas e bastante ávidas pelo aprendizado estacionadas, escutando pequenas crianças que traçam e reúnem letras para formar pequenas palavras: seria cair no inconveniente que faz com que a maior parte dos filhos mais velhos não tenha todo o espírito que a natureza os tinha tornado suscetíveis de possuir. E cada pequena classe, cada classe maior, cada escola, depois, em seguida, toda a nação, teria uma época retrógrada à idade em que o progresso é mais necessário. Ninguém alcançaria todo o desenvolvimento que sua constituição física e moral prometiam (DUPONT, 1812, p. 42).

Se os pequenos fossem da mesma maneira obrigados, na lição tomada, escutar a dos maiores, da qual não compreenderiam nada ou muita pouca coisa, fariam barulho ou ficariam na sujeição da imobilidade e do silêncio lhes fariam detestar a escola e tudo aquilo que nela se fizesse. Conclui observando que isso seria uma imperícia que poria tudo a perder (DUPONT, 1812, p. 42).

Por fim, como solução se poderia enviar umas crianças para brincar fora enquanto as outras estariam em aula. Dupont de Nemours vê nisso um problema, mesmo que essa prática não impedisse que as três lições sucessivas consumissem o triplo tempo e que as crianças, cuja maior parte vem de longe e precisam retornar com os mais velhos, tivessem sua aula. A viva distração ocasionada pela brincadeira fora faria com que a classe tivesse apenas uma atenção muito fraca.

Propõe, então, uma saída que evitaria estas duas armadilhas. Em sua opinião não se deveria deixar as dificuldades para as crianças. Julga que cabem aos adultos, instituidores, fundadores, legisladores, administradores, considerá-las em todos os seus detalhes, pesá-las, vencê-las, não encontrar nenhuma que não possam fazer brotar uma vantagem maior. Assim, a dificuldade que acabou de assinalar poderia servir de meio para não enfraquecer nem retardar um único aluno e para distinguir, formar melhor e mais rápidos aqueles cuja alma, talento e caráter destinarem aos maiores sucessos.

Para tanto, julga necessário existirem na escola três cômodos diferentes para manter as três classes separadas, ainda que simultaneamente, a fim de que cada uma delas possa ter, sem distração, todo o desenvolvimento do seu estudo e que não haja nem tempo perdido, nem força progressiva sem emprego.

É obvio para o autor que o mestre não poderá estar, ao mesmo tempo, nas três classes. Entende que isso não é necessário em todos os momentos: basta que ele possa passar e retornar de uma a outra quando julgar conveniente. E que o trabalho não seja de maneira alguma interrompido, nem a boa ordem suspensa na sua ausência.

Para que isso ocorra é necessário um substituto chefe de estudo. Pode-se consegui-lo na própria classe. Escolher-se-á o mais sábio, o mais firme, o mais adiantado dos estudantes.

Desde os primeiros dias, o mestre pode confiar àquele que julgar o mais razoável, a autoridade de manter o silêncio enquanto cada um fizer seu pequeno dever. Acredita que logo o espírito, o senso, a aptidão se farão notar: aquele que adiantar-se aos demais será reconhecido mesmo por seus condiscípulos e poderá, a partir de então, influir na sua instrução.

Considera o autor ser bastante necessário, no primeiro mês, que seja o mestre a nomear os chefes de estudo.

Caso continuasse a fazê-lo quando a opinião estivesse formada, ele despertaria a inveja contra essas crianças sempre escolhidas. Julga que não se dever dar tão cedo esta triste recompensa ao mérito. Acredita dever aos concorrentes e mesmo aos inferiores tomar parte na honra de conferir tal elevação. Assim, ao final de cada mês o mestre deve realizar uma votação para

estabelecer o chefe de estudo do mês seguinte. Nessa votação o mestre terá o direito de três votos.

Aconselha que se conserve do resultado da votação apenas o nome dos nove estudantes que, após o chefe de estudos, tiveram mais votos, colocados segundo o número de votos que receberam. Os demais não devem conhecer os votos recebidos, mantendo-os, dessa maneira, numa igualdade aparente e consoladora. Assim, os primeiros serão conhecidos, mas não os últimos, nem os antepenúltimos. Entende que se deve distinguir pela glória sem distribuir a vergonha. Isso para não desencorajar os mais atrasados, que possuem algumas vezes um fundo mais real de capacidade do que os precoces. Assim, acredita que não se deve imitar os pedantes que, se lhes permitisse ensinar juntos Galileu, Descartes, Newton, Malebranche, Locke, Boyle, Pascal, Montesquieu, Leibniz, Linné, Franklin, Jean-Jacques e Voltaire, desejariam colocar de castigos um desse fazê-lo usar as orelhas de asno.

Considera ser bom dar às crianças que mostram disposições favoráveis, a ambição e o hábito de uma pequena magistratura ou de alguma distinção honorífica. Julga mais útil ainda fazer com que todos venham a gostar do prazer de exercer um *direito de cidadão*, escolhendo, *em sua alma e na sua consciência*, o mais digno e o melhor. Por seu turno, aqueles que não chegaram aos primeiros postos não se desesperarão por que não chegarão neles e se estimarão por terem feito boas escolhas. O princípio da submissão será mais forte e mais nobre quando tiverem nomeado eles mesmos o oficial que os comandará. Acredita que essas crianças servirão melhor o Estado, no futuro, porque tendo, desde cedo, exercido alguma autoridade, elas compreenderão quanto importa que ela seja em todos os momentos respeitada.

Afirma que, tudo sendo razoável, a criança também o será um pouco. Para autor, quem vê seu voto contar para alguma coisa, sente uma espécie de dignidade, de amor e de vigilância. Ela tem vontade de mostrar que é, com efeito, *alguma coisa*. Aquele que for indicado pelos seus concorrentes, por seus pares, não poderá ser considerado como *um favorito* do mestre. Ele tem uma autoridade mais verdadeira. Isso faz levantar menos murmúrios. Em virtude disso, o mestre conserva melhor seu caráter de justiça igual, de imparcial paternidade.

Dupont de Nemours, expondo o fundo da sua proposta, afirma que gosta tanto de formar a alma e os sentimentos quanto o espírito. Mas, pelas primeiras se tornaria o espírito justo, a virtude pura e severa.

Consultar as crianças nas coisas que elas podem julgar parece ao autor um bom meio de formar suas opiniões, acostamá-las a prestar contas a elas próprias e a raciocinar, de dar-lhes caráter e fortalecer sua probidade natural. Por isso afirma que não hesitaria em conceder-lhes votar mesmo para a distribuição dos prêmios.

Dupont de Nemours expõe, então, as regras que nortearão a eleição para os prêmios. Nos concursos das classes mais fracas, cada um dos seus alunos teria direito a um voto, os da classe média dois votos, os da classe superior três votos, o professor seis e os inspetores das escolas que participassem do julgamento nove votos. Já para os prêmios da classe média, um voto para cada um dos seus alunos, dois aos da classe superior, cinco ao professor e oito aos inspetores. Para as classes mais fortes, um voto para os alunos, quatro ao professor e sete aos inspetores (DUPONT, 1812, p. 46). Como se pode perceber, à medida que aumenta o nível da classe, aumenta também o valor do voto dos alunos.

Afirma Dupont de Nemours que se deve acreditar que os prêmios serão muito bem dados. Pede, então, que se observe a gravidade do que denomina esses *pequenos bons homens*, levando seu voto à urna, sua atenção por ocasião da contagem dos votos e o fervor dos novos juízes que cuidarão de todos. Pede, também, que se note a vergonha que cairá sobre os ardis, se fosse possível tentá-los. Igualmente chama a atenção para a incorruptibilidade, que se tornaria uma virtude exaltada desde a infância, portanto, uma virtude que duraria para sempre. Também haveria a honra animadora para aqueles que se aproximassem do vencedor. Afirma que, nesta idade, caso fosse ele, teria preferido as terceiras colocações de semelhantes concursos ao prêmio dado somente pelos mestres sem a participação dos alunos. Segundo ele, uma das suas mais doces alegrias de sua juventude foi uma deputação de meus camaradas me trazendo, em nome de todos e por uma subscrição voluntária, uma centena de maçãs, como testemunho de sua satisfação pela maneira como ele teve a felicidade de sustentar um exercício público. Tinha, então, doze anos: afirma que ignora até

que ponto esse pequeno acontecimento contribuiu depois para dirigir sua conduta. Mas acredita que ele influenciou no curso inteiro da sua vida (DUPONT, 1812, p. 46-47).

Como último ponto da parte relativa às escolas primárias, o autor trata da sua quantidade. Respondendo a essa questão, considerando o número de escolas que são necessárias e das suas despesas, observa que estas últimas devem ser tanto quanto permita a manutenção de bons professores. Seriam professores que se contentariam com a retribuição que as famílias da circunvizinhança estariam dispostas a dar todos os meses para cada um dos seus filhos. Por outro lado, mediante esta retribuição, os professores se comprometerão a manter três classes na mesma casa e que se submeterão a ensinar por meio dos livros clássicos autorizados pelo governo do Estado. Conclui o autor que, nos Estados Unidos, as famílias são suficientemente ricas e reconhecem o valor da instrução para que não seja necessário dar uma gratificação maior para os professores das pequenas escolas (DUPONT, 1812, p. 47).

Como destacamos anteriormente, Dupont de Nemours não tratou da questão do pagamento dos professores em seu primeiro texto, *Considerações*. Entretanto, abordou este tema na *Memória*. Percebe-se que retomou em *Sobre a Educação Nacional* aquilo que havia exposto no seu segundo texto. Na *Memória*, respondendo à indagação acerca dos custos das escolas do seu projeto observa que o dinheiro nunca falta para os serviços que dizem respeito às famílias. Elas sustentam seus filhos e isto custa caro. Mas considera que o sustento dos filhos é tão necessário quanto lhes ensinar a ler, escrever, medir, pensar, a agir moralmente, a amar a justiça, a preferir o amor honesto, filial, conjugal, paterno e o da pátria, às seduções tumultuosas e às do interesse mal compreendido. Afirma que tudo isso podem ser obtido por meio de escolas primárias em número suficiente e bem dirigidas. Acrescenta que esta segunda necessidade da vida seria menos dispendiosa do que a primeira. Finaliza observando que, quando a difusão da instrução aumentar apenas um décimo a manufatura das coletas nacionais, o resultado seria de um valor ao menos de duplicado dos gastos (BUISSON, 1911).

5 CONCLUSÃO

Procuramos, ao analisar obras de Dupont de Nemours, destacar o vínculo estreito entre a Fisiocracia e a Educação. Assim, ao abordarmos a Fisiocracia não nos restringimos a sua origem, características e princípios, mas mostramos também que o interesse da Fisiocracia pela Educação não era circunstancial: integrava sua própria filosofia.

A Fisiocracia defendia a constituição de uma sociedade baseada nos princípios liberais da propriedade e da liberdade. Estes eram os pilares do que seus integrantes chamavam de ordem natural, ou seja, os princípios dos direitos naturais do homem. Eles entendiam que a educação prepararia o homem para viver na sociedade baseada nesses princípios.

A vida cotidiana francesa do século XVIII era resultante de um regime social e agrícola muito rígido. O reconhecimento da importância do setor agrícola levou os governos e os intelectuais da época a pensar em alternativas para desenvolver esse setor e melhorar suas condições. Para isso, era necessário repensar a forma de ensino adotada na França, até então.

Com o movimento fisiocrata, a economia, que, até então, era vista pelo governo francês como familiar; deixa de ser entendida assim e passa a ser política e científica: surge a economia política como uma questão governamental.

As teorias de Quesnay sobre o Estado e a sociedade, embora ainda tivessem aproximações com a doutrina escolástica, continham aspectos que, na prática, as distanciavam dessa doutrina.

Por exemplo: segundo os fisiocratas, os preceitos da natureza humana são revelados pela razão humana; a Lei Física seria o regulador de todos os acontecimentos físicos; a Lei Moral seria uma regra para toda a ação do homem. Realizadas em conjunto com a ordem física, essas leis formariam a Lei Natural. Tais princípios, na concepção dos filósofos escolásticos, eram metafísicos. Já para os fisiocratas, seriam aplicados às instituições particulares, como a propriedade.

Outro fato que também chama a atenção é que as teorias políticas de Quesnay, analíticas e normativas, tendem para o absolutismo monárquico. Por isso, de fato não pertencem totalmente ao pensamento escolástico.

Talvez tenha sido a rígida distinção que a Fisiocracia faz das classes que provocou certo desconforto em outros filósofos econômicos da época e se constituiu em outra fonte de exageros que pesou de forma política negativa sobre ela. Ao dividir as classes entre produtivas e não produtivas, os fisiocratas destacam a agricultura como o único produto que gera riqueza e, conseqüentemente, aquece e desenvolve toda a economia.

De qualquer maneira, a ênfase dos Fisiocratas na agricultura resultou em uma melhor apreciação de sua utilidade, que estava esquecida pelos governantes. Assim, a riqueza material, ou seja, a produção agrícola volta a ocupar uma posição central na economia.

Em todos os seus discursos, Quesnay descrevia os fatos fielmente, como estavam sendo postos. Todas as suas teorias, sistematizadas em bases analíticas e científicas, não davam margem para influências extra-empíricas e, assim, contribuíam fortemente para o surgimento da teoria formal no campo econômico, com o princípio ou a regra da máxima, da teoria do capital e da análise econômica fundamentada na visão estatística. Desta maneira, visando e estudando o sistema econômico como uma ciência, a Fisiocracia constitui o princípio das ciências econômicas.

A Fisiocracia, além de se preocupar em aumentar a produção dos grãos no setor agrícola, também questionava o governo quanto aos métodos de disseminação do conhecimento entre os homens do campo, mostrando aos proprietários de terras as novas técnicas, e transformações que estavam ocorrendo no mundo. Para os fisiocratas, a educação era um fator importantíssimo para que houvesse o desenvolvimento econômico agrícola esperado.

Em suma, os fisiocratas faziam sugestões ao governo para resolver economicamente os vários problemas existentes naquela sociedade, levantavam o problema e a importância de se criar métodos mais produtivos e de se levar a técnica e o conhecimento para o homem do campo. Enfim, formulavam políticas econômicas, públicas e de educação para toda a sociedade.

Desta forma, reforçamos que, de fato, havia o interesse de Quesnay e também dos outros fisiocratas em apoiar as reformas de ensino que estavam acontecendo na França. Introduzir o ofício utilitário nas escolas seria para os

fisiocratas, como Quesnay e futuramente Dupont de Nemours, uma das formas de levar para a agricultura o conhecimento que tanto estava fazendo falta, naquele momento.

Fundamentando-se em regulamentos de uma ordem chamada de natural e providencial, a Fisiocracia buscou soluções econômicas e indagações intelectuais para a transformação daquela sociedade. Até os dias atuais, seus temas são analisados pelos juristas como relacionados a uma ordem otimista, solidariamente ligada à terra e cuja lógica e serenidade se opunham às incertezas e inquietações daquele momento. Os fisiocratas julgavam ser a ordem natural providencial, vinda de Deus para a felicidade dos homens e, para que isso acontecesse, era necessário que essa ordem pudesse vigorar de forma livre, natural. Assim, a ordem natural presente na noção providencial dos Fisiocratas está intimamente ligada à noção de liberdade, que, para eles, é a base do progresso econômico e social.

De fato, entendemos que os fisiocratas concebiam uma harmonia entre os interesses individuais e gerais dos indivíduos que compõem a sociedade e a economia como o pivô de todo o desenvolvimento. No entanto, não podemos considerar isso como uma verdade absoluta, uma vez que o fator econômico é importante e essencial, mas é apenas um dos fatores que contribuem para a transformação social.

Segundo os fisiocratas, o homem, com uma boa educação, voltada para as coisas úteis, pensa, desenvolve técnicas, transforma suas próprias idéias e busca o equilíbrio do que pode por ele próprio ser conquistado ou ser conquistado por meio de mecanismos e políticas educacionais do Estado. Necessita de regras positivas e determinadas que fixem e garantam a sua conduta. Assim, consagrado pelas regras e com necessidades delas, é determinado pelas próprias regras. A lei natural se apresenta para todos os homens, apesar de serem interpretadas de formas diferenciadas por eles.

Todo o desenvolvimento dos métodos econômicos dos fisiocratas tem como parâmetro a doutrina utilitária, ou seja, é pensado em favor das técnicas e conhecimentos que tenham resultado prático e útil para o ofício.

Em quase todas as obras escritas pelos fisiocratas, especialmente as de Quesnay, eles abordam a condição do homem diante das políticas educacionais

postas pelos dirigentes da nação, diante do desenvolvimento de sua cultura, da educação, da política e do próprio conhecimento no seu aspecto utilitário.

A fisiocracia foi a primeira a conceber as atividades econômicas como um fluxo constante de rendas entre grupos sociais e a organizar formatos de como alcançar o equilíbrio econômico. Foi uma escola de teorias econômicas, a primeira escola econômica, ou seja, técnica. Quanto ao conhecimento, sua proposta educacional era transformar o homem da condição de simples reprodução do conhecimento (do fazer) e induzi-lo a iniciar o processo de questionamento e entendimento de como produzir esse conhecimento, ou seja, de como desenvolver técnicas.

Desta forma, um país é rico quando se faz com homens que transformam com seus recursos e força de trabalho a busca de seu capital, desenvolvem suas riquezas, buscam o enriquecimento com seu próprio esforço, acreditam-se como pessoas e cidadãos. Por outro lado, seria pobre quando não tivesse uma política econômica e métodos educacionais definidos, quando o Estado tratasse o indivíduo como um ser não atuante, não entendendo a necessidade principal de o indivíduo ter acesso à escola.

Somente por meio de políticas consistentes adotadas pelo Estado é que se poderia proporcionar um desenvolvimento comercial interno e externo dos produtos produzidos, especialmente pela agricultura.

O processo da interferência na educação econômica como um fator de transformação ocorreu em meados do século XVII e fins do século XVIII.

A segunda metade do século XVIII foi o resultado de encontro de dois trabalhos distintos: o conjunto do conhecimento referente aos fatos e o sistema conceitual que foi sendo acumulado pelo homem comum no decorrer de suas discussões, dos acontecimentos políticos desenvolvidos lentamente e por intermédio dos filósofos no decorrer dos séculos.

Esse fato reforça o interesse de Quesnay e também dos outros fisiocratas como Dupont de Nemours em apoiar as reformas de ensino que estavam acontecendo na França. Introduzir nas escolas o ofício técnico seria para os fisiocratas, na primeira metade do século XVIII, levar para a agricultura o conhecimento que tanto fazia falta naquele momento. Para Dupont, na segunda metade do século XVIII, que, de fato, é a sua época, deveria se estabelecer o

ensino para todos, de forma gratuita, pública, tendo como princípio e meta o desenvolvimento não somente econômico, mas também educacional e político.

Para tanto, grandes foram as contribuições dos fisiocratas para a área da Educação, especialmente no que diz respeito à redefinição do ensino público, para a qual muito contribuiu Dupont de Nemours. Até os dias atuais, esse fisiocrata é reconhecido em países como Estados Unidos, Espanha, Inglaterra e logicamente França.

De acordo com nossas pesquisas, Dupont trouxe para a França propostas de metodologias de ensino e de estruturação organizacional das escolas. O seu pensamento de escola pública e de sua ampliação para as províncias e campos modernizaria todo o sistema francês.

Na análise de suas obras, destacamos a importância de seus projetos, implantados tanto nos Estados Unidos como na França, para a estruturação administrativa das escolas.

Ao compararmos sua proposta com o caso brasileiro, vamos encontrar muitas similaridades entre elas. Uma delas é a valiosa concepção da sua metodologia de ensino, que ressalta a importância da escrita em primeiro lugar e depois a leitura, como uma forma de induzir o gosto e interesse da criança pela mesma.

Outro aspecto que chama a atenção nos textos de Dupont de Nemours é seu otimismo e confiança na educação. Esse grande autor abraçou com grande convicção uma doutrina, a Fisiocracia, e fez dela a bússola de sua vida. Por esse motivo, não apenas entendia existir uma natureza humana que deveria ser considerada por aqueles que se interessassem pela instrução pública, mas propunha também que estes levassem em conta as condições particulares dos jovens do campo. Partindo do pressuposto de que era a agricultura o ramo produtivo e que nem as famílias nem o Estado poderiam ser privados do concurso do trabalho desses jovens, Dupont de Nemours procurou elaborar um projeto que não saiu da sua cabeça, mas das circunstâncias concretas em que a instrução se daria.

Outro aspecto que precisa ser destacado é que Dupont de Nemours não propôs apenas um método de alfabetização. Como qualquer proposta nesse campo, seu método vem acompanhado da preocupação com a formação do

homem, com a formação do cidadão, preocupação essa baseada na propriedade, liberdade e igualdade, valores que nortearam a Revolução Francesa. Foi no intuito de criar um homem novo que ele se dispôs a colocar no papel suas idéias acerca da instrução pública. Por isso, chamamos a atenção para o fato de que as propostas de Dupont de Nemours não se limitavam à alfabetização, mas tinham, igualmente, o que poderíamos chamar de educação moral: difundir as idéias de igualdade, liberdade e propriedade.

Assim, no seu caso, é o ideário da Revolução que acompanha o processo de alfabetização. Além da liberdade e igualdade, há um terceiro valor bastante prezado pelo autor e, desde o princípio, pela fisiocracia: a propriedade. Esses três elementos deveriam alicerçar a alfabetização dos jovens, primeiro, na França e, posteriormente, nos EUA.

Sob este aspecto, Dupont de Nemours pretendia estimular a emulação, premiando os melhores, mas não humilhando os mais fracos ou menos capazes. Insistia o autor que o mérito deveria ser alcançado pelo voto e reconhecimento dos pares e que, por conseguinte, deveria estar aberto a todos os que se esforçassem. É uma nova época, em que a posição de destaque não deriva do título ou sangue, mas do próprio mérito.

De diferentes maneiras, Dupont de Nemours vinculou sua doutrina econômica à questão da instrução pública. Em uma dessas maneiras, deixou claro que acreditava que uma boa instrução pública era condição essencial da prosperidade nacional.

Tivemos, assim, a oportunidade de conhecer uma proposta de educação vinculando-a a uma doutrina mais ampla, a Fisiocracia, por meio da análise das obras de um dos seus principais autores, Dupont de Nemours. Destacamos que, em suas propostas, o programa de instrução pública era adequado à sua época, ao momento de constituição da sociedade burguesa. Isso explica que ele tenha tomado como seus princípios fundamentais a propriedade, a igualdade e a liberdade.

Em suma, queremos destacar a importância desse autor para os encaminhamentos educacionais de sua época e o fato de que ele soube compreender o que sua época exigia. De nosso ponto de vista, Pierre Samuel Dupont de Nemours soube fazer isso com competência.

REFERÊNCIAS

ALBERTONE, M. *Dupont de Nemours et l'instruction publique pendant la révolution: de la science économique à la formation du citoyen*. In: **Revue française d'histoire des idées politiques**. Paris, 2004, nº. 20.

ARISTOTELES. **A Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Editora Tecnoprint S.A. 1985. [Coleção Universidade de Bolso]

BELL, J. F. **História do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BLACK, Jeremy. **La Europa Del Siglo XVIII (1700-1789)**. Tradução de Mercedes Rueda Sabater. Editora AKAL, S.A., 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTO, C. **A escola do homem novo**: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996.

BOUILLET, M.-N. **Dictionnaire universel d'histoire et de géographie**. 26 édition. Paris: Hachette, 1878.

BRUE, S. L. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUISSON, F. E. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Hachette, 1911. Texto disponível em: < www.inrp.fr > - acessado em: 12/12/08.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, Roberto. Apresentação. In: PETTY, W. **Obras econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [Os economistas].

CANNAN, Edwin. Introdução. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Economistas]

CARDOSO, T. Nota preliminar. In: QUESNAY, F. **Quadro econômico**. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

CARREIRO, C. H. Porto. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações: O século XVIII – O Último Século do Antigo Regime**. Tradução de Vitor Ramos, Direção da coletânea de Maurice Crouzet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1995.

CUVIER, F. **Projet d'organisation pour les écoles primaires**. Paris: Dlaunay, 1815.

DEANE, P. **A evolução das idéias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DENIS, H. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

DUBOIS, A. Notice. In: DUPONT de Nemours. **De l'origine et de progrès d'une science nouvelle**. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1910.

DUBY, Georges. **Para uma História das Mentalidades**. Tradução de Amélia Joaquim. 1. ed. Editora: Terramar, 1999.

DUPONT de Nemours. **De l'origine et de progrès d'une science nouvelle**. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1910.

DUPONT de Nemours. **L'Éducation Nationale Dans Lês États-Unis D'Amérique**. 2. ed. Le Normant, Paris, 1812.

DUPONT de Nemours. **Physiocratie ou Constitution Naturelle du Gouvernement**. Leyde, Merlin, Libraire, 1768.

DUPONT de Nemours. **Vues Sur L'Éducation Nationale, par un Cultivateur**, Libraire, 1790.

FROSSARD, B. S. e BOILY, Ch.-A. **La cause des esclaves nègres et des habitants de la Guinée**. Lyon: Aimé de la Roche, 1789.

GALBRAITH, J. K. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira; USP, 1989.

GOMES, Alfredo. **Introdução à Econômica: Subsídios Históricos e Doutrinários**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1958. PUCRJ. [coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais]

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1959.

HUNT, E.k. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

KAMEN, Henry. **La sociedad europea: (1500-1700)**. Tradução de Maria Luisa Balseiro. Madri: Editora Alianza, 1984.

KREIMENDAHL, Lothar (Org). **Filósofos do século XVIII**. 1. ed. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2004.

KUNTZ, Rolf. François Quesnay e a fundação da economia moderna. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Econômia**. São Paulo: Ática, 1984, p.7–44; [Grandes cientistas sociais].

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas: SP – UNICAMP, 1990.

LIMA, Oliveira. **História Universal: História da Civilização**. São Paulo: Editora Lácio Ltda, 1966.

LOPES, Marcos Antonio (Org). **Idéias de História: Tradição e Inovação de Maquiavel a Herder**. Londrina: EDUEL, 2007.

MACPHERSON, C.B. **Teoria Política do Individualismo Possessivo de Hobbes até Locke**. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, v.I.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, v. I.

MENÉ, Michel Le. **A Economia Medieval**. Tradução de Ângela Melim. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. [Os Pensadores].

MOUSIER, Roland. **O Século XVIII: o último século do antigo regime**. Colaboração de Marc Bouloiseau; Tradução de Vítor Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. v. 11. 520 p. [Coletânea História Geral das Civilizações].

MURTEIRA, B. Prefácio. In: QUESNAY, F. **Quadro econômico**. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

OGG, David. **La Europa Del Antiguo Regimen: 1715 a 1783**. Tradução de Carlos Manzano. Espanha: Editora Siglo Veintiuno – S.A., 1987.

OLIVEIRA, T. **Trabalho e mudança social: o debate brasileiro do século XIX**. São Carlos/UFSCarlos: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/Centro de Educação e Ciências Humanas, 1991.

OLIVEIRA, Terezinha. **Escolástica**. São Paulo: Editora Mandruvá, 2005. Notandum Libro – 4 (A)

OLIVEIRA, Terezinha, MENDES, Claudinei Magno Magre (Orgs). **Formação do Terceiro Estado: As Comunas**. Maringá: Editora EDUEM, 2005. (B)

OSER, J. e BLANCHFIELD, W. C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

PETTY, William, QUESNAY, François. **Os Economistas**. São Paulo: Nova cultural, 1996.

PETTY, William. *The Economic Writings of Sir William Petty*. In: PETTY, William, QUESNAY, François. **Os Economistas**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos e Paulo de Almeida; Apresentação de Roberto Campos. São Paulo: Nova cultural, 1996. .

POLÍBIOS. **História**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

QUESNAY, François. Arrendatários - 1756. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.73–104. (A)

QUESNAY, François. Evidência - 1756. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.42–71. (B)

QUESNAY, François. Homens - 1757. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.105–111. (C)

QUESNAY, François. Quadro Econômico - 1759. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.112–148. (D)

QUESNAY, François. *Tableau Économique des Physiocrates*. In: PETTY, William, QUESNAY, François. **Os Economistas**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto; Apresentação de Roberto Campos. São Paulo: Nova cultural, 1996. (E)

QUESNAY, François. **Quadro Econômico: Análise das Variações do Rendimento de uma Nação**. Prefácio de Bento Murteira e Tradução e Notas de Teodora Cardoso. Lisboa: 3. Ed. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian. 1966. (F)

QUESNAY, François. Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola - 1767. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.166–188. (G)

QUESNAY, François. O Direito Natural - 1765. In: KUNTZ, Rolf, (Org). **QUESNAY: Economia**. São Paulo: Ática, 1984, p.149–161. (H)

RIMA, I. H. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1977.

ROBIN-ROMERO, I. **Les orphelins de Paris: Enfants et assistance aux XVIe-XVIIIe siècles**. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2007. Livro disponível em: <<http://books.google.com>> - acessado em: 23/01/09.

SALVATORE, Dominick. 1940. **Microeconomia**. Tradução e revisão de Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, volume/ano: 1964 e 1968.

SIMON, J. **Une académie sous le Directoire**. Paris: Calmann-Lévy, 1885. Texto disponível em: <www.asmp.fr> - acessado em: 05/01/09.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **A riqueza das nações**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 2 vols. Vol. I [Os economistas].

_____. **Economistas políticos**. São Paulo: Musa; Curitiba: Segesta, 2001.

TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 2. ed. Brasília: UnB, 1982.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Yvonne Jean. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1989.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

R488d Ricardo, Laurice de Fátima Gobbi
Dupont de Nemours: fisiocracia e educação / Laurice
de Fátima Gobbi Ricardo. -- Maringá : [s.n.], 2009.
151 f.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

1. Leitura. 2. Alfabetização. 3. Fisiocracia. 4.
Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817). I.
Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-
Graduação em Educação. II. Título

CDD 21.ed.: 372